UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

ANA KARINE LOULA TORRES ROCHA

GESTÃO NA EAD: A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PILOTO DE ADMINISTRAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNEB

Salvador/BA
2011

ANA KARINE LOULA TORRES ROCHA

GESTÃO NA EAD: A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PILOTO DE ADMINISTRAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNEB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Tecnologias Intelectuais, Currículo e Formação do Educador.

Professora Orientadora: Drª Maria Olívia de Matos Oliveira
Professor Co-Orientador: Dr. Ivan Luiz Novaes

Salvador/BA
2011

UNEB – Campus XVI/ Irecê-BA
Responsável pela elaboração da Ficha Catalográfica
Bibliotecária: Ilvânia Oliveira Silva CRB-5/1321

Ficha Catalográfica

371.35
R672g

Rocha, Ana Karine Loula Torres.
Gestão na EAD: a contribuição do curso piloto de Administração a Distância da UNEB / Ana Karine Loula Torres Rocha. – Salvador, 2011.
195 f.: il.

Orientadora: Profª Drª Maria Olívia de Matos Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, 2011.

1. Educação – Tecnologias Intelectuais. 2. Currículo. 3. Formação do educador. I. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. II. Oliveira, Maria Olívia de Matos. III. Título.

CDD : 371.35

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Gestão na EAD: A contribuição do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB"

ANA KARINE LOULA TORRES ROCHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 26 de setembro de 2011, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Olivia de Matos Oliveira
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Calidad y Procesos de Innovación Educativa
Universidad Autonoma de Barcelona, U.A.B., Espanha

Profa. Dra. Kátia Morosov Alonso
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado Em Educação
Université de Sherbrooke, Usherb, Canadá

A

Minha família, em especial, Ana Beatriz, Ana Clara e Luís Rogério, filhas e marido, não só pela compreensão das minhas inúmeras ausências, mas também pelo incentivo e apoio durante todo o trabalho.

Meus pais e irmão, Jonas, Leci e André, que sempre me motivaram na busca do conhecimento.

Todos os envolvidos no Curso de Administração a Distância da Universidade do Estado da Bahia e com a Educação a Distância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A Deus, força inspiradora e motivadora em todos os momentos.

À minha orientadora, Profª Drª Maria Olívia de Matos Oliveira, pelas contribuições nos diferentes momentos deste trabalho, pelo acolhimento, generosidade e parceria constantes.

Ao professor Dr. Ivan Luiz Novaes, pela seriedade, sinceridade e profissionalismo com que colaborou para esta pesquisa.

À Banca Examinadora, por aceitar o convite à participação e pelas contribuições: estas presenças são motivo de honra, desafio e realização.

À Universidade do Estado da Bahia, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade e ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias/Campus XVI, pela oportunidade de estudo e aprendizagem.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em especial, aos professores Drª Tânia Hetkowski e Dr. Arnaud Soares.

Aos participantes desta pesquisa, por contribuírem com sua materialização.

A Silvar Ribeiro, meu agradecimento especial, por todo apoio e incentivo a todos os projetos e ações que desenvolvi.

A todas as amigas, amigos e colegas de trabalho, em especial, Kátia Mendes, Rosangela, Rose, Patrícia, Danila, Cristiane, Avanir, Laerte, Fernanda.

A Marlene Brito, Elzinete, Silmara e Maria Gomes, parceiras imprescindíveis ao desenvolvimento do trabalho no polo Irecê.

Aos alunos do Curso de Administração a Distância da Universidade do Estado da Bahia, em especial, aos alunos do polo Irecê.

Aos amigos e colegas de curso, pelos momentos compartilhados, em especial, a Aldaci Lopes.

Às minhas amigas e companheiras Rosana, Dayse, Edineiram, Flávia, Joelma, Márcia e Dorath, por todos os momentos compartilhados, orientados e refletidos.

À Rosaura, Fernando, Liliana, Anaide, Vítor, Sheila e Celina, pelo apoio durante minhas ausências.

Aos meus tios Henrique e Dora, pelo apoio e aconchego em momentos tão necessários.

À Joseane, Gustavo, Isabel, Carolina e Luis Henrique, pelo carinho com que sempre me receberam.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

Muito Obrigada!

“Que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão,
não seja uma presença neutra
[...] não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar,
mas para transformá-lo
[...] devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia,
mas para participar de práticas com ela coerentes.”

Freire, 2000.

“A ousadia do fazer é que abre o campo do possível.
E é o fazer – com seus erros e acertos – que nos possibilita a
construção de algo consistente.”

Pedro Benjamim Garcia, 1999.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo caracterizar e analisar a gestão adotada na Educação a Distância (EAD) do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB, destacando o aspecto da flexibilidade e da construção coletiva no processo de tomada de decisão como elementos significativos que perpassam a gestão de cursos na EAD e por objetivos específicos analisar os desafios da contemporaneidade e as novas demandas apresentadas pela sociedade, além de historicizar a EAD a partir da década de 1990, identificando aspectos, entraves e perspectivas na gestão da EAD a partir da experiência do Projeto Piloto da UNEB. Definimos enquanto categorias de análise a EAD, gestão, flexibilidade e tomada de decisão. Com esta pesquisa foi possível compreender que a garantia do espaço da "escuta", reflexão, avaliação, (re)significação, intervenção e mudança por meio da flexibilidade e tomada de decisão coletiva/colegiada é imprescindível em cursos de EAD que buscam desenvolvê-la como uma modalidade que precisa construir uma educação de qualidade; entendemos ainda que é preciso ampliar os estudos, pois estes ainda são um percurso em formação, e estabelecer uma política de educação que respeite a EAD, buscando compreendê-la melhor, numa perspectiva de construção de uma educação sem "distâncias" na universidade pública. Para tanto, utilizamos a abordagem qualitativa, optando pelo método de estudo de caso para compreender o que propõe o objetivo deste trabalho; quanto ao enfoque, definimos como de caráter descritivo/interpretativo. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados o questionário, análise documental, observação direta, entrevistas e o ambiente virtual de aprendizagem – *Moodle*; para análise dos dados, empregamos a técnica de análise de conteúdo. O estudo de caso tem como campo de pesquisa o Curso de Administração a Distância da UNEB, Projeto Piloto da UAB.

Palavras-Chave: Educação a Distância. Gestão. Flexibilidade. Tomada de Decisão.

ABSTRACT

This dissertation aims to characterize and analyze the management adopted in Education Distance Learning (DL) Distance Administration Pilot Course in UNEB, highlighting the flexibility aspect and the collective construction in the process of decision-making as significant elements that go through the management of distance education courses in specific objectives and examine the challenges of contemporary and new demands from society, and the historically review of DL from the 1990 decade, identifying issues, barriers and perspectives in the management of distance education from the experience of the Pilot Project of UNEB. Defined as categories of analysis the EAD, management, flexibility and decision making. With this work it was possible to understand that the guarantee of the space of "listening", reflection, evaluation, (re) signification, intervention and change through flexibility and collective/group decision making is essential in distance education courses that seek to develop it as a mode that needs to build a quality education, we also believe that it is necessary to expand the studies, because they are still a course in formation, and establish an education politics that respects the EAD, seeking to understand it better with a view to building an education without "distance" in the public university. For this purpose, we use a qualitative approach, choosing the method of case study to understand what the aim of this present work proposes; as the focus, defined as a descriptive / interpretive; used the questionnaire as a means of data collecting, document analysis, direct observation, interviews and virtual learning environment – Moodle; for data analysis, we employ the technique of content analysis. The case study as a research field is the Distance Administration Course in UNEB, Pilot of the UAB.

Keywords: Distance education. Management. Flexibility. Decision-making.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Mobiliário e equipamentos mínimos de um Polo UAB	42
Quadro 2	Recursos Humanos mínimos em um polo UAB	43
Organograma 1	Configuração estrutural e organizacional da UNEB	73
Quadro 3	Cursos oferecidos pela UNEB – Modalidade EAD	74
Quadro 4	Número de vagas para ingresso no curso por categoria	76
Organograma 2	Relação entre os sujeitos envolvidos no sistema de acompanhamento	89
Gráfico 1	Perfil do sujeito – discente (se reside no município do polo que está vinculado)	109
Gráfico 2	Equipe do polo	110
Gráfico 3	Avaliação do processo e participação do processo de tomada de decisão do Curso de Administração a Distância da UNEB	114
Gráfico 4	Validação das respostas dos alunos com base na flexibilização e adaptação do curso	117
Quadro 5	Principais mudanças ocorridas ao longo do curso	119
Gráfico 5	Principais dificuldades, limites e desafios apontados pelos coordenadores de polo no Curso de Administração a Distância da UNEB	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sistema de articulação da UAB com os polos de apoio presencial	41
Figura 2	Contribuições das teorias da administração para a teoria da contingência	53
Figura 3	Processo seletivo ocorrido no Polo: Irecê	75
Figura 4	Identificação dos Polos de EAD da UNEB	76
Figura 5	Organização do Currículo do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB	82
Figura 6	Sala de videoconferência - Polo: Irecê	92
Figura 7	Interface do AVA Pedagógico da UNEB	94
Figura 8	Interface do AVA Administrativo da UNEB	95
Figura 9	Avaliação de aprendizagem	96
Figura 10	Encontro entre estudantes, coordenação de polo e equipe administrativa para avaliação e planejamento do semestre	97
Figura 11	Videoconferência entre coordenação central, tutores, professores, estudantes e equipe administrativa para avaliação e planejamento do semestre	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cursos de graduação, número de Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas e alunos matriculados	25
Tabela 2	Idade dos sujeitos da pesquisa: discentes	108
Tabela 3	Questões gerais	110
Tabela 4	Autoavaliação	111
Tabela 5	Processos de tomada de decisão	114
Tabela 6	Adaptação e flexibilidade do curso	116
Tabela 7	Validação das respostas dos alunos com base na flexibilização e adaptação do curso	117
Tabela 8	Principais dificuldades limites e desafios apontados pelos discentes no curso	121
Tabela 9	Impactos pessoais e sociais apontados pelos discentes	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ABRAEAD	Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância
ADMEAD	Graduação em Administração a Distância
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD	Centro de Educação a Distância
CONSU	Conselho Universitário
CVA	Comunidades Virtuais de Aprendizagem
DCH	Departamento de Ciências Humanas
DED	Diretoria de Educação a Distância
EAD	Educação a Distância
FASEC	Fundação Sócio-Educativa e Cultural
FGV	Fundação Getulio Vargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEAD	Gestão dos Projetos e Atividades de Educação a Distância
GT	Grupos de Trabalho
IAT	Instituto Anísio Teixeira
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LMS	Learning Management System

MEC	Ministério da Educação
NEADs	Núcleos de Educação a Distância
PED	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEC	Secretaria da Educação
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCC	Trabalho de Conclusão de Cursos
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 EAD NA CONTEMPORANEIDADE 33
2.1 A DISTÂNCIA TAMBÉM SE FAZ EDUCAÇÃO 33
2.2 CENÁRIO DA EAD A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 34
2.2.1 Mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais 35
2.2.2 UAB: uma política pública macro 39
2.3 ENTRAVES E PERSPECTIVAS PARA A EAD 47

3 GESTÃO E EAD 50
3.1 A GESTÃO NA PERSPECTIVA DAS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO COM A ABORDAGEM CONTINGENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO 52
3.2 ELEMENTOS NORTEADORES E CENTRAIS PARA A GESTÃO NA EAD..... 56
3.2.1 Elementos norteadores para a gestão na EAD a partir dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância formulados pelo MEC 61
3.2.2 Flexibilidade e Tomada de Decisão como Elementos Centrais que perpassam a Gestão de Cursos na EAD 68

4 CAMPO DE PESQUISA 71
4.1 CURSO DE ADMINISTRAÇÃO A DISTÂNCIA: O PILOTO DA UAB 71
4.1.1 A inserção da EAD na UNEB e Projetos desenvolvidos 72
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO 75
4.2.1 Criação, autorização e reconhecimento do curso 77
4.2.2 Projeto Pedagógico do Curso: uma tentativa de humanizar a formação do profissional de administração no mundo globalizado 77

4.2.2.1 Objetivos 79
4.2.2.2 Proposta Curricular 80
4.2.2.3 Equipe técnica de apoio 82
4.2.2.4 Estrutura para a operacionalização do curso 83
4.2.2.5 Sistema de acompanhamento 84
4.2.2.6 Recursos Educacionais 89
4.2.2.7 Processo de Avaliação 94
4.2.3 Processo de decisão acadêmico-administrativa: instâncias de poder onde são decididas as questões relativas ao curso 96
4.2.4 Estrutura e recursos orçamentários e financeiros 98

5 PERCURSO METODOLÓGICO 100
5.1 DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO METODOLÓGICA 100
5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA 108
5.2.1 Discentes 108
5.2.2 Coordenadores de Polo 112
5.2.3 Coordenação geral 113
5.3 RESULTADOS, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS 114
5.3.1 Dificuldades, limites, desafios 121
5.3.2 Impactos pessoais e sociais identificados nesta trajetória 123

6 CONCLUSÃO 126

REFERÊNCIAS 130

APÊNDICES 138

ANEXOS 151

1 INTRODUÇÃO

"A educação começa por um encontro.
Educamo-nos sempre 'em comunhão', como dizia Paulo Freire
[...] Um encontro dá-se sempre num campus.
O da internet é virtual, com especificidade própria,
mas um campus que não exclui a relação, a presença, a conectividade."

Moacir Gadotti.

O interesse por esta pesquisa surgiu da experiência vivenciada, inicialmente, como coordenadora do polo de Irecê do Curso de Graduação em Administração a Distância da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Projeto Piloto[1] da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e das pesquisas e discussões desenvolvidas no Curso de Especialização em Educação a Distância para Professores da UNEB, associada a cursos, oficinas, capacitações e a minha formação como Bacharel em Administração de Empresas e Especialista em Gestão de Qualidade na Educação.

Todos estes momentos e experiências fizeram-me refletir a respeito das questões que envolvem a educação e as tecnologias intelectuais. Penso que a educação enquanto espaço formativo de construção de conhecimento continuado, formal, não formal e informal requer articular ciência, tecnologia e cultura, estando comprometido com a redução/superação das desigualdades sociais.

Acredito na EAD – por seu potencial de abrangência, diversidade e flexibilidade – como possibilidade de enfrentamento aos novos desafios e demandas apresentadas por esta sociedade, como uma alternativa de democratização do ensino superior em nosso país e como possibilidade de incluir pessoas que, pelos mais variados motivos, foram excluídos das salas de aulas presenciais.

[1] Um projeto piloto é aquele no qual você experimenta novas ideias. No contexto da implementação de processos e ferramentas, significa que você experimenta um novo processo e novas ferramentas. Como consequência, você pode incluir recursos adicionais, usar pessoas-chave e ajustar o orçamento e os planos de acordo. Além disso, implica uma monitoração mais cuidadosa do projeto, porque é a partir da avaliação e do estudo do projeto piloto que você começará a usar o novo processo e as ferramentas em outros projetos. Disponível em: http://wthreex.com/rup/process/workflow/environm/co_pilot.htm>. Acesso em: 15 maio 2009.

Esta pesquisa tem por objetivo geral caracterizar e analisar a gestão adotada na Educação a Distância (EAD)[2] do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB, destacando o aspecto da flexibilidade e da construção coletiva no processo de tomada de decisão como elementos significativos que perpassam a gestão de cursos na EAD e por objetivos específicos analisar os desafios da contemporaneidade e as novas demandas apresentadas pela sociedade. Também procura historicizar a EAD a partir da década de 1990, identificando aspectos, entraves e perspectivas na gestão da EAD a partir da experiência do Projeto Piloto da UNEB. Diante do objetivo proposto, definimos enquanto categorias de análise a educação a distância, gestão, flexibilidade e tomada de decisão.

O estudo de caso tem como campo de pesquisa o Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB onde analisa aspectos da gestão adotado neste curso, que tem como pressuposto um modelo educacional em que as pessoas se organizam em um espaço virtual, onde os limites do espaço-tempo são flexibilizados, mediados por meio de instrumentos de comunicação a distância, síncronos e assíncronos, a exemplo do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – *Moodle*[3]*,* e interagindo com o propósito de aprender e construir conhecimento de forma coletiva, colaborativa e autônoma.

Por ser considerado um Projeto Piloto da UAB é que optei por definir o Curso de Administração a Distância da UNEB como campo de pesquisa, acreditando ser uma atividade planejada para ser uma experiência em que diferentes processos de gestão foram e são utilizados no intuito de “melhorá-los”, tornando-se “modos” e possibilidades de referência tanto a ser seguida como rechaçada para outras experiências na UNEB ou mesmo em outros espaços educativos.

---

[2] Não é intenção deste trabalho polarizar os conceitos de EAD e educação on-line. Optou-se por utilizar o termo EAD por ser o termo utilizado pelos órgãos públicos e pelo curso pesquisado. Assim, quando fazemos referência aos cursos de EAD, estamos remetendo a uma proposta participativa, colaborativa, interativa e conectada.

[3] Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment – *Moodle*: é um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. A expressão designa ainda o *Learning Management System* (Sistema de gestão da aprendizagem) em trabalho colaborativo baseado nesse programa. O conceito foi criado pelo educador e cientista computacional Martin Dougiamas, em 2001. Voltado para programadores e acadêmicos da educação, constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais, destinado à criação de comunidades *on-line*, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem colaborativa. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moodle>. Acesso em: 20 jan. 2011.

O Curso de Graduação em Administração a Distância – Projeto Piloto da UAB, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) e em parceria com o Banco do Brasil, é realizado por 27 universidades públicas brasileiras e envolve 10 mil estudantes em todo o território nacional. Nos Estados da Bahia e Sergipe, é coordenado pela UNEB, tendo, aproximadamente, 627 estudantes matriculados na sua implantação. A duração do curso é de 9 semestres (4 anos e meio), organizados em módulos, com carga horária total de 3 000 horas.

A EAD, com o surgimento e popularização da internet na década de 1990, conquistou grandes espaços no campo da educação, sendo apontada como uma alternativa para atender a uma demanda por educação, considerando seu potencial de abrangência, diversidade e flexibilidade.

A sociedade contemporânea vem sendo marcada também por transformações geradas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, provocando alterações no processo da reestruturação produtiva que, por sua vez, configurou um cenário de mudanças em diferentes espaços, mas, principalmente, no *mundo do trabalho* e na *educação.*

As exigências para lidar com as novas demandas relacionadas à formação e qualificação, a exemplo da inserção e permanência dos indivíduos no mundo do trabalho, são cada vez maiores. No entanto, as distâncias geográficas, a dificuldade de deslocamento, as desigualdades sociais e econômicas dificultam este processo.

No Brasil, têm sido um desafio o acesso ao conhecimento produzido, as oportunidades de inserção, permanência e universalização educacional nos diferentes níveis de ensino para uma população que passa de 180 milhões de habitantes e com índices alarmantes de analfabetismo e formação inadequada.

Somos um país de dimensões continentais e uma população que reside em regiões onde, muitas vezes, o acesso e o deslocamento são difíceis e distantes, geograficamente, das universidades que foram instaladas, na sua maioria, nos grandes centros urbanos. Além disso, as desigualdades e contradições sociais e econômicas também são apontadas como um dificultador dessa realidade.

Um ponto a se considerar, segundo Matos Oliveira (2007, p. 6), é a grande responsabilidade da universidade como agência formadora que precisa repensar

seus objetivos, conteúdos e estratégias para dar conta dos desafios que lhe são apresentados. A realidade virtual está cada vez mais presente e traz novas formas de ensinar, desinstala concepções, cria novas carreiras e provoca novas exigências institucionais.

Na tentativa de atender às novas necessidades contemporâneas e superar estas dificuldades apresentadas, políticas públicas foram pensadas onde a EAD foi apontada como uma alternativa possível de inclusão para as pessoas que querem e precisam frequentar escolas e universidades, mas que, na modalidade presencial, não seria possível.

Segundo Bielshowisck (2002),

> A educação superior na modalidade a distância pode abrir as portas da competência acadêmica instalada em nossas universidades públicas, democratizando seu acesso, principalmente para a população brasileira residente nas cidades do interior, uma vez que permite formar profissionais sem deslocá-los de seus municípios.

No entanto, penso que esta é uma análise superficial e que busca justificar politicamente uma opção por uma política pública macro voltada para a EAD. Esta modalidade existe desde os primórdios da civilização e por que apenas agora, principalmente após a década de 1990, passou a existir tanto investimento?

Entendo que, a princípio, esta modalidade veio atender a uma necessidade do mercado para a formação e qualificação de trabalhadores, condição cada vez mais exigida para inserção e permanência dos trabalhadores, sem com isso gerar um afastamento do seu posto de trabalho; depois, passou-se a investir cada vez mais nas formações e qualificações em serviço.

Porém não se pode deixar de reconhecer que esta também foi uma grande oportunidade, mesmo que não intencional, para ampliar o acesso à educação por meio do sistema de comunicação, potencializado pelo uso do computador conectado – Internet.

Para Garrido e Silva (2006, p. 178), educar na contemporaneidade é contribuir para uma formação em que o indivíduo

> não seja facilmente enganado pela mídia, por tabelas de juros ou desejos de consumo. Educar é criar no indivíduo as condições para que ele saiba, a partir de um pensamento crítico, inventar caminhos novos para construir uma sociedade mais apta à inclusão do que à exclusão social.

Para Martinez (1985, p. 2), a EAD é

> uma estratégia para operacionalizar os princípios e os fins da educação permanente e aberta, de tal maneira que qualquer pessoa, independentemente do tempo e do espaço, possa converter-se em sujeito protagonista de sua própria aprendizagem, graças ao uso sistemático de materiais educativos, reforçado por diferentes meios e formas de comunicação.

Essa visão é compartilhada e ampliada por Moran (2005, p. 1), quando afirma:

> A EAD é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

Segundo O'Rourke (2003), quem normalmente opta pela EAD são pessoas adultas, com vidas ativas e compromissos familiares e profissionais, que, impossibilitados por contingências de tempo de participarem de cursos presenciais, necessitam da flexibilidade que a modalidade oferece para estudar. Essas pessoas têm, normalmente, objetivos claros de aprendizagem e, por isso, estão mais empenhadas em atingir os objetivos e em continuar a estudar, já que estão inseridas no mercado de trabalho.

Este perfil corresponde ao perfil dos discentes pesquisados no Curso de Administração a Distância onde no capítulo V descrevemos e caracterizamos com mais detalhes estes dados.

Assim, Oliveira (2003) afirma que, historicamente, a EAD tem como público-alvo o indivíduo adulto cuja aprendizagem é considerada por alguns estudiosos como multifacetada e altamente complexa. O aluno que participa dessa modalidade de

ensino necessita ter um perfil voltado para a autonomia na busca da sua aprendizagem. Para Gatti (2002, p. 1),

> Os alunos em processos de EAD não contam com a presença cotidiana e continuada de professores, nem com o contato constante com seus colegas. Embora possam lidar com os temas de estudo disponibilizados em diferentes suportes, no tempo e local mais adequados para seus estudos, num ritmo mais pessoal, isso exige determinação, perseverança, novos hábitos de estudo, novas atitudes em face da aprendizagem, novas maneiras de lidar com suas dificuldades. Por outro lado, os educadores envolvidos com os processos de ensino a distância têm que redobrar seus cuidados com as linguagens, aprender a trabalhar com multimídia e equipamentos especiais, maximizar o uso dos momentos presenciais, desenvolver melhor sua interlocução via diferentes canais de comunicação, criando nova sensibilidade para perceber o desenvolvimento dos alunos com quem mantêm interatividade por diferentes meios e diferentes condições (GATTI, 2002, p. 1).

A EAD vem se expandindo na contemporaneidade por trazer alternativas às novas demandas apresentadas pela sociedade atual. Pretto (2000) reforça esta idéia quando afirma que "Um dos aspectos que vem chamando a atenção ao longo da última década é a ênfase que se tem dado à EAD como sendo a grande possibilidade de superação desses desafios educacionais contemporâneos".

Esta expansão da modalidade em educação a distância também pode ser percebida considerando o quantitativo de monografias, dissertações, teses que tem sido publicado e a temática que envolve, direta e indiretamente, a EAD. Na biblioteca Digital de Domínio Público do MEC foram encontrados 265 trabalhos, onde 39 foram publicados no ano de 2010; no Portal de Periódicos da Capes, 159 registros; na Scientific Electronic Library Online (SCIELO)[4], 126, sendo que 113 foram publicados no Brasil, e, entre estes, 15 no ano de 2010.

Entre estes 15 registros, podemos destacar algumas teses de doutorado que discorrem a respeito da temática sobre EAD, gestão e algumas, de forma mais específica, sobre os cursos da UAB, as quais colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa, a exemplo das teses de:

[4] Biblioteca Científica Eletrônica on-line.

- Daniela Rodrigues Cunha Retamal, apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), no ano de 2009, que trata da Gestão em Cursos de EAD via internet;
- Kátia Morosov Alonso, apresentada à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no ano de 2005, que discorre sobre a Formação de Professores em Exercício, a EAD e a consolidação de um Projeto de Formação: o Caso da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);
- Roseli Zen Cerny, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no ano de 2009, que trata da Gestão Pedagógica na EAD, analisando uma experiência na perspectiva da gestora;
- Mara Peixoto Pessoa, apresentada a UNICAMP, no ano de 2006, que trata da Gestão de Projetos Públicos de EAD no Paraná, entre 1995 e 2005.

Embora haja muitos trabalhos discutindo a temática da gestão e da educação a distância ainda há lacunas e uma grande necessidade de pesquisas nesta aérea que possam contribuir para uma melhor compreensão e apropriação deste campo de estudo. Neste sentido a pertinência deste trabalho encontra-se justamente na sua proposta de localização da gestão na EAD nos modelos abertos de gestão e na abordagem contingencial da administração, apontando a flexibilidade e a tomada de decisão como elementos centrais que devem perpassar e nortear a gestão de cursos a distância.

Nesta perspectiva, há uma (re)significação do paradigma educacional onde Neder (2006, p. 83) afirma que esta acontece,

> [...] sobretudo no que diz respeito à compreensão da educação como um sistema aberto; ao conhecimento como processo; a dimensão tempo/espaço escolar como construção subjetiva; a autonomia do estudante no processo da aprendizagem; a interlocução no processo de comunicação dos sujeitos da ação educativa e a compreensão da educação como processo permanente e a compreensão do conhecimento em rede.

No Brasil, mudanças foram asseguradas na Constituição Federal de 1988 e regulamentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 onde, no artigo 80, assegura que “o poder público incentivará o

desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada". A regulamentação deste artigo ocorreu por meio do Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (ANEXO M), artigo 1º do capítulo I - Disposições gerais, que define a EAD como:

> Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Esta lei oficializou, na política nacional, a normatização da EAD no país como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino contribuindo para o crescimento na oferta desta modalidade.

A lei ainda aponta para alterações nos processos comunicacionais e educacionais de aprendizagem e para a ampliação e inserção da cultura tecnológica na prática pedagógica das instituições.

Para Matos Oliveira (2007, p. 2):

> Esse fato sinaliza a necessidade de se formar adequadamente recursos humanos, pois o importante para a educação não deve ser apenas o acesso dos alunos às informações, mas a sua participação na produção e apropriação dos valores que as tecnologias agregam.

No entanto, a legislação incentiva, mas não assegura as condições para tal formação e nem as condições tecnológicas dos sujeitos trabalhadores. Esta passa a se desenhar na medida em que órgãos, instituições e sociedade civil passam a se organizar no sentido de assegurar as condições necessárias para sua realização.

Os dados apresentados pelo Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD), de 1995 a 2007 (TABELA 1), apontam um crescimento de 54,8% no número de alunos matriculados em cursos a distância, em instituições credenciadas pelo sistema de ensino; o número de instituições credenciadas aumentou em 213,8%.

Tabela 1 - Cursos de graduação, número de Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas e alunos matriculados

Ano	Nº de IES	Alunos matriculados
1995	1	350
1999-2000	5	5.000
2003	31(1)	50.000(2)
2004	166	309.957
2005	217	504.204
2006	225	778.458
2007	257	972.826

Fonte: ABRAEAD/2006-2008

Notas:
(1) – 17 cursos em caráter experimental (13 de licenciaturas, 4 sequenciais).
(2) – Estimativa.

Os dados do CensoEAD.BR[5] referentes a 2008 mostram que 2,64 milhões de brasileiros estudaram via EAD, distribuídos nos 1 752 cursos. No fim de 2009, pelos dados do mesmo CensoEAD.BR, o ensino a distância contava com 111 instituições de educação superior, 52 particulares, 11 confessionais e 48 federais, estaduais e institutos federais. De acordo com Marta de Campos Maia[6], professora da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP) e conselheira da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), houve um crescimento de 247% no número de alunos regularmente matriculados em cursos de EAD credenciados no Brasil. A expectativa é de que os investimentos em EAD cheguem aos R$ 10 bilhões em 2013.

Porém, apesar de demonstrar um grande potencial e apresentar muitos alunos matriculados em cursos a distância, o índice de evasão, reprovação, críticas, resistência, preconceito, etc., em muitos casos, é bastante elevado. Preti (2009) acrescenta que:

[5] CensoEAD.BR. Organização da Associação Brasileira de Educação a Distância. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

[6] Em entrevista (DÊNIA SALES. EAD tem expectativa de crescimento para os próximos anos. **Revista TIC Brasil**, 25 jan. 2010. Disponível em <http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=555>. Acesso em: 20 mar. 2010.

> Claro que nem tudo é festa na EAD. Preconceitos continuam, instituições que não zelam pela qualidade dos cursos oferecidos, estudantes que procuram os cursos na expectativa de encontrar "facilidades", cursos que não propiciam interação e diálogo entre os participantes, reprodução da sala de aula para meros aparatos tecnológicos (como muitas aulas por tele ou videoconferência), etc. Embora assim não temos dúvidas: a eficácia da EAD está, hoje, inegavelmente comprovada, o que não significa falta de questionamento e necessidade de estudos sobre essa modalidade (PRETI, 2009, p. 101).

Assim, comparado à grande demanda por educação e ao potencial de desenvolvimento da EAD, esses índices parecem, na verdade, incoerentes. Com isso indagamos: se a modalidade de EAD está sendo desenvolvida com a qualidade necessária a qualquer processo formativo, por que ainda é alvo de tantas críticas, preconceitos e resistências? Por que apresentamos índices tão elevados de evasão e reprovação?

Considerando que o processo de gestão é responsável por definir ações que busquem garantir o planejamento, a organização, o acompanhamento e a avaliação por meio da tomada de decisões, no intuito de assegurar o uso eficaz de todos os recursos disponibilizados de acordo com os objetivos pré-determinados, a gestão na EAD se torna fundamental na definição e direcionamento dos cursos a distância.

Assim como a economia, a política e o campo social, a educação vem passando por mudanças em que todos são desafiados a encontrar novos modelos para novas situações onde os processos de gestão têm buscado a transformação de atuação das pessoas envolvidas de forma interativa e recíproca, a partir de uma óptica aberta, democrática e sistêmica.

As mudanças no campo educacional nos desafiam na busca de novos processos de gestão que dêem conta deste novo espaço de aprendizagem: o ciberespaço[7]. Este espaço requer um modelo de gestão complexo e diferenciado, pautado em processos descentralizados, horizontalizados, mais integralizados e flexíveis.

Libâneo (2001, p. 349) concebe a gestão como sendo o conjunto de todas as atividades de coordenação e de acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização

[7] Ciberespaço é o espaço das comunicações por rede de computador. Sua comunicação acontece de forma virtual. Faz uso dos meios de comunicação modernos, destacando-se entre eles a internet.

do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho e a avaliação de desempenho. Para Luck (2007, p. 109),

> O que se preconiza é uma nova óptica de organização e direção de instituições, tendo em mente a sua transformação e de seus processos, mediante a transformação de atuação, de pessoas e de instituições de forma interativa e recíproca, a partir de uma perspectiva aberta, democrática e sistêmica.

Caminhamos para modelos de gestão mais complexos e diferenciados, mais descentralizados, mais integrados, horizontalizados e flexíveis, baseados em grupos e equipes de trabalho que se aproximam do modelo de organização aberta e da abordagem contingencial da administração, uma vez que esta abordagem afirma não ser possível estabelecer uma única forma de gerir as organizações onde cada situação requer um tipo de ação específica e não há planos, estruturas, estilos de liderança ou controles únicos padronizados em todas as situações vivenciadas pela organização. As organizações precisam identificar as diferentes formas de se estruturarem e se organizarem para as diferentes situações que vão sendo apresentadas.

Apesar das dificuldades, os processos de gestão na EAD seguem buscando alternativas por meio da compreensão de elementos que otimizem os processos envolvidos. Nos “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância”[8] formulados pelo MEC são apontados os elementos que devem estar expressos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Curso[9].

Para Bof (2002, p. 1) é preciso estabelecer estratégias e mecanismos que possam assegurar que o sistema vá funcionar, quando diz que,

---

[8] Documento norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da EAD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2009.

[9] (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
(ii) Sistemas de Comunicação;
(iii) Material didático;
(iv) Avaliação;
(v) Equipe multidisciplinar;
(vi) Infraestrutura de apoio;
(vii) Gestão Acadêmico-Administrativa;
(viii) Sustentabilidade financeira.

> Cada vez mais, torna-se evidente a importância da gestão em programas educacionais. Idéias boas podem se perder ou resultar em programas pobres e ineficazes, quando não se dá a devida atenção a este requisito. No caso da EAD, isso não é diferente. Sistemas de EAD são complexos e exigem uma gestão eficiente para que os resultados educacionais possam ser alcançados. Uma vez definidos os objetivos educacionais, o desenho instrucional, etapas e atividades, os mecanismos de apoio à aprendizagem, as tecnologias a serem utilizadas, a avaliação, os procedimentos formais acadêmicos e o funcionamento do sistema como um todo, é fundamental que se estabeleçam as estratégias e mecanismos pelos quais se pode assegurar que esse sistema vá efetivamente funcionar conforme o previsto.

A investigação e compreensão da complexidade deste processo tornam mais realista e menos ingênua a suposição de que a EAD, por meio da internet, possa viabilizar soluções fáceis, implantadas sem esforço ou investimentos, com resultados e lucros rápidos, priorizando apenas a comercialização e sem grandes preocupações pedagógicas e metodológicas.

A EAD apresenta dificuldades nos atuais processos de gestão por serem complexos e contraditórios e não termos uma referência construída, adaptada e contextualizada para esta modalidade; o que se vê, em muitos espaços, é uma transposição da experiência presencial. O desafio está em não se adotar tal inovação tecnológica para dar apoio à educação tradicional, mas para romper com as tecnologias expositivas, buscando uma educação que favoreça a construção do pensamento crítico e reflexivo e o repensar de novos valores. Matos Oliveira (2006, p. 25) argumenta que,

> os avanços tecnológicos trazem novas formas de ensinar, novas formas de produzir e viver a prática educativa, desinstalando concepções, fazendo novas exigências, mas oferecendo aqueles que podem usufruir dos benefícios desse ciberespaço, um poder cada vez maior, ou seja, a capacidade de aprender e trabalhar de forma cooperativa. Matos Oliveira (2006, p. 25)

As TIC trouxeram novos espaços de aprendizagem representando para a sociedade múltiplas oportunidades de aprendizagem; para GADOTTI (2003, p. 15),

> Como previa Herbert Mcluhan, o planeta tornou-se a nossa sala de aula e o nosso endereço. O ciberespaço não esta em lugar nenhum, pois está em todo o lugar o tempo todo. Estar num lugar significaria estar determinado

> pelo tempo (hoje, ontem, amanhã). No ciberespaço, a informação está sempre e permanentemente presente e em renovação constante. O ciberespaço rompeu com a idéia de tempo próprio para a aprendizagem. Não há tempo e espaço próprios para a aprendizagem. Como ele está todo o tempo em todo lugar, o espaço da aprendizagem é aqui em qualquer lugar e o tempo de aprender é hoje e sempre. GADOTTI, 2003, p. 15)

Este novo contexto nos convida também a refletir sobre o conceito e percepção deste novo "espaço" para estabelecer relações e aprender, ampliando nossa compreensão para algo "elástico", ou seja, a definição de espaço é relativizada. Para Bonilla (2004, p. 1):

> As TIC potencializam a constituição de redes que conectam idéias, experiências, sujeitos, instituições, os quais, organizados a partir de relações horizontais, desencadeiam fluxos de interações, organizações, proposições, produções, conhecimentos, competências, aprendizagens. No movimento instaura-se uma outra cultura, emerge o novo, a diversidade se expressa, abrem-se possibilidades para todos, criam-se as condições para gerar conhecimentos, os quais são utilizados para conceber e construir novas dinâmicas educativas.

O poder advindo deste novo contexto contemporâneo é um poder nascido da capacidade de aprender e de trabalhar de forma cooperativa, relacionado com o grau de confiança e de reconhecimento recíprocos predominantes num contexto social.

Matos Oliveira (2007, p. 3) acrescenta, dizendo que "a EAD tem a possibilidade de explorar o espaço virtual como um espaço cooperativo, de discussão coletiva, de diálogo em busca da transformação, contemplando parcerias, participação crítica e reflexiva." Para Bonilla (2004, p. 1),

> a educação e a democratização são, na contemporaneidade, processos críticos para o desenvolvimento de sociedades dinâmicas, capazes de construir seu futuro, uma vez que estas sociedades necessitam de cidadãos e instituições que apresentem capacidades criativas, analíticas e de compreensão.

Assim, diante das reflexões colocadas, apontamos enquanto problema de pesquisa analisar: *Quais os aspectos relevantes que podem ser considerados na gestão na EAD?*

Na busca de responder a questão apontada esperamos ainda que a modalidade de educação a distância possa se firmar como alternativa que agregue os benefícios e possibilidades dos ambientes virtuais, com uma diminuição dos entreves e oportunize aprendizagens de qualidade.

A otimização dos processos de gestão na EAD busca alternativas e soluções que passam pela identificação de necessidades, por meio da compreensão de variáveis que compõem este processo, pela integração flexível dessas variáveis e pela busca de soluções viáveis. Nessa perspectiva, pode contribuir para a consolidação de uma educação pautada em um projeto pedagógico que se distancia de uma educação vista como mercadoria, excesso de comercialização e sem grandes preocupações pedagógicas e metodológicas. Para Alonso (2005a), a gestão de um sistema educativo expressa um projeto que lhe dá base existencial.

Assim, o objeto proposto para esta pesquisa constitui-se na análise e caracterização da gestão adotada na EAD do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB, destacando o aspecto da flexibilidade e da construção coletiva no processo de tomada de decisão como elementos significativos que perpassam a gestão de cursos na EAD.

Investigar a gestão nos cursos de EAD é relevante para compreendermos e/ou apontarmos alternativas para esta realidade, contribuindo para o fortalecimento da parceria entre a UAB e a UNEB, refletindo numa melhoria da qualidade e da aprendizagem desenvolvidas nesta modalidade de educação.

Para tanto utilizamos a abordagem qualitativa onde, dentre as abordagens qualitativas, optamos pelo método de estudo de caso para compreender o que propõe o objetivo; quanto ao enfoque, definimos como de caráter descritivo/interpretativo; utilizamos enquanto instrumentos de coleta de dados o questionário, análise documental, observação direta, entrevistas e o AVA – *Moodle*; para análise dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo. O estudo de caso teve como campo de pesquisa o Curso de Administração a Distância da UNEB, Projeto Piloto da UAB.

O trabalho apresentado está organizado em cinco capítulos, além da conclusão (capítulo VI). O percurso metodológico, bem como os autores que dialogamos para a construção deste trabalho, é descrito com mais detalhes no capítulo V.

No capítulo I (da introdução) apresentamos a justificativa, objetivos, a construção da problemática, objeto e campo de pesquisa, os aspectos metodológicos, além de uma síntese dos capítulos seguintes.

No capitulo II apresentamos o quadro teórico da EAD na contemporaneidade. Refletindo que não é a modalidade que define a qualidade de um curso e sim seu projeto pedagógico, analisamos aspectos da EAD a partir da década de 1990 relativamente às mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, analisamos ainda a UAB enquanto uma política pública macro e seus aspectos críticos e finalizamos o capítulo refletindo a cerca dos entraves e perspectivas para esta modalidade.

No capítulo III analisamos a concepção e função da gestão no “novo” contexto onde a aproximamos da abordagem contingencial da administração, refletindo a cerca dos elementos norteadores para a gestão na EAD e apontando a flexibilidade e a construção coletiva no processo de tomada de decisão como elementos centrais que perpassam a gestão de cursos na EAD.

A partir do capítulo IV descrevemos a amostra do campo de pesquisa onde, inicialmente, refletimos a inserção da EAD na UNEB, apontando os projetos desenvolvidos. No segundo momento, trazemos a caracterização do curso pesquisado: criação, autorização, reconhecimento, projeto pedagógico e sistema de gestão.

No capítulo V trazemos o percurso metodológico onde apresentamos sua definição e descrição, caracterizamos os sujeitos da pesquisa, analisamos e interpretamos os dados, refletimos os principais resultados, além de apontar as dificuldades, limites, desafios e impactos identificados nesta trajetória.

Por fim concluímos, retomando as questões principais apresentadas ao longo do trabalho, e refletimos quanto à necessidade de construção de uma política de educação que perceba a EAD na perspectiva de uma educação sem “distâncias” na universidade pública, sendo necessária ainda a ampliação dos estudos sobre a gestão na EAD, buscando compreendê-la melhor e estabelecendo uma política que possibilite o acesso e inclusão aos ambientes virtuais de aprendizagem de pessoas que, pelos mais variados motivos, foram excluídos das salas de aulas presenciais.

2 EAD NA CONTEMPORANEIDADE

"Falar de educação a distância é, antes de tudo, falar de educação. Não faz sentido se fixar nos adjetivos, nos aspectos periféricos e não essenciais do ato educativo, ainda mais hoje quando a "distância" perdeu seu sentido original frente à penetração cada vez mais maciça das novas tecnologias da comunicação."

Oreste Preti.

2.1 A DISTÂNCIA TAMBÉM SE FAZ EDUCAÇÃO

As TIC – como a internet, mídias interativas, correio, rádio, televisão, telefone, videoconferência, webconferência, bate-papo – têm permitido as pessoas ultrapassarem as barreiras das distâncias geográficas possibilitando o diálogo e a interação entre as pessoas e, assim, o conceito de distância tem sido questionado e modificado. A educação na modalidade a distância tem, cada vez mais, acontecido "sem distâncias".

A percepção de distância é relativa. Um aluno que interage *on-line* com seu professor pode se sentir mais próximo deste do que se estivesse assistindo a uma aula presencial expositiva, portanto não é medindo a distância física entre discentes e professores que poderemos identificar o nível de distanciamento entre eles. O que é relevante nesta relação é definir a "sensação" de distância percebida pelo aluno.

Para Libâneo (2006, p. 97), "educar (em latim, *educare) é* conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação". Esta visão é também compartilhada por Preti (2009, p. 18) quando afirma que "a educação é uma prática social, determinada pelos fatos, por seu entorno, que, contudo, acaba também por afetá-los. Por isso deve ser espaço de diálogo, aberto e comunicativo".

Assim, pensar a educação é também pensar em sua função social neste novo contexto que está relacionado à tecnologia. Ao falarmos de educação estamos nos referindo a todos os aspectos da vida que ela abarca nas relações pessoais, sociais, políticas, com a natureza, com o entorno. Ela está imiscuída, misturada e diluída em tudo. É parte do todo, é o todo (PRETI, 2009, p. 18).

O ato pedagógico pode então ser definido como uma atividade de interação entre seres sociais que se configuram numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças que os tornem elementos ativos da própria ação exercida. A partir desta compreensão de educação, podemos entender que a prática educativa não está atrelada a modalidade de ensino-aprendizagem e que o distanciamento não é provocado simplesmente pela modalidade.

Alonso (2001) aponta que a diferença entre a EAD e a educação presencial seria meramente retórica, uma vez que as bases epistemológicas que as fundamentam são as mesmas. Portanto, os processos de ensino/aprendizagem, sejam eles presenciais ou não, partem de compreensões sobre o desenvolvimento cognitivo que implicam organizar os sistemas educacionais de uma maneira e não de outra. A especificidade da EAD está ao considerar que a relação face a face entre alunos e professores se rompe, e que as aprendizagens podem ocorrer em outros tempos e espaços que não os marcados pelos espaços convencionais.

2.2 CENÁRIO DA EAD A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A EAD, no Brasil, entra, no início no século XX, por meio da oferta de cursos profissionalizantes, oferecido por instituições privadas, tendo, por base, o material impresso distribuído por correspondência e sem exigência de escolarização prévia.

Historicamente esta modalidade de ensino evoluiu paralelamente ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações, da informática e internet. As tecnologias utilizadas aumentaram em número, complexidade e potencialidade, criando o que Mundim (2006, p. 119) conceitua como novos modelos de formação a distância.

Mundim (2006, p. 119) agrupa estas evoluções em quatro gerações: Primeira geração (1840-1970): Cursos por correspondência; Segunda geração (1970-1980): Universidades Abertas, caracterizadas por uso de novos veículos de disseminação dos conteúdos como rádio e televisão; Terceira geração (1980-1990): Cassetes de vídeo e televisão; Quarta geração (a partir de 1990): Computadores multimídia,

interatividade, *e-learning*. Esta modalidade evoluiu com as tecnologias disponíveis em cada momento histórico, influenciando o ambiente educativo e a sociedade.

Este estudo restringe-se a analisar a EAD a partir da quarta geração, considerando que foi neste período que houve uma maior procura por esta modalidade.

2.2.1 Mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais

As medidas de abertura da economia, em 1990, foram as forças principais que estimularam o aprofundamento da *reestruturação produtiva*[10] impulsionadas, dentre outros fatores, pelo processo de inovação tecnológica e organizacional, globalização, crise do capitalismo, esgotamento do regime de acumulação fordista, redução da intervenção estatal e rápida abertura das fronteiras.

Esta mudança tornou os processos produtivos mais ágeis e flexíveis quanto aos produtos (produção segundo a demanda dos clientes), processos (mudanças rápidas na linha de produção para se adequar aos novos produtos) e pessoas (trabalhadores multifuncionais ou polivalentes), impactando sobre o *conteúdo do trabalho* e as *formas de emprego,* provocando mudanças no perfil das ocupações.

Quanto ao conteúdo, este se modifica apontando para trabalhadores que tenham uma visão global do processo produtivo, boa comunicação oral e escrita, capacidade de resolver problemas, disposição para a mudança, autodesenvolvimento, aprendizado permanente, criatividade, atualização, que saibam trabalhar em equipe, tomar decisões, mobilizar o saber escolar e experiência de vida.

[10] O sistema de produção e acumulação capitalista, vigente do pós-guerra à década de 70, no binômio taylorismo/fordismo, se caracterizava pela produção em massa para consumo em massa, que era garantido pela política Keynesiana, firmada no compromisso capital e trabalho, estruturada pela regulação do Estado. No entanto, esse “compromisso” e essa “regulação” do pacto do Estado Keynesiano apresentou sinais de crise, seja por uma crise de sobreprodução e de arrecadação, ou pelo fim da canalização dos conflitos entre capital e trabalho devido à eclosão dos movimentos operários da década de 60. Esse conjunto de crises, que é a reprodução da crise estrutural do capital, aliado à crise do petróleo, fez com que surgisse um novo paradigma de dominação e acumulação, caracterizado como “capitalismo flexível” (IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003).

Quanto às formas de emprego, percebe-se uma maior flexibilização dos contratos de trabalho, terceirização, contratos temporários, contrato por prestação de serviço, sem carteira assinada, estágios, por meio expediente, flexibilidade funcional (rodízio de atividades, polivalência e multiqualificação), trabalho informal e teletrabalho (economiza tempo, instalação e material, porém não há um enquadrado no plano de cargos e esquemas de promoção).

Do ponto de vista do emprego organizado, formal, o impacto das novas tecnologias e inovações organizacionais gerou, dentre outros, um aumento nos índices de desemprego (em termos de postos de trabalho) e fragilizou os movimentos e as relações trabalhistas.

Estas mudanças também refletiram diretamente na educação e nos seus processos formativos, além de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, a prática social e os estudos posteriores passaram a assumir legalmente a função para a formação e qualificação para o trabalho.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, fixou que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por outro lado, a LDB nº 9.394/96 estabelece que:

> Art. 1º - § 2º - A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.
> Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 22 - A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
> Art. 27 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, às seguintes diretrizes: I - A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática [...] III - Orientação para o trabalho.

Estas mudanças conduziram a uma redefinição da qualificação, tanto em relação à base de conhecimentos escolares quanto às formas de treinamento. Para Novaes (2007, p. 63), “passou-se a atribuir à educação a responsabilidade fundamental por promover formação profissional e prover a demanda requerida pelo novo e complexo mundo do trabalho”. Ainda para Novaes (2007, p. 63), “a relação entre educação e formação profissional adquiriu centralidade nas políticas governamentais dos países dos diversos continentes, assumindo o encargo por promover a formação de profissionais”; para este mesmo autor,

> Conferir à educação papel estratégico na formação profissional para o mundo do trabalho, referenciado pelas inovações tecnológicas, pela flexibilidade e pelos novos processos produtivos implicou num movimento internacional direcionado a promover reformas dos sistemas educacionais (NOVAES, 2007, p. 63).

Assim, diante das mudanças ocorridas aliadas às necessidades de adaptação das instituições aos processos tecnológicos, o papel e a função social da educação crescem de importância, tornando-se elemento de atenção e gerando revisões nas políticas e práticas educacionais.

Neste contexto as instituições passam a assumir também a função de definição e socialização de novos padrões culturais para a sociedade, deixando de ser vistas como restritas aos processos produtivos para atingirem diversas instâncias de organização da sociedade, penetrarem em determinados espaços e reorganizarem relações sociais, além de passarem a promover e subsidiar atividades educacionais, esportivas e artístico-culturais. Dessa forma, outros valores, além do lucro, passam a ser considerados como relevantes, tais como a sua capacidade de influir e de ser aceita no ambiente em que se encontra instalada.

Para Régnier[11],

> Esta crise tem um duplo aspecto: atinge os modelos produtivos na sua base material de produção e reprodução, os modos de produzir e fazer circular as mercadorias, e atinge as formas de socialização, a própria cultura, os "modos de vida das pessoas", bem como os instrumentos de pensamento utilizados para explicar a realidade e planejar o futuro.

[11] RÉGNIER, Karla von Döllinger. *Educação, Trabalho e Emprego numa Perspectiva Global*. [S.I.: s.n.], Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/231/boltec231a.htm>. Acesso em: 12 dez. 2010.

As reflexões aqui colocadas evidenciam o espaço que foi ocupado por outros atores no processo de educação e de formação. O aprender torna-se um processo contínuo trazendo alternativas para que o processo de aprendizado possa ser realizado em outros espaços, tais como o local de trabalho, residências ou em modalidade diferenciadas.

Para Régnier[12],

> Fez-se necessário repensar o papel do Estado como definidor dos currículos e dos processos de certificação, as formas de controle sobre o "mercado educacional" no sentido de assegurar a qualidade dos produtos e as suas possibilidades de substituírem os métodos tradicionais. Nesta perspectiva poderemos observar as práticas de ensino a distância, hoje ainda muito concentradas em ensino de adultos (graduação e pós-graduação nas universidades e cursos de formação profissional), passarem a ser uma realidade também para jovens e crianças.

Essas mudanças, no cenário da educação, colocaram em pauta um novo problema que se refere à necessidade de se criar, na sociedade, outros espaços que passem a ocupar o papel de ambientes de aprendizagem historicamente desempenhados pela escola.

Assim a década de 1990 caracterizou-se pela difusão das TIC e sua utilização no processo educacional, marcando o período de início efetivo da EAD nas IES. Este também é o período em que os governos Federal e Estaduais colocam a EAD nas agendas de políticas públicas, estimulando a participação das universidades.

A primeira legislação que trata da EAD é a LDB, cujas origens datam de 1961. Em sua reforma, após 10 anos, foi inserido um capítulo específico sobre o ensino supletivo, dizendo que poderia ser utilizado o rádio, televisão, correspondência e outros meios.

Com a criação da Secretaria de Educação a Distância em 1995, o MEC apontou para a formulação de uma política nacional para atender a esta modalidade de

[12] RÉGNIER, Karla von Döllinger. *Educação, Trabalho e Emprego numa Perspectiva Global*. [S.I.: s.n.], Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/231/boltec231a.htm>. Acesso em: 12 dez. 2010.

ensino, iniciando com os programas *TV Escola*[13] e o *Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO)*[14].

A Constituição Federal de 1988 assegurou ser possível em todos os níveis esta modalidade de ensino que foi regulamentado pela LDB nº 9.394/96. Esta lei oficializou, na política nacional, a normatização da EAD no país como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino contribuindo para o crescimento na oferta desta modalidade.

2.2.2 UAB: uma política pública macro

Inspirada em iniciativas como o Reino Unido e Portugal, o Sistema UAB[15] foi criado pelo MEC no ano de 2005, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior.

Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância (SEED), do MEC, e a Diretoria de Educação a Distância (DED), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com

[13] O Programa *TV Escola*, com a geração de três horas de programação diária, repetida quatro vezes por dia, através de um canal exclusivo, visa à formação e ao aperfeiçoamento do professor e apoiar seu trabalho em sala de aula. Cerca de 48 mil escolas do ensino fundamental com mais de 100 alunos estão recebendo as imagens, através de um *kit tecnológico*. Até o final do ano, a previsão é que cerca de 20 milhões de alunos e um milhão de professores serão atingidos (FOLHA DE S. PAULO, 27 nov. 1996. Cotidiano 3, p. 3).

[14] O *Proinfo* objetiva promover o desenvolvimento da informática como instrumento de apoio ao processo ensino-aprendizagem. Serão atingidos os 11 milhões de alunos de 5ª a 8ª séries e os de ensino médio. Dispõe, inicialmente, de 450 milhões para adquirir 100 mil computadores (25% do previsto para atender a cerca de 15 mil estabelecimentos). Metade do dinheiro vem do Banco Mundial (BIRD) e o restante dos cofres da União (OLIVEIRA, Marina. Concorrência do MEC atrai empresas do mundo inteiro. **Correio Brasiliense**, Brasília, 17 jun. 1997. p. 17).

[15] Este Sistema tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica por meio de uma articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para promover, através da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content& view=article&id=111&Itemid=27>. Acesso em: 15 maio. 2009.

vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

1. Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
2. Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
3. Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
4. Estímulo à investigação em educação superior a distância no país;
5. Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 (ANEXO F), sendo um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da EAD.

A primeira ação para oferta educacional foi a implantação de um projeto-piloto, com a criação de um curso de graduação a distância na área de administração. O projeto foi gestado no âmbito do Fórum das Estatais, em que o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) se propôs realizar parceria com IES públicas que já contavam com infraestrutura para os cursos. Ao todo são 25 instituições públicas, 7 estaduais e 18 federais, com uma média de atendimento de 11 mil estudantes em todo território nacional. Outros cursos e programas, especialmente os que são voltados à formação de professores, foram implantados na UAB.

Atualmente a UAB funciona sob regulação e controle da CAPES, considerando que esta ampliou suas funções para a regulação e controle da formação docente da educação básica, atualmente focada na formação inicial e continuada de professores nas modalidades presencial e a distância, além de sua função tradicional, já consolidada.

A adesão dos governos locais – Estados e Municípios – e das IES públicas ao sistema UAB dá-se no âmbito dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, criados pelo Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (ANEXO L). Sua definição encontra-se disponível no caput do art. 1º da Portaria MEC nº 883, de 16 de setembro de 2009 (ANEXO G):

> Art. 1º Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente são órgãos colegiados criados para dar cumprimento aos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica [...] com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente são os responsáveis por viabilizar a adesão dos polos de apoio presencial mantidos pelos governos locais – Estados e Municípios – e das IES públicas ao sistema UAB. Estes Fóruns realizam reuniões periódicas onde definem o atendimento de pedidos de novos polos feitos à Diretoria de EAD da CAPES.

A UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada.

Essa articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos polos de apoio presencial que são as estruturas para a realização de funções didático-administrativas do curso, consórcio, rede ou sistema de EAD, com o apoio dos governos municipais e estaduais.

A Figura 1 sintetiza esse funcionamento:

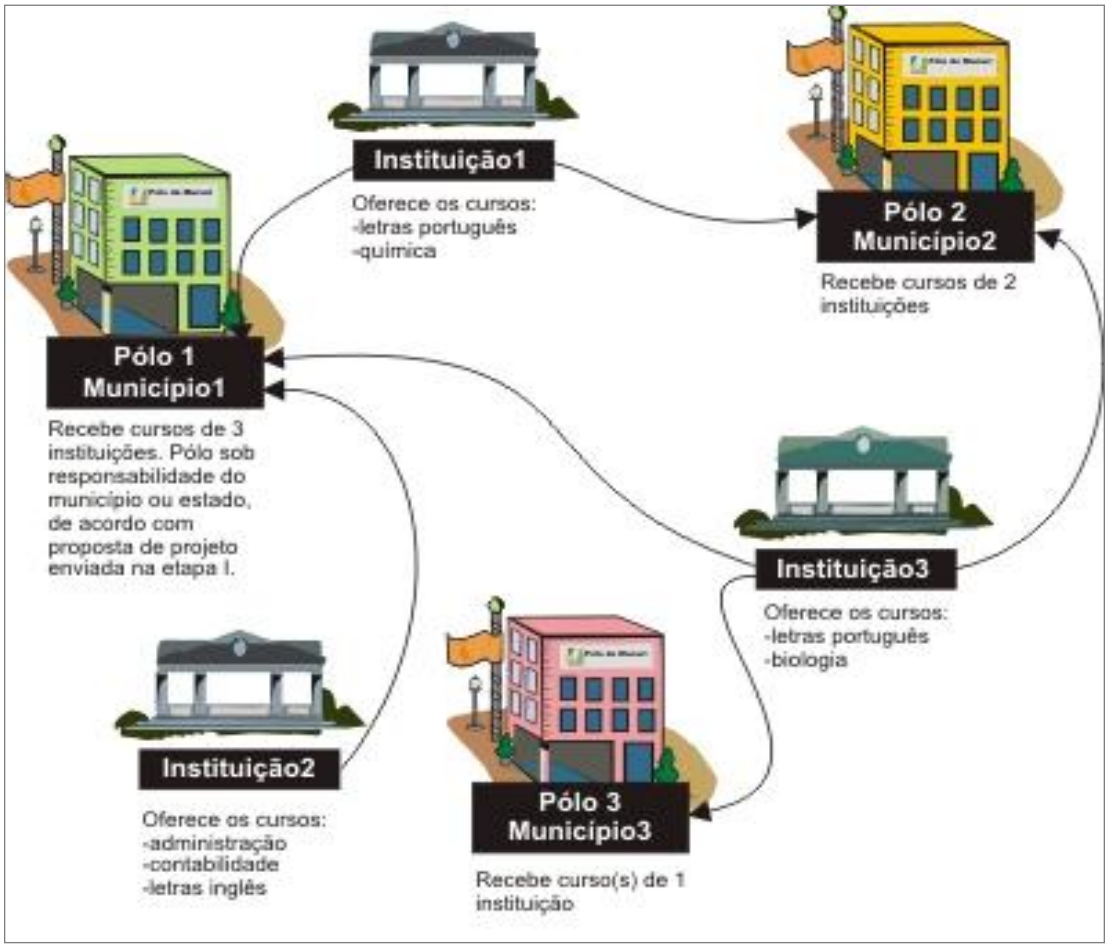


Figura 1 – Sistema de articulação da UAB com os polos de apoio presencial
Fonte: http://www.uab.capes.gov.br

De acordo com o parágrafo primeiro da Portaria Normativa nº 02/2007 (ANEXO K), o polo de apoio presencial é a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. Nessas unidades a legislação exige atividades como avaliações dos alunos, defesas de trabalhos de conclusão de curso, aulas práticas em laboratórios específicos, quando for o caso, estágio obrigatório – quando previsto em legislação pertinente –, além de orientação aos alunos pelos tutores, videoconferência, atividades de estudo individual ou em grupo, com utilização do laboratório de informática e da biblioteca, entre outras.

Há uma estrutura mínima de um polo de apoio presencial, exigida pela UAB/CAPES/MEC, como forma de nortear as ações do polo e oferecer uma base de

estimativa para os investimentos que deverão ser feitos na adequação de um prédio público, para que o mesmo venha a abrigar um polo de apoio presencial da UAB.

A aquisição de alguns equipamentos depende dos cursos a serem oferecidos e de orientações das IES que oferecem esses cursos no polo. Cursos como, por exemplo, Biologia, Física, Química e Matemática, exigem um investimento adicional em laboratórios. O Quadro 1, a seguir, sintetiza esta distribuição:

Dependência	Mobiliário	Equipamentos
Sala para Secretaria Acadêmica	mesa para computador	computador com multimídia
	mesa de escritório	impressora a laser
	mesa para impressora e scanner	scanner
	armários com 02 portas	aparelho de telefone e fax
	arquivos de aço	webcam
	mesa para telefone e fax	nobreak
	Mural	linha telefônica com ramais
	cadeiras giratórias	acesso à internet para o polo
Sala de Coordenação do Polo	mesa de escritório	computador completo
	cadeiras giratórias	webcam
	Mural	aparelho de telefone
	mesa para computador	
	armário com 02 portas	
Sala de Tutores Presenciais	mesas de reunião para 04 pessoas	computadores completos
	cadeiras estofadas	scanner
	cadeiras com braço	impressora
	mesas de escritório	aparelho de telefone
	mesa para impressora e scanner	webcam
	armários com 02 portas	
Sala de Professores	mesa de reunião para 10 pessoas	
	cadeiras estofadas	
	armário com porta	
	Mural	
	quadro branco	
Sala de Aula Presencial	carteiras estofadas	
	quadro branco ou negro	
	Mural	
	mesa para professor	
	cadeira estofada	
Laboratório de Informática	cadeiras estofadas	computadores completos
	mesas para computador	webcam
	quadro branco	impressora e 01 scanner
	murais com vidro	projetor multimídia
	mesa para projetor	aparelho de TV 29” e DVD
	armários de segurança	servidor
	mesa para impressora e scanner	nobreak, HUB e roteador
	suporte para TV	aparelhos de ar-condicionado
Biblioteca	mesas para 04 pessoas	computadores completos
	cadeiras estofadas	aparelho de telefone
	cadeiras giratórias	impressora

	mesas para computador	
	mesa de escritório	
	armários com fechaduras	
	mesa para impressora	
	armário com 02 portas	
	estantes de aço	

Quadro 1 – Mobiliário e equipamentos mínimos de um Polo UAB
Fonte: www.uab.capes.gov.br

O quantitativo para a aquisição de alguns equipamentos e mobiliário dependerá e será proporcional ao número de cursos e alunos que o polo pretende abrigar. Mais cursos e mais alunos demandam mais espaço físico e mais equipamentos, além de cursos que necessitam de laboratórios, etc.

Os Municípios e Estado, de forma individual ou em consórcio, são os responsáveis por estruturar, organizar e manter os polos de apoio presencial de acordo com as orientações do Sistema UAB.

O mantenedor do polo de apoio presencial é quem proporciona a infraestrutura física e tecnológica adequada para o desenvolvimento das atividades referentes aos cursos ofertados. O mantenedor é responsável, ainda, pela contratação de pessoal com vistas à execução das metas e atividades propostas. A UAB oferece bolsas aos coordenadores e aos tutores. A remuneração dos demais fica a cargo do mantenedor do polo.

A remuneração dos profissionais que atuam nos cursos de formação inicial e continuada e nos polos de apoio presencial do Sistema UAB é feita por meio de bolsas de estudo e pesquisa concedidas pela CAPES/MEC e pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do MEC, conforme disposto na Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009 (ANEXO N), onde a duração máxima é de quatro anos.

Os bolsistas fazem jus ao recebimento de uma única bolsa por período, mesmo que exerçam mais de uma função no âmbito do Sistema UAB.

O Quadro 2 mostra o quantitativo de recursos humanos mínimos em um polo UAB:

Recursos Humanos
1 Coordenador de Polo: responsável pela parte administrativa e pela gestão acadêmica
Tutor Presencial (vai depender da proposta pedagógica do curso)
1 Técnico de laboratório pedagógico, quando for o caso
1 Técnico em Informática
1 Bibliotecária
1 Auxiliar para Secretaria

Quadro 2 - Recursos Humanos mínimos em um polo UAB
Fonte: www.uab.capes.gov.br

Há ainda a realização de avaliações externas aos polos de apoio presencial realizadas pela SEED/MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo realizado ainda pelo Sistema UAB as avaliações *in loco*. Esta segunda avaliação tem por objetivo auxiliar, orientar e dar suporte aos polos em prol da estruturação e do fortalecimento da EAD.

A equipe de avaliadores *in loco* dos polos do Sistema UAB é composta por professores qualificados que têm a incumbência de levantar possíveis necessidades de melhorias, tanto na parte de infraestrutura quanto na parte pedagógica dos cursos oferecidos nos polos. As conclusões dos avaliadores são encaminhadas à Diretoria de EAD da CAPES, na forma de relatório.

Não podemos deixar de reconhecer a importância das iniciativas governamentais com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior por meio de cursos a distância, no entanto faz-se necessário estar atento a condições de trabalho, condições tecnológicas, infraestrutura e questão econômica.

Nesta política de expansão via UAB, analisamos a participação dos municípios responsáveis pela infraestrutura e manutenção dos polos, considerando a possibilidade de aumentar as desigualdades entre os municípios mais pobres por não terem condições financeiras de instalar polos, apresentando uma contradição no processo de democratização do ensino por meio da UAB.

Apesar de todas as possibilidades da EAD propiciadas pela convergência de mídias apontadas por Moran (2005, p. 1), alguns pontos de tensão nessa modalidade de ensino foram levantados por Peters (2004), no que tange às relações de trabalho, a partir da figura do “docente virtual” e das atuais competências e

exigências a ele atribuídas que merecem uma reflexão mais profunda (PETERS, 2004).

Assim refletimos a cerca das políticas de gestão da EAD e a necessidade de regulamentação das horas de trabalho dos profissionais que atuam nessa modalidade de educação. As universidades assumem esta demanda com o mesmo quantitativo de professores que atuam no ensino presencial onde a carga horária trabalhada nestes projetos não são contabilizadas nas horas regulares dos docentes, e sim como horas extras. Desta forma, os docentes acumulam múltiplas funções para as quais não se sentem ou não foram preparados. Por outro lado, não há uma legislação que ampare as condições trabalhistas dos profissionais que atuam nesta modalidade, pois a referida legislação ainda está em processo de construção.

Para Gadotti (2003, p. 22),

> A reflexão deve, portanto, ser crítica. O professor não pode ser reduzido a isto ou àquilo. Seu saber profissional, feito de experiência, de reflexão, de pesquisa, de intervenção, deve ser visto numa certa totalidade e não reduzido a certas competências técnico-profissionais.

As condições estabelecidas pelas reformas educacionais relativas à educação na modalidade a distância podem comprometer a qualidade do ensino, considerando que as IES públicas têm sido pressionadas quanto a expansão de matrículas, redução da carga horária de cursos, criação de cursos noturnos e criação de redes e consórcios em EAD. No entanto, em contrapartida, não se realizam concursos públicos, há um congelamento dos salários e um estímulo a “venda” de serviços, consultorias e cursos, demarcando o que Shiroma (2000, p. 91) aponta como uma forma de autonomia limitada.

Assim as condições que universidades e municípios assumem no que tange aos projetos não têm sido adequadas para a manutenção dos cursos. Repensar e construir outras redes de relação institucional, bem como leis que regulamentem o trabalho docente nessa modalidade é imprescindível para que as condições ofertadas possam manter a qualidade necessária ao processo formativo.

2.3 ENTRAVES E PERSPECTIVAS PARA A EAD

Os entraves postos diante da EAD têm sido cada vez mais evidenciados e podem ser percebidos através da crescente abordagem do tema nos diferentes fóruns de discussão educacional. Estes entraves acontecem em vários níveis, desde a viabilidade das propostas pedagógicas aliadas a qualidade do ensino, passando pela criação e organização da infraestrutura administrativa, financeira, utilização dos meios de comunicação até a promoção e facilitação da interatividade.

Contudo um dos grandes desafios para a implementação de cursos a distância está nos velhos problemas da educação brasileira, como capacitação de professores e profissionais, avaliação e, principalmente, as diversidades contrastantes do ponto de vista econômico, social e cultural. Muitos estudantes não têm acesso em suas escolas à internet, falta energia elétrica, água encanada e sistema de saneamento básico.

Segundo dados publicados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), elaborado em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 25 de maio de 2010, e veiculado por Jamil Chade no jornal *O Estado de S. Paulo*[16], apenas metade das escolas brasileiras tem acesso à internet. O acesso de escolas brasileiras à internet é ainda inferior às taxas de Omã, Chile, Arábia Saudita, Tunísia e Turquia: enquanto a proporção mundial de escolas com conexão à internet chega a 77%, no Brasil é de 56%.

Os fatores apresentados acima são cruciais para a garantia de qualidade em qualquer modalidade de ensino. Se esta situação não for superada, qualquer desenvolvimento e implementação de metodologias com base na EAD atingirão apenas as camadas da população mais elitizadas dos grandes e médios centros.

Um dos entraves também percebidos tem relação com a posição de baixo prestígio da EAD. Por ter sido considerada por muito tempo como uma solução paliativa e emergencial comparada aos sistemas presenciais, a EAD é geralmente vista como uma segunda oportunidade e/ou possibilidade para os que não tiveram acesso ou

[16] Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/cfp/index.php/informacoes-antigas/noticias-externas/128-apenas-metade-das-escolas-no-brasil-oferece-acesso-a-internet-para-alunos->. Acesso em: 03 ago. 2011.

evadiram no ensino regular. Esta percepção acaba gerando dúvidas quanto à qualidade do ensino a distância e sendo apontada como segunda opção de formação.

O elevado custo, tanto na implantação quanto na manutenção, com equipamentos (*hardwares*, *softwares*, ambientes virtuais de aprendizagem e material didático apropriado), boa conexão à internet e pessoal qualificado ainda é muito elevado para os padrões de renda no Brasil.

Aliado às questões apontadas acima, apontamos ainda a questão de termos uma legislação ainda insuficiente para dar sustentação à modalidade.

Porém há pontos que causam expectativas positivas em relação a esta modalidade. Uma tendência fortemente percebida para a educação no futuro, segundo Belloni (2001, p. 103), é a convergência dos dois grandes paradigmas da educação de nosso século: o ensino convencional, presencial e a educação aberta e a distância, diminuindo as diferenças metodológicas entre eles, no sentido de criar novos modelos nos quais metodologias e técnicas não presenciais serão cada vez mais utilizadas pelo ensino convencional.

Dentre estas possibilidades estão as disciplinas desenvolvidas de forma semipresencial onde o aluno pode acompanhar parte do conteúdo e esclarecer dúvidas pela internet, além de participar de encontros presenciais agendados previamente pelo professor. Estas possibilidades representam uma nova forma de ensinar e aprender, recriando a relação aluno-professor e construindo conhecimento a partir da interação.

Consideramos ainda que um excelente professor no ensino presencial não será, necessariamente, um bom professor ou tutor na EAD. Além da apropriação do conteúdo agrega-se uma capacidade de articular os diferentes recursos tecnológicos, mídias, fontes de informação e tecnologia à prática pedagógica.

Diante da questão colocada, percebemos uma grande busca por profissionais qualificados para atuar neste espaço, a exemplo de docência em AVAs, tutoria, gestão *design*, programadores, ilustradores, etc., todos essenciais para o desenvolvimento de cursos nesta modalidade.

As pessoas portadoras de deficiência têm apontado a modalidade a distância como alternativa de formação, considerando, além dos itens convencionais, como

qualidade do curso, grade curricular, localização do campus, custo da matrícula e preço das mensalidades, a infraestrutura adequada para atendê-los. Nos cursos EAD há uma flexibilidade de tempo e espaço, que respeita o ritmo de estudo de cada um.

Outra possibilidade percebida é o estudo em universidade estrangeira sem ter que sair do país, principalmente para os profissionais que já atuam na sua área de desejo, onde esta modalidade agiliza uma formação internacional, além de reforçar o repertório de outro idioma. Este estudo é uma forma de adquirir conhecimento global para ascensão na carreira, sem arcar com os custos de transporte, hospedagem e alimentação, porém é preciso estar atento ao processo de revalidação do diploma ou certificado por uma instituição brasileira para que o curso tenha um reconhecimento nacional – esta revalidação é uma exigência do MEC para qualquer curso estrangeiro, independente da modalidade.

No capítulo seguinte buscamos analisar a função e concepção da gestão, aproximando-a da abordagem contingencial da administração, bem como refletir a cerca dos elementos norteadores para a gestão na EAD apontando a flexibilidade e a construção coletiva no processo de tomada de decisão como elementos centrais que perpassam a gestão de cursos na EAD.

3 GESTÃO E EAD

"Quando consideramos a história possível e não apenas a história existente, passamos a acreditar que outro mundo é viável. E não há intelectual que trabalhe sem idéia de futuro. Para ser digno do homem, qual seja, do homem visto como projeto, o trabalho intelectual e educacional tem que ser fundado no futuro. É dessa forma que os professores podem tornar-se intelectuais: olhando o futuro."

Milton Santos, 2009.

Nas teorias que fazem parte da escola clássica de administração foram estabelecidos os princípios e estruturas organizacionais para nortear as ações nas instituições em geral. A natureza do objeto foi definindo a natureza da ação administrativa, consolidando a "administração empresarial", no enfoque científico da teoria gerencial de Taylor, a "administração industrial", concebida por Fayol, e a "administração pública", por Willoughby, no contexto da ciência política.

Este entendimento (de que a natureza do objeto define a natureza da ação administrativa) deu origem ao *princípio da especificidade* onde a partir desse princípio se desenvolveu a administração no campo da educação como campo de estudo e atividade profissional.

Segundo Sander (2002), foi nas décadas de 1920 e 1930 que surgiu a administração educacional como campo profissional de estudo. Nesta época, a disciplina *Administração escolar e educação comparada* passou a compor os currículos dos cursos de licenciatura de Filosofia, Ciências e Letras direcionadas à formação de professores para a educação básica.

Embora o conceito de administração e gestão apresente características específicas que as diferenciam, (a administração é mais associada aos processos de mercado e a gestão aos processos das relações humanas) neste trabalho nós as tomamos como sinônimos.

A organização e a gestão fazem parte do conjunto das condições e meios utilizados para assegurar o funcionamento dos cursos de modo que alcance os objetivos educacionais esperados tanto quanto para alcançar as finalidades do ensino,

considerando que a base da instituição educacional são os processos de ensino e aprendizagem mediante os procedimentos didático-pedagógicos. Assim a gestão pode ser definida como uma atividade onde são mobilizados os meios e procedimentos para alcançar os objetivos da instituição.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/96, a gestão da educação nacional se expressa através da organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, das incumbências da União, dos Estados e dos Municípios, das diferentes formas de articulação entre as instâncias normativas e executivas do setor educacional e da oferta de educação pelo setor público e privado. Para a LDB, a principal atribuição de uma instituição de ensino e onde sua gestão deverá orientar-se está na elaboração e execução de sua proposta pedagógica.

A gestão da educação abrange desde a formulação de políticas e planos institucionais, concepções de projetos pedagógicos para sistemas educacionais até a execução, supervisão e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a administração dos recursos financeiros, materiais e tecnológicos.

Para Bussmann (1995),

> a gestão educacional nos direciona a reflexões sobre administração, pois nos auxilia a compreender, situar e realizar o processo e os procedimentos de planejamento, sua organização e seu funcionamento, para que sejam alcançados os objetivos e seja cumprida sua tarefa socioeducativa como organização de natureza social.

Ainda para Bussmann (1995),

> administrar é agir de modo a combinar adequadamente o uso de recursos disponíveis para atingir objetivos, [como também] implica processo decisório e de acompanhamento e avaliação daquilo que é proposto pelo projeto político-pedagógico.

Martins e Polak (2001) afirmam que “administrar é o ato de trabalhar com as pessoas e por meio das pessoas para realizar objetivos e atingir resultados”. A tarefa de administrar seria, então, a de interpretar os objetivos propostos e transformá-los em ações por meio do planejamento, da organização, da direção e do

controle e avaliação em todas as áreas e nos diferentes níveis das organizações e instituições, sejam elas de natureza pública ou privada.

3.1 A GESTÃO NA PERSPECTIVA DAS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO COM A ABORDAGEM CONTINGENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO

Segundo Chiavenato (2004, p. 390), “A palavra *Contingência* significa algo incerto ou eventual, que pode suceder ou não, depende das circunstâncias”. Tudo o que acontece, quer em nível sociológico, tecnológico, político ou demográfico, poderá direcionar a sua atividade, a sua estrutura organizacional, a sua gestão e as decisões dos seus gestores.

Na Abordagem Contingencial não é possível estabelecer uma única forma de gerir as organizações: cada situação específica requer um tipo de gestão específica. Não há planos, estruturas, estilos de liderança ou controles únicos em todas as situações pelas quais uma organização se encontra. Ela precisa identificar diferentes formas de se estruturar e organizar para diferentes situações (HAMPTON, 1990).

Portanto a estrutura de uma organização e seu funcionamento são dependentes, principalmente, da relação com o ambiente externo e a tecnologia. Para Chiavenato (2004), a Abordagem Contingencial divide-se em teorias, como a clássica, das relações humanas, da burocracia, estruturalista, neoclássica, comportamental, de sistemas e da contingência.

A Teoria Clássica é identificada por ser uma organização de um regime fechado, rígido e mecânico sem conexão com seu ambiente exterior. A preocupação dos autores clássicos era encontrar a melhor maneira de organizar, valendo para qualquer tipo de organização. Nesta teoria, aplica-se o bom senso: o que valia para uma organização valia para as demais.

Já para a Teoria das Relações Humanas, a maior preocupação era o comportamento humano e o relacionamento informal e social dos participantes dos grupos sociais que determinam o comportamento individual: o que era válido para uma organização humana era válido para as demais.

A Teoria da Burocracia foi trazida das obras de Max Weber que se preocupa com os aspectos internos e formalidades de um sistema fechado, na divisão do trabalho, no poder da autoridade, na imposição de regras e disciplina, além de apresentar um caráter racional, legal, impessoal e formal para a máxima eficiência.

A Teoria Estruturalista amplia o conceito de organização e do homem numa tentativa de integração entre as abordagens clássicas e humanísticas, a partir da moldura da teoria da burocracia. Os estruturalistas desenvolvem análises comparativas das organizações facilitando a localização de características organizacionais.

A Teoria Neoclássica marca um retorno dos clássicos atualizados, inovando e adaptando a mudança, e utiliza velhos conceitos de uma teoria que apresenta um caráter universal.

A Teoria Comportamental é uma teoria deixada como herança da Teoria das Relações Humanas e ampliou o conceito do comportamento social comparando estilo tradicional de administração com o estilo na compreensão dos conceitos de comportamento de motivação: para mudar uma organização e para se adaptar à dinâmica é necessário mudar o comportamento dos seus participantes e suas relações.

A Teoria de Sistemas desenvolveu ampla visão de organização seguindo uma preocupação com a construção de modelos abertos. O sistema se divide em subsistemas que têm organizações inter-relacionadas, e o supra-sistema com os subsistemas e com a organização como um todo.

Na Teoria da Contingência há um deslocamento da visualização de dentro para fora da organização onde tudo passa a depender das características ambientais para a organização, bem como da influência dos sistemas culturais. Essa teoria é considerada um passo além da Teoria de Sistemas em administração e procura compreender como operam outras organizações.

A Teoria da Contingência surgiu a partir de várias pesquisas feitas para verificar os modelos de estruturas organizacionais mais eficazes. Baseados nestes estudos houve uma interação entre as variáveis ambientais, as técnicas administrativas e a relação funcional dentro das organizações. Estas pesquisas pretendiam confirmar se as organizações mais eficazes seguiam os pressupostos da teoria clássica quanto à divisão do trabalho, amplitude de controle, hierarquia de autoridade, etc.

A Abordagem Contingencial conclui que os fatores ambientais e tecnológicos são fundamentais para o equilíbrio dentro das organizações onde estes aspectos atuam como oportunidade ou entraves que influenciam a estrutura e os processos internos da organização.

A Teoria da Contingência, além de considerar as contribuições das diversas teorias anteriores (FIGURA 2), consegue coordenar os princípios básicos da administração, como as tarefas, a estrutura, as pessoas, a tecnologia e o ambiente.

A abordagem, mesmo tendo analisado outras escolas, como a Teoria Clássica ou a Teoria de Sistemas, ampliou a compreensão de que nada é absoluto ou universalmente aplicável, tudo é composto de variáveis, sejam situacionais, circunstanciais, ambientais, tecnológicas ou econômicas, e diferem em graus de variação.

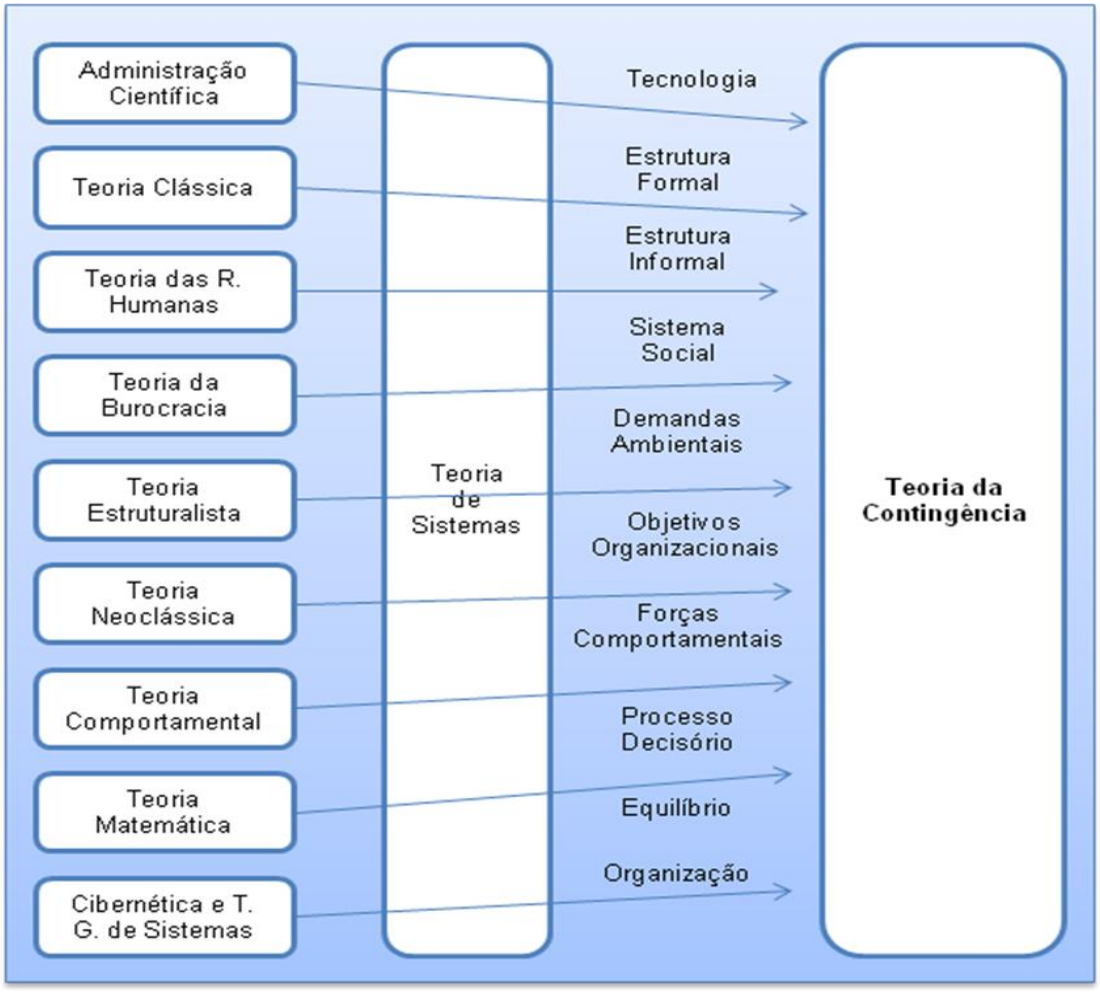


Figura 2 – Contribuições das teorias da administração (ANEXO B) para a teoria da contingência

Fonte: CHIAVENATO, 2004

Para Chiavenato (2004), a Teoria da Contingência representa um passo além da Teoria dos Sistemas em administração, pois procura analisar as relações dentro e entre os subsistemas, bem como entre a organização e o ambiente na qual está inserida, enfatizar a natureza multivariada das organizações e verificar como as organizações operam sob condições variáveis e em circunstâncias específicas. A visão contingencial está direcionada para desenhos organizacionais e sistemas gerenciais adequados para cada situação específica.

Considerando ainda a importância das questões da subjetividade, entendemos que a contribuição mais significativa da abordagem contingencial está na identificação das variáveis que refletem maior impacto sobre a organização, como o *ambiente* e a *tecnologia;* assim optamos por apresentar de forma mais aprofundada apenas estes dois aspectos citados.

Para Chiavenato (2004), ambiente é tudo que envolve externamente uma organização ou um sistema; é o contexto em que a organização está inserida. Como a organização é um sistema aberto, mantém relações com o ambiente, isto faz com que tudo o que ocorre externamente no ambiente passe a influenciar internamente na organização. Como o ambiente é vasto, complexo e envolve tudo ao redor da organização, pode ser analisado em dois segmentos: o ambiente geral e o de tarefas.

O ambiente geral é o macroambiente, é o ambiente geral e comum a todas as organizações, sendo constituído de um conjunto de condições semelhantes para todas as organizações. As principais condições são: condições tecnológicas, condições econômicas, condições políticas, condições legais, condições demográficas, condições ecológicas e condições culturais. Já o ambiente de tarefa é o ambiente mais próximo e imediato de cada organização. O ambiente de tarefa é constituído por: fornecedores, clientes ou usuários, concorrentes e entidades reguladoras.

Sob o ponto de vista administrativo, a tecnologia é considerada como algo que se desenvolve predominantemente nas organizações em geral através de conhecimentos acumulados e desenvolvidos sobre o significado e execução de tarefas e pelas suas manifestações físicas, constituindo um complexo de técnicas usadas na transformação dos insumos em resultados. A tecnologia pode estar ou não incorporada a bens físicos.

A *tecnologia incorporada* está nos bens de capital, matérias-primas intermediárias, componentes, etc. e a *tecnologia não incorporada* encontra-se nas pessoas sob formas de conhecimentos intelectuais ou operacionais, facilidade mental ou manual para executar as operações. Para Chiavenato (2004), “tecnologia é o conhecimento que pode ser utilizado para transformar elementos materiais em bens ou serviços, modificando sua natureza ou suas características.”

Esta compreensão se aproxima do conceito de tecnologia desenvolvido por Lima Junior e Alves (2006, p. 15), quando afirmam que tecnologia,

> [...] não se restringe aos suportes materiais nem aos métodos (formas) de consecução de finalidades e objetivos produtivos, muito menos ainda, não se limita à assimilação e à reprodução de modos de fazer (saber fazer) pré-determinados, estanques e definitivos; mas, ao contrário, podemos dizer que consiste em: *um processo criativo através do qual o ser humano utiliza-se de recursos materiais e imateriais, ou os cria a partir do que está disponível na natureza e no seu contexto vivencial, a fim de encontrar respostas para os problemas de seu contexto, superando-os*. Neste processo, o ser humano transforma a realidade da qual participa e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo, descobre formas de atuação e produz conhecimento sobre elas, inventa meios e produz conhecimento sobre tal processo, no qual está implicado.

Considerando que a tecnologia tem o potencial de determinar a natureza da estrutura e do comportamento organizacional, podemos afirmar que provoca um forte impacto sobre a vida, natureza e funcionamento das organizações.

Assim, considerando as condições da educação na modalidade a distância já apontadas anteriormente e a concepção e função da gestão neste “novo” contexto, podemos localizar a gestão na EAD nos modelos abertos de gestão e na abordagem contingencial da administração, entendendo que a flexibilidade e a participação coletiva na tomada de decisão são elementos centrais que perpassam e norteiam a gestão de cursos a distância.

3.2 ELEMENTOS NORTEADORES E CENTRAIS PARA A GESTÃO NA EAD

Acredito que assim como a economia, a política e o campo social a educação passou e passa por mudanças em que todos são desafiados a encontrar novos

modelos para novas situações e que quando consideramos que o processo de gestão é responsável por definir ações por meio da tomada de decisões de acordo com os objetivos pré-determinados, se torna fundamental na definição e direcionamento dos cursos, inclusive os cursos na modalidade a distância.

Novaes (2006) diz que as duas últimas décadas do século XX foram marcadas por significativas mudanças no panorama político, econômico e social onde podemos destacar como desdobramento um novo modelo de relações econômicas internacionais, a democratização dos regimes políticos e as transformações tecnológicas. Essas mudanças afetaram os países, as instituições, as pessoas e os sistemas educacionais.

Esta percepção é compartilhada por Levy (1998, p. 62) quando nos diz que,

> As profundas alterações ocorridas no mundo do trabalho, imperativo gerado nessa sociedade, exigem o repensar das organizações e de sua gestão. O desafio que se coloca é o de superar o paradigma que favorece o desenvolvimento de práticas burocráticas, individualistas, fragmentadas e hierarquizadas nas instituições e organizações. Estas devem ser repensadas no tocante às suas estruturas, organização, funcionamento e às suas formas de gestão. A gestão, como função básica e necessária em todas as organizações modernas, terá outra dinâmica, visto que os modelos clássicos já não atendem mais aos novos modos de organização do trabalho e da produção. Significa dizer que os paradigmas de gestão até então vigentes estão se esgotando, pois "o enfrentamento dessa realidade provavelmente será através de estruturas de organização que favoreçam uma verdadeira socialização das soluções de problemas, requerendo, urgentemente, imaginar, experimentar e promover estruturas de organizações e estilos de decisões orientadas para o aprofundamento da democracia."

Na construção desse trabalho o conceito de gestão na educação a distância entendido, construído e assumido pela pesquisadora está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico e a participação nas decisões mediante um compromisso coletivo com os resultados educacionais. Assim a gestão se aproxima de um formato mais aberto, flexível e adaptável a interação, integração e de inovações tecnológicas.

Os processos de gestão têm buscado a transformação de atuação das pessoas envolvidas de forma interativa e recíproca, a partir de uma óptica aberta, democrática e sistêmica. Para Luck (2007, p. 109),

> O que se preconiza é uma nova óptica de organização e direção de instituições, tendo em mente a sua transformação e de seus processos, mediante a transformação de atuação, de pessoas e de instituições de forma interativa e recíproca, a partir de uma perspectiva aberta, democrática e sistêmica.

Caminhamos para modelos de gestão mais complexos e diferenciados, menos centralizados, mais integrados, horizontalizados e flexíveis, baseados em grupos e equipes de trabalho que se aproximam do modelo de organização aberta, inclusive nas organizações públicas quando se propõem a organizarem-se por meio da constituição de conselhos, colegiados e órgãos representativos. Assim, Novaes (2006, p. 61) afirma que

> Este modelo de gestão requer que as organizações sejam dotadas de maior flexibilidade, ou seja, assimilem rapidamente as inovações, bem como proporcione aos atores maior grau de responsabilidade com as demandas relacionadas com a gestão da organização.

A gestão educacional está baseada em princípios e diretrizes que dão sustentação a uma proposta de ação onde seus colaboradores devem procurar referendar e agir de acordo com esses princípios. Nesse contexto, a avaliação é apontada como um dos elementos indissociáveis do processo de gestão.

Para Neder (2006), a avaliação como prática educativa deve ser compreendida como uma atividade política cuja principal função é a de propiciar subsídios para tomadas de decisões quanto ao direcionamento das ações em determinado contexto educacional. A avaliação não deve ser vista, portanto, isolada de um projeto concreto que traga em seu bojo determinada proposta de ação e que busque modificações de uma determinada situação.

Para os projetos da EAD, a organização de um sistema, conforme Preti (1996a), é, às vezes, algo mais complexo que um sistema tradicional presencial, visto que exige não só a preparação de material didático específico, mas também a integração de “multimeios” e a presença de especialistas nesta modalidade.

Assim, os processos de gestão na EAD têm buscado alternativas por meio da compreensão de elementos que otimizem os processos envolvidos, mas que ainda apresentam muitas dificuldades, dentre estes podemos destacar a tomada de

decisão e a flexibilidade dos processos. Na compreensão e aprofundamento desta discussão podemos apontar possibilidades viáveis a esta modalidade com uma diminuição dos entraves, oportunizando aprendizagens de qualidade. Bof (2002, p. 1) reafirma esta questão quando diz que,

> Cada vez mais, torna-se evidente a importância da gestão em programas educacionais. Idéias boas podem se perder ou resultar em programas pobres e ineficazes, quando não se dá a devida atenção a este requisito. No caso da EAD, isso não é diferente. Sistemas de EAD são complexos e exigem uma gestão eficiente para que os resultados educacionais possam ser alcançados. Uma vez definidos os objetivos educacionais, o desenho instrucional, etapas e atividades, os mecanismos de apoio à aprendizagem, as tecnologias a serem utilizadas, a avaliação, os procedimentos formais acadêmicos e o funcionamento do sistema como um todo, é fundamental que se estabeleçam as estratégias e mecanismos pelos quais se pode assegurar que esse sistema vá efetivamente funcionar conforme o previsto.

A investigação e compreensão da complexidade deste processo tornam mais realista e menos ingênua a suposição de que a EAD, por meio da internet, possa viabilizar soluções fáceis, implantada sem esforço ou investimentos, com resultados e lucros rápidos, priorizando apenas a comercialização e sem grandes preocupações pedagógicas e metodológicas.

De acordo com Ribas e Hermenegildo (2008), a EAD consiste em uma modalidade educativa alternativa e em um sistema inovador de modo que adota uma estrutura institucional sistêmica, composta por vários subsistemas organizados entre si, como: um subsistema que capta as necessidades educativas dos diversos setores sociais; de planejamento; de elaboração pedagógica dos conteúdos; produção de materiais; processo de aprendizagem e avaliação, etc.

Para Bof (2002), os bons sistemas de EAD são compostos por uma série de componentes que devem funcionar integrados. Trata-se da formalização de uma estrutura operacional que envolve desde o desenvolvimento da concepção do curso, a produção dos materiais didáticos ou fontes de informação e a definição do sistema de avaliação até o estabelecimento dos mecanismos operacionais de distribuição de matérias, disponibilização de serviços de apoio a aprendizagem aos alunos e o estabelecimento de procedimentos acadêmicos.

Dependendo da instituição, da abrangência de sua área de atuação, dos objetivos educacionais propostos, da natureza dos cursos oferecidos, esta estrutura pode ser

mais ou menos complexa. Para Bielshowisck (2002, p. 3), de um modo geral, pode-se dizer que sistemas de EAD devem contemplar algumas questões básicas:

- Apresentar objetivos claramente estabelecidos, ou seja, oferecer um PPP bem definido e consistente com seus propósitos;
- Utilizar um material didático impresso e, eventualmente, também em meios digitais, com conteúdo sólido e preparado para o processo de EAD;
- Contemplar uma solução clara para o sistema de tutoria, peça chave no sucesso de um sistema de EAD;
- Dispor de plataformas tecnológicas adaptadas às necessidades da proposta e, ao mesmo tempo, de elementos tecnológicos não excludentes, do ponto de vista do acesso aos estudantes;
- Indicar uma solução física e operacional que garanta encontros presenciais e disponibilize espaços de ensino/aprendizagem (laboratórios, biblioteca, etc.) próximos ao estudante e contemplar um sistema consistente de avaliação;
- Necessita de uma equipe docente altamente qualificada, tanto do ponto de vista do conteúdo específico quanto no que concerne a pressupostos pedagógicos, uma vez que esta equipe estará multiplicando seus conhecimentos, de forma interativa, para um número de alunos muito maior que aquele praticado pelo ensino presencial;
- Necessita de uma infraestrutura administrativa/operacional que garanta a eficácia de todas as complexas etapas do processo.

Cada uma dessas questões pode ser acompanhada e avaliada a partir de seus elementos constitutivos, com base na compreensão de educação e de EAD que dão sustentação ao projeto do curso. Embora a modalidade a distância possua características e formato próprios, não há um modelo único de EAD. Os programas podem apresentar diferentes desenhos e recursos educacionais e tecnológicos.

Assim seu “desenho” vai sendo construído com base nas “poucas” orientações legais e decisões tomadas durante o processo, considerando ainda a necessidade de serem flexíveis, pois as experiências vivenciadas são novas e não há um referencial definido para esta modalidade – está em processo de construção.

Para Sartori e Roesler (2005), o desenvolvimento da EAD gera novos processos na organização, no funcionamento e na gestão das universidades. Esta modalidade requer novas estratégias de gerenciamento acadêmico, pedagógico, tecnológico, articulação com a própria universidade e avaliação permanente e integral do sistema. Assim, a gestão em EAD é entendida como um espaço sistêmico, descentralizado e ético, o que exige flexibilidade dos processos, capacidade de escuta e a valorização do outro.

Como a Teoria da Contingência parte do pressuposto que não existe uma estrutura organizacional que possa ser efetiva em todas as organizações, pois a melhor otimização da estrutura dependerá de alguns fatores contingenciais, tais como estratégia, tamanho, incerteza da tarefa (considerando as situações ainda não vivenciadas e, portanto, sem uma experiência e/ou referência construída) e tecnologia que, por sua vez, refletem a influência do ambiente numa dada organização (DONALDSON, 1999), podemos identificar e/ou localizar a gestão dos cursos de educação na modalidade a distância na Teoria da Contingência, na medida em que potencializam novas estruturas de organização das atividades para se ajustarem adequadamente às demandas ambientais, tecnológicas e as singularidades de cada instituição.

3.2.1 **Elementos norteadores para a gestão na EAD a partir dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância formulados pelo MEC**

A consolidação da reforma educacional brasileira, instaurada pela LDB nº 9.394/96, oficializa, na política nacional, a normatização da EAD no país como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Diante disso, o Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (ANEXO H), em seu artigo 1º, define a EAD como

> [...] uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Os “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” formulados pelo MEC – em complemento às determinações da LDB e do Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (ANEXO M) – também nos apontam indicadores que devem nortear estes cursos no que se refere aos aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura, sendo inseridos no seu PPP. Embora seja um documento sem força de lei, é um referencial norteador que permite subsidiar atos legais do poder público no que se refere aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da EAD.

A partir da leitura e reflexão dos “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” fizemos uma releitura, onde neste trabalho a perspectiva dos referenciais de qualidade foi construída a partir da própria experiência de trabalho vivenciada pela UNEB, onde indicamos aquilo que tomamos, do ponto de vista empírico, como elementos constituintes do trabalho da EAD na UNEB:

a) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem

A opção epistemológica de educação, de currículo, de ensino, de aprendizagem, de perfil do estudante que deseja formar devem estar explícitos no PPP do Curso. A partir dessa opção é que se define como se desenvolverão os processos de produção do material didático, de tutoria, de comunicação e de avaliação, delineando princípios e diretrizes que alicerçarão o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Esta opção também norteará a proposta de organização do currículo e seu desenvolvimento. A organização em disciplina, módulo, tema, área deve refletir a escolha feita pelos sujeitos envolvidos no projeto. A compreensão de avaliação, os instrumentos a serem utilizados, as concepções de tutor, de estudante, de professor, enfim, devem ter coerência com a opção teórico-metodológica definida no projeto pedagógico.

b) Sistemas de comunicação

O uso da tecnologia na educação apóia-se em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes interação no processo de ensino-aprendizagem, comunicação no sistema com garantia de oportunidades para o desenvolvimento de projetos compartilhados, o reconhecimento e respeito em relação às diferentes culturas e de construção do conhecimento. Assim, o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação e devem ser garantidos no uso de qualquer meio tecnológico a ser trabalhado.

Um curso superior a distância apóia-se em um sistema de comunicação que permita ao estudante resolver, com rapidez, questões referentes ao material didático e seus conteúdos, aos aspectos relativos à orientação de aprendizagem, articulando o estudante com docentes, tutores, colegas, coordenadores de curso e disciplinas e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo; prevendo ainda momentos de encontros presenciais, cuja frequência deve ser determinada pela natureza da área do curso oferecido e pela metodologia de ensino utilizada.

Assim o projeto de curso deve prever vias efetivas de comunicação e diálogo entre todos os sujeitos do processo educacional, criando condições para diminuir a sensação de isolamento apontada como uma das causas de perda de qualidade no processo educacional e uma dos principais responsáveis pela evasão nos cursos a distância.

Uma das possibilidades apontadas é o estímulo à interatividade entre estes sujeitos onde, segundo Silva (1998), o conceito de interatividade é recente, posterior ao conceito de interação (que vem da física), tendo sido incorporado por outros campos do saber. Para Silva (1998), o conceito de interatividade vem da *pop art*, caracterizada pela fusão sujeito-objeto, como, por exemplo, os “parangolés”, de Hélio Oiticica, onde o espectador interfere, modifica e co-cria a obra com o artista.

Assim o conceito de interatividade vai para além do conceito de interação onde existe uma separação entre quem emite e quem recebe a mensagem. O conceito de interatividade transcende o conceito de interação, pois não há uma separação em

polo emissor e polo receptor, já que a mensagem numa dimensão interativa não está restrita à emissão.

Esta compreensão aproxima-se de Primo (2000) quando afirma que o conceito de interatividade está baseado na diferenciação que estabelece entre o que é interativo e o que é reativo. Um sistema reativo trabalha com um grupo de possibilidades de escolhas enquanto um sistema interativo trabalha com a autonomia e o diálogo onde a comunicação está baseada na troca.

c) Material didático

O material didático, tanto relativo ao conteúdo quanto a forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico do curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor.

As instituições elaboram seus materiais para uso a distância, buscando integrar as diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de videoconferências e teleconferências, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e favorecendo a interação entre os múltiplos atores.

d) Avaliação

Em um projeto de EAD quando se trata da avaliação contemplamos duas dimensões: o processo de *aprendizagem* e a *avaliação institucional*.

Na avaliação, o modelo de avaliação da aprendizagem perpassa por um processo contínuo, para verificar o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento, identificando eventuais dificuldades na aprendizagem e buscando saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem. Estas devem ser compostas de avaliações a distância e presenciais. O disposto no Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (ANEXO M), estabelece a

obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação.

Os sistemas de avaliação institucional são planejados e implementados para que possam produzir melhorias de qualidade nas condições de oferta dos cursos e no processo pedagógico, estando de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e considerando: a organização didático-pedagógica; corpo docente, tutores, técnico-administrativo, discentes; instalações físicas; etapas de autoavaliação e avaliação externa.

e) Equipe multidisciplinar

Na EAD há diferentes possibilidades de composição dos profissionais envolvidos com a estruturação e funcionamento de cursos, mas que não pode deixar de considerar uma composição que garanta uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos. Dentre estes podemos citar os docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo.

Na equipe multidisciplinar, os professores vêem suas funções se ampliarem, por exemplo, precisam selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas, identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes, definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares, elaborar o material didático para programas a distância, realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e avaliar os estudantes, avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de ensino superior a distância.

O tutor desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos superiores a distância. O tutor participa ativamente da prática pedagógica e suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente contribuem para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico. O quadro de tutores previstos para o processo de mediação pedagógica deve especificar a relação numérica estudantes/tutor capaz de permitir interação no processo de aprendizagem.

O corpo técnico-administrativo tem por função oferecer o apoio necessário para a plena realização dos cursos ofertados, atuando na sede da instituição junto à equipe docente responsável pela gestão do curso e nos polos descentralizados de apoio presencial. As atividades desempenhadas por esses profissionais envolvem duas dimensões principais: a administrativa e a tecnológica.

f) Infraestrutura de apoio

Um curso a distância necessita de uma infraestrutura material proporcional ao número de estudantes, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançado.

A infraestrutura material refere-se aos equipamentos de televisão, videocassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, inclusive dedicadas para internet e serviços 0800, fax, equipamentos para produção audiovisual e para videoconferência, computadores ligados em rede e/ou *stand alone* e outros, dependendo da proposta do curso.

A infraestrutura física necessita ter disponível a sede da instituição (em sua Secretaria, núcleo de EAD) e os polos de apoio presencial que possam centralizar a gestão dos cursos ofertados, tendo ainda uma Coordenação acadêmico-operacional nas instituições, polo de apoio presencial, bibliotecas, laboratório de informática e de ensino, secretaria do polo e salas de tutoria.

A infraestrutura básica deve ser composta por secretaria acadêmica, salas de coordenação do curso, salas para tutoria a distância, biblioteca, sala de professores, sala de videoconferência (opcional).

g) Gestão acadêmico-administrativa

A gestão acadêmica de um projeto de curso de EAD é integrada aos demais processos da instituição. É importante que o estudante de um curso a distância tenha as mesmas condições e suporte que o presencial, e o sistema acadêmico

deve priorizar isso, no sentido de oferecer a este estudante o acesso aos mesmos serviços disponíveis para os do ensino na modalidade presencial, como matrícula, inscrições, requisições, acesso às informações institucionais, secretaria, tesouraria, etc.

h) Sustentabilidade financeira

A educação superior a distância de qualidade necessita de uma serie de investimentos iniciais elevados, para a produção de material didático, para a capacitação das equipes multidisciplinares, implantação de polos de apoio presencial e disponibilização dos demais recursos educacionais, assim como na implantação (metodologia e equipe) da gestão do sistema de EAD.

Considera-se ainda uma previsão de seus recursos apontando alguns elementos, como:

1) Investimento (de curto e médio prazo): produção de material didático; implantação do sistema de gestão; equipamentos de comunicação, gestão, laboratórios, etc.; implantação dos polos descentralizados de apoio presencial e centro de EAD ou salas de tutoria e de coordenação acadêmico operacional nas instituições.
2) Custeio: equipe docente, coordenador do curso, coordenadores de disciplinas, coordenador de tutoria e professores responsáveis pelo conteúdo; equipe de tutores para atividades de tutoria; equipe multidisciplinar; equipe de gestão do sistema; recursos de comunicação; distribuição de material didático; sistema de avaliação.

Além dos aspectos apontados pelos “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” formulados pelo MEC, considera-se ainda o compromisso dos gestores, desenho do projeto, equipe profissional multidisciplinar, comunicação/interação entre os agentes, recursos educacionais, avaliação contínua e abrangente, convênios e parcerias e transparências nas informações.

O PPP precisa apresentar sua opção epistemológica de educação, de currículo, de aprendizagem e de perfil do estudante que deseja formar. A partir dessa opção é que será desenvolvido o material didático, de tutoria, de comunicação e de avaliação.

3.2.2 **Flexibilidade e Tomada de Decisão como elementos centrais que perpassam a Gestão de cursos na EAD**

Para Belloni (2001, p. 105), a flexibilização no campo da educação tem diferentes acepções, destacando os seguintes aspectos:

- *Flexibilização do acesso*: numa perspectiva de democratização das oportunidades, que significa rever e tornar menos restritos os requisitos de acesso ao ensino, em especial o ensino superior. Em um país como o Brasil, esta flexibilização exigiria esforços no sentido de expandir a oferta de cursos de preparação, de criação de espaços de estudos e de disponibilização a preços muito baixos dos materiais pedagógicos.
- *Flexibilização do ensino*: numa perspectiva de promover o desenvolvimento das habilidades de autoaprendizagem, o que implicaria a oferta de cursos diversificados e modularizados, com o uso adequado de mídias em blocos coerentes, e de materiais efetivamente concebidos para autoaprendizagem, que pudessem ser utilizados por estudantes do ensino presencial e a distância.
- *Flexibilização da aprendizagem*: no sentido de exigir do estudante mais autonomia e independência, propiciando o desenvolvimento de sua capacidade de gerir seu próprio processo de aprendizagem.
- *Flexibilização da oferta de cursos*: em função das demandas sociais, numa perspectiva de educação ao longo da vida, o que implicaria um grande esforço de transformação dos atuais sistemas educacionais. Esta flexibilização, no sentido de atender as demandas sociais, exige, no entanto, um grande cuidado na escolha de cursos e disciplinas que podem ser ensinadas puramente a distância e no provimento de atividades presenciais para disciplinas para as quais tais atividades são indispensáveis (por exemplo, laboratórios, estágios, etc.).

Esta flexibilização não significa uma diminuição de critérios de qualidade na modalidade a distância, pelo contrário, os cuidados com os critérios de acompanhamento e avaliação devem ser redobrados no intuito de assegurar maior qualidade e credibilidade dos processos na EAD.

O Processo Decisório é considerado uma das funções básicas da administração associada ao planejamento, à organização, à direção e à avaliação onde na

evolução do seu estudo e no ambiente das organizações duas variáveis estão sempre presentes: a Informação e a Comunicação, ambas importantes para facilitar a vida do gestor no contexto da tomada de decisão.

Para Choo (2003, p. 27),

> A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação.

De acordo com Pereira e Fonseca (1997), a decisão é um processo sistêmico, paradoxal e contextual, não podendo ser analisada separadamente das circunstâncias que a envolvem. O conhecimento das características, dos paradoxos e desafios da sociedade é essencial à compreensão dos processos decisórios. A decisão é um julgamento, uma escolha feita entre alternativas, incluindo todos os “o que”, “quando”, “quem”, “por que” e “como”, que aparecem nos processos de decisão.

As decisões têm frequentemente um impacto muito além do resultado imediato. Na realidade, as decisões tomadas hoje se direcionam muito mais ao futuro que é fruto das idealizações nas quais as decisões são baseadas.

Podemos classificar as decisões em dois tipos: as programadas (estruturadas) e as não programadas (não estruturadas). As decisões programadas caracterizam os problemas que são bem compreendidos, estruturados, rotineiros e repetitivos e que se prestam aos procedimentos e regras sistemáticos. Assim, estas decisões são sempre semelhantes. As decisões não programadas destinam-se àqueles problemas que não são bem compreendidos, carecem de estruturação, tendem a ser singulares e não se prestam aos procedimentos sistêmicos ou rotineiros.

Conforme Maximiano (2000), a outra forma de classificar as decisões refere-se ao grau de participação de pessoas. Certas decisões são individuais, outras são por grupos ou por meio de consultas a grupos. O processo de tomada de decisão passou por duas fases características de evolução:

Inicialmente dominava uma visão tradicional onde as decisões estavam centralizadas num único decisor. Após esta fase, o processo de decisão começou a ser realizado em etapas, envolvendo diversos aspectos de cunho qualitativo. Atualmente, torna-se cada vez mais uma ação descentralizada e coletiva, destacando-se, no contexto mundial, a importância de decisões tomadas em grupo.

Associada ao processo de tomada de decisão, as instituições têm buscado a flexibilidade organizacional como um caminho para a rápida adaptação. Hatum e Pettigrew (2005) apontam que entre as capacidades que as instituições devem desenvolver, destacam-se o perfil da equipe dirigente, a cultura organizacional, o nível de centralização e formalização do processo de tomada de decisões e o monitoramento do ambiente externo e interno.

Assim, considerando que na EAD não há modelos preestabelecidos, sendo paradoxais e contextualizados, será no processo de tomada de decisão e no grau de flexibilidade apontado que será possível desenhar e/ou construir o formato do curso que será estabelecido, considerando ainda seu projeto pedagógico e as instruções legais e normativas que regulamentam esta modalidade.

A partir do capítulo seguinte buscamos descrever a amostra do campo de pesquisa onde, a princípio, refletimos a inserção da EAD na UNEB, apontando os projetos desenvolvidos pela Instituição; trazemos ainda a caracterização do curso pesquisado, onde apresentamos dados da criação, autorização, reconhecimento, projeto pedagógico e sistema de gestão.

4 CAMPO DE PESQUISA

"Por ser o primeiro curso de graduação a distância da UNEB e pela sua importância como Projeto Piloto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria com o Banco do Brasil, em nível nacional, ressaltando também a parceria local com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e com a UESB, ele mereceu atenção especial. Todos os esforços estão sendo empregados para garantir a acolhida e a permanência dos estudantes, pioneiros, junto conosco, na construção desta ousada iniciativa."

Lourisvaldo Valentim da Silva – Reitor da UNEB.

"Por ser o primeiro curso na modalidade a distância o Projeto Piloto teve uma importância fundamental, pois preparou a Universidade [UNEB] para o ingresso em todos os outros projeto que realiza hoje. Foi o ponto de partida e serviu de parâmetro não só para a UNEB como para todo o sistema UAB."

Silvar Ferreira Ribeiro – Coordenador EAD UNEB.

4.1 CURSO DE ADMINISTRAÇÃO A DISTÂNCIA: O PILOTO DA UAB

O MEC, com a finalidade de ampliar o acesso ao ensino superior e atender às demandas das estatais em termos de qualificação dos seus servidores públicos, propõe, em parceria com instituições de ensino superior, a criação do Curso de Graduação em Administração, na modalidade a distância, como um programa da UAB/MEC.

Este projeto obedece ao que dispõem o Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 (ANEXO I), que instituiu a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autarquia e fundacional, bem como regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Uma das políticas do Governo Federal foi a ampliação do acesso ao ensino superior, incluindo a formação dos servidores públicos. O Curso de Graduação em Administração foi um dos escolhidos devido sua importância para a formação de

agentes de mudança, sobretudo no processo de desenvolvimento socioeconômico do país.

As universidades que participarão do consórcio para a oferta do Curso de Graduação em Administração possuíam experiência em EAD, podendo assim promover a adequação necessária às especificidades de cada uma em termos de infraestrutura e de sistema de EAD, incluindo o material didático, os AVAs, o sistema de acompanhamento ao estudante a distância e a avaliação.

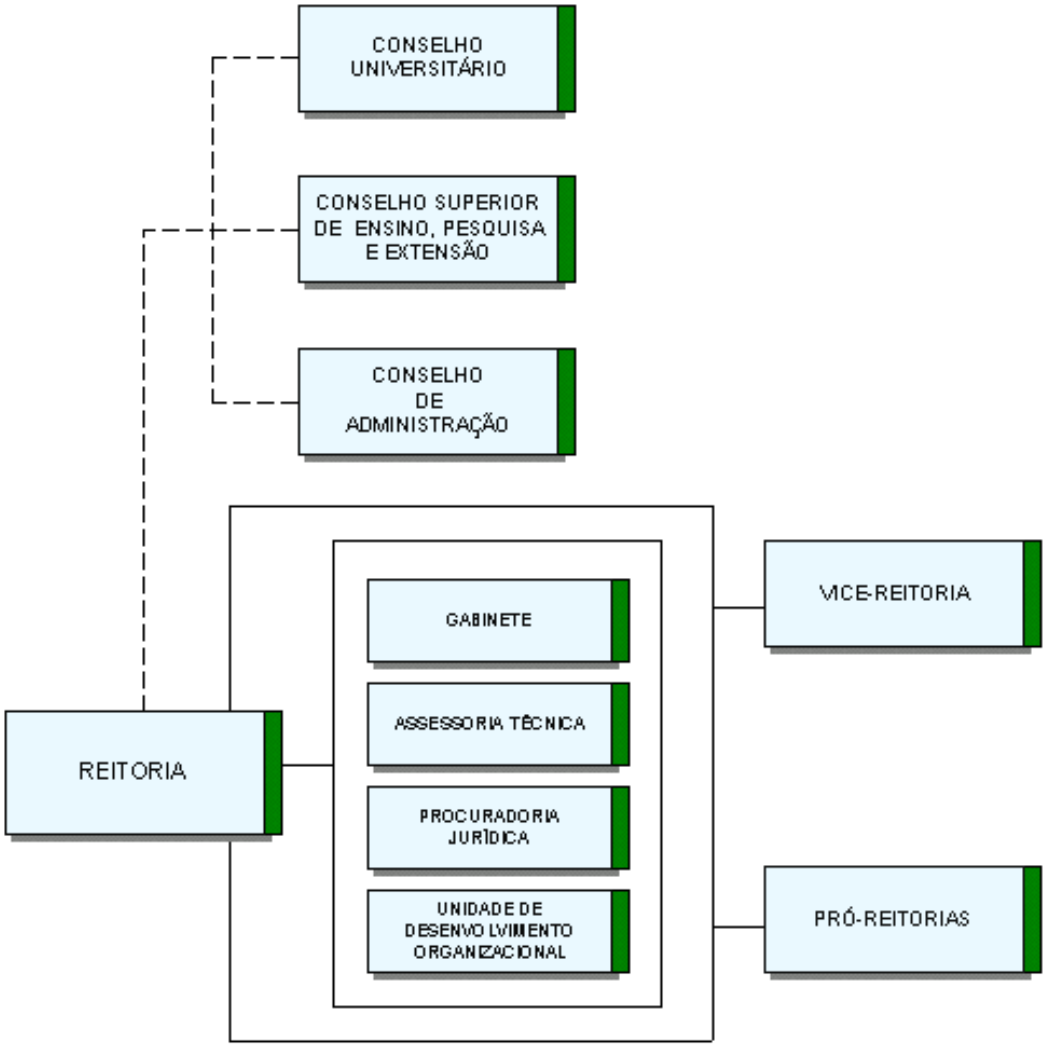
O Curso de Administração, na modalidade a Distância, é realizado por 27 universidades públicas brasileiras sob a coordenação do MEC e em parceria com o Banco do Brasil. Este é um Projeto Piloto da UAB que envolve 10 mil estudantes em todo território nacional.

Este curso teve início no segundo semestre do ano de 2006 e tem uma duração de quatro anos e meio, totalizando 3 000 horas, correspondendo a 200 créditos, organizados em módulos a serem integralizados no período de nove semestres.

4.1.1 **A inserção da EAD na UNEB e Projetos desenvolvidos**

A UNEB é a maior instituição pública de ensino superior da Bahia; fundada em 1983 e mantida pelo Governo do Estado da Bahia por intermédio da Secretaria da Educação (SEC), está presente, geograficamente, em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi. Possui 29 Departamentos instalados em 24 campi: um sediado na capital do Estado onde se localiza a administração central da instituição e os demais distribuídos em 23 municípios baianos de porte médio e grande.

A sua configuração estrutural e organizacional favorece a implantação de cursos e campi universitários nas diversas regiões do Estado. Com uma política de interiorização do ensino, tem se mostrado como um importante agente de desenvolvimento regional. A estrutura administrativa é composta por órgãos de Administração Superior, Setorial e Órgãos Suplementares, conforme Organograma 1:



Organograma 1 – Configuração estrutural e organizacional da UNEB
Fonte: http://www.saeb.ba.gov.br/perfil99/uneb_org.htm

A UNEB, desde 1996, vem desenvolvendo atividades de educação na modalidade a distância, inicialmente com a oferta de cursos de extensão e de disciplinas de graduação e pós-graduação dos cursos presenciais apoiados com a utilização dos recursos das tecnologias da informação e comunicação, tais como ambientes virtuais de aprendizagem, internet e recursos de televisão e vídeos.

Na especialização, desenvolveu, em parceria com a SEC e através do Instituto Anísio Teixeira (IAT), um curso de Planejamento e Gestão de Sistemas de EAD, utilizando-se da internet, videoconferência, material impresso e encontros presenciais para preparar gestores e técnicos da rede estadual de ensino para atuarem em seus municípios, Salvador e interior do Estado no apoio e na gestão das atividades de EAD destinadas à formação de professores.

Atualmente a UNEB vem estruturando sua Coordenação Central de EAD com um quadro docente composta de professores pesquisadores desta área e de pessoal técnico e recursos materiais, infraestrutura, equipamentos e recursos financeiros e orçamentários visando garantir o suporte aos seus projetos de cursos de graduação nesta modalidade.

Hoje a coordenação de cursos a distancia da UNEB está organizada por meio da Gestão dos Projetos e Atividades de Educação a Distância (GEAD), vinculada à Reitoria e atualmente está oferecendo diversos cursos de graduação entre licenciaturas (11 cursos) e bacharelados (02 cursos), especialização (04 cursos), extensão (03 cursos) e aperfeiçoamento (01 curso), conforme Quadro 3:

CURSOS OFERECIDOS PELA UNEB – MODALIDADE EAD				
GRADUAÇÃO		**ESPECIALIZAÇÃO**	**EXTENSÃO**	**APERFEIÇOAMENTO**
Licenciaturas	**Bacharelados**			
Biologia	Administração Pública	Educação a Distância	Educação em Direitos Humanos	Educação Ambiental
Computação	Administração Geral	Gestão Pública	Educação para a Diversidade na Escola	
Ed. Física		Gestão Municipal	Gênero e Diversidade na Escola	
Geografia		Gestão em Saúde		
História				
Letras Espanhol				
Letras Inglês				
Letras Português				
Matemática				
Pedagogia				
Química				

Quadro 3 – Cursos oferecidos pela UNEB – Modalidade EAD
Fonte: http://www.campusvirtual.uneb.br/

A gestão da GEAD é composta pelas seguintes coordenações: geral, acadêmica, administrativa, pedagógica, tecnológica, tutoria, material didático e relações institucionais.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO[17]

A UNEB ofereceu, por meio de Processo Seletivo (FIGURA 3) realizado no dia 18 de junho de 2006, o Curso de Graduação em Administração, na modalidade de EAD, com oferta especial e única, sendo o sistema do curso considerado como semipresencial, com atividades obrigatórias em encontros presenciais previamente agendados, desenvolvidos nos polos de ensino.

Figura 3 – Processo seletivo ocorrido no Polo: Irecê
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, 2006

No Estado da Bahia (11 polos) e em Sergipe (01 polo) o Curso de Administração a Distância é coordenado pela UNEB, teve, aproximadamente, 627 estudantes matriculados na sua implantação e é distribuído nos polos de Aracajú (SE), Barreiras, Guanambi, Irecê, Jacobina, Juazeiro, Paulo Afonso, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Serrinha, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.

[17] Baseado no Projeto Pedagógico da UFMT, UNEB e documento inicial do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB.

Na Figura 4, a identificação, em vermelho, da localização dos polos:

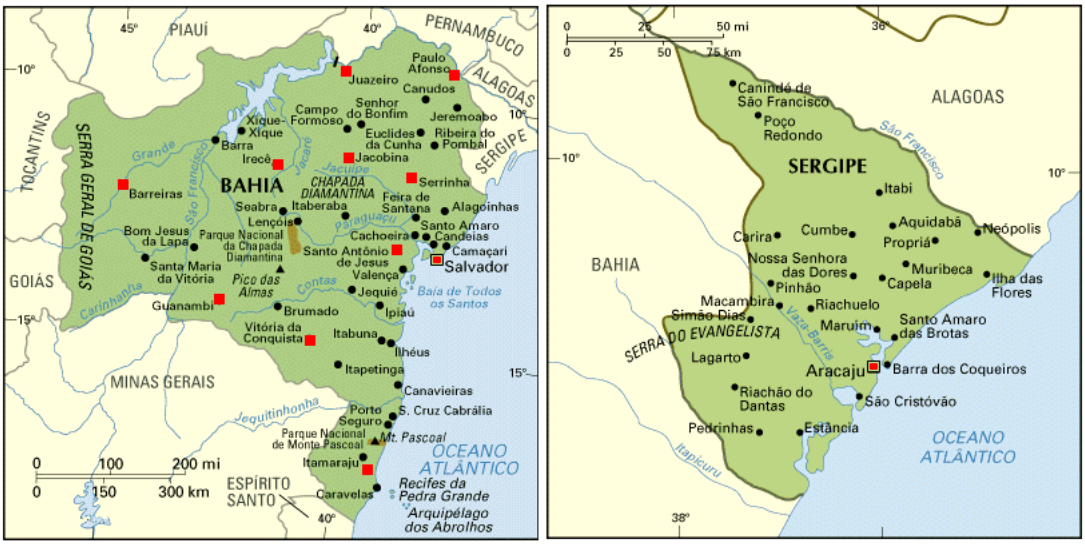


Figura 4 – Identificação dos Polos de EAD da UNEB
Fonte: Adaptado da fonte: www.achetudoregiao.com.br

Foram oferecidas 700 vagas para ingresso no curso, em junho de 2006, sendo 510 vagas destinadas aos funcionários do Banco do Brasil dos Estados da Bahia e Sergipe, 40 vagas para Funcionários do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Estado de Sergipe, 100 vagas para servidores técnico-administrativos do quadro efetivo ou ocupante de cargo temporário da UNEB e 50 vagas para servidores públicos do quadro efetivo da SEC, conforme Quadro 4:

Polos de Ensino	Vagas por Categoria				
	Func. do Banco do Brasil	Func. do SENAI (SE)	Serv. Tec. – Adm. da UNEB	Servidores Públicos do Quadro Efetivo da SEC	TOTAL
Aracaju	160	40	-	-	200
Barreiras	28	-	7	1	36
Guanambi	28	-	9	1	38
Irecê	21	-	7	1	29
Jacobina	28	-	8	1	37
Juazeiro	21	-	6	1	28
Paulo Afonso	28	-	6	1	35
Salvador	84	-	32	40	156
S. Ant. de Jesus	28	-	9	1	38
Serrinha	28	-	8	1	37
T. de Freitas	28	-	8	1	37
Vit. da Conquista	28	-	-	1	29
TOTAL	510	40	100	50	700

Quadro 4 – Número de vagas para ingresso no curso por categoria
Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia, 22 maio 2006

A UNEB já contava com a oferta do Curso de Administração na forma presencial. A opção pela modalidade a distância se deve não só a necessidade de atender aos estudantes residentes em regiões sem instituições de ensino superior como atender aos profissionais em serviço que necessitavam de formação universitária.

4.2.1 Criação, autorização e reconhecimento do curso

Por meio da portaria nº 4.019, de 22 de novembro de 2005 (ANEXO C), o MEC credenciou, pelo prazo de cinco anos, a UNEB para oferta de cursos superiores a distância, sendo recredenciada pelo período de cinco anos por meio do Decreto 9.751, de 3 de janeiro de 2006 (ANEXO J).

Através da Resolução 377/2006 (ANEXO D), o Conselho Universitário (CONSU) da UNEB autoriza a criação e o funcionamento do Curso de Graduação em Administração na modalidade a distância, destinado aos servidores do quadro efetivo e ocupante de cargo temporário da UNEB e Banco do Brasil, no Departamento de Ciências Humanas (DCH) – Campus V, em Santo Antônio de Jesus. Assim todos os outros 11 polos ficaram vinculados ao DCH – Campus V.

O reconhecimento do Curso de Graduação em Administração, na modalidade a distância da UNEB, Projeto Piloto UAB, para fins exclusivos de expedição e registro dos diplomas dos alunos ingressantes em 2006, foi publicado no Diário Oficial da União, em 31 de janeiro de 2011, por meio da Portaria nº 2, de 27 de janeiro de 2011 (ANEXO E).

4.2.2 Projeto Pedagógico do Curso: uma tentativa de humanizar a formação do profissional de administração no mundo globalizado

Segundo o coordenador geral B, o Projeto Pedagógico foi construído em conjunto com cinco universidades – UFMT, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual do

Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC) – que deram início ao Projeto Piloto onde as bases pedagógicas sofreram grande influência da UFMT e as outras universidades contribuíram com a sua experiência na condução de cursos na modalidade a distância. Todas as outras universidades que aderiram ao projeto aprovaram a proposta, e o projeto foi implantado de forma homogênea em todas as IES.

A referência ou modelo de funcionamento dito acima foi a partir da experiência da UFMT que desde 1996 mantinha o curso de graduação em Pedagogia e o Núcleo de EAD com pesquisadores renomados e pioneiros nesta discussão na universidade pública, como Maria Lucia Cavalli Neder, Oreste Preti, Kátia Morosov Alonso e outros.

Assim e de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o graduado em Administração deve apresentar: um perfil que responda a necessidade de internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional; sólida formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente; sólida formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional; competência para empreender, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações; capacidade de atuar de forma interdisciplinar; capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança.

Considerando que o perfil do profissional de administração aponta para uma convergência de elementos de natureza ética e requisitos de habilidades técnica-científica, o desafio está em desenvolver esta combinação de forma harmoniosa, considerando como diretrizes fundamentais a formação técnica e científica de acordo com as exigências que o mundo do trabalho impõe e a formação cidadã requer.

Voltado a este desafio, o Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB propõe um currículo que busca um espaço aos estudos na área de Ciências Humanas, com base na multirreferencialidade do conhecimento e de conteúdos de áreas correlatas e informações que o possibilite intervir nos seus espaços de

atuação. É importante viabilizar neste processo uma “convivência” entre o estudo das áreas específicas, incluindo as de demandas sociais e as linhas teóricas que assegurem a unidade do conhecimento.

4.2.2.1 Objetivos[18]

O Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB tem por objetivos gerais formar agentes de mudança que sejam capazes de se configurar como catalisadores no processo de desenvolvimento socioeconômico, proporcionar condições para o desenvolvimento da criatividade, do espírito crítico e da capacidade de absorção de novos conhecimentos pelos alunos e possibilitar conhecimento teórico e prático para uma visão estratégica dos negócios, tendo sempre como referência, o compromisso ético de construção de uma sociedade mais justa.

E por objetivos específicos, espera-se do aluno, *no campo organizacional*, a capacidade para desenvolver ações que promovam o equilíbrio entre os objetivos da organização, suas disponibilidades, seus interesses e as necessidades dos trabalhadores; *na área financeira*, o desenvolvimento da capacidade de analisar a conjuntura sócio-política e político-econômica, avaliando os riscos inerentes às condições de sobrevivência institucional; *na área de produção*, a capacidade para projetar os sistemas produtivos e os mecanismos de provisão de recursos para sua implantação, verificando sua viabilidade; *na área de estudos governamentais*, o dever de conhecer os processos de formação e de desenvolvimento do Estado e sua inserção no processo mais amplo da formação social; *no campo da administração privada*, a aplicação dos conhecimentos em pequenos, médios e grandes ambientes empresariais.

[18] Objetivos desenvolvidos por Nara Maria Pimentel e Maria Lúcia Cavalli Neder (**Introdução a educação a distância**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2005) no projeto inicial do curso.

4.2.2.2 Proposta Curricular

Como produção social, Apple (1989) afirma que o currículo não pode ser entendido de uma forma positivista, é preciso percebê-lo, relacionalmente, como tendo adquirido significado a partir das conexões que ele tem com as complexas configurações de dominação e subordinação, na nação como um todo, em cada região ou em cada escola. Não é apenas o conteúdo curricular que deve ser observado, mas sua forma e o modo pelo qual ele é organizado.

Em se tratando de currículo, a EAD aponta para posturas que favoreçam a troca, a articulação de competências e, principalmente, a necessidade de criar uma dinâmica curricular que articule as diversas competências num processo de criação interativo, colaborativo e interdisciplinar.

Os princípios[19] do currículo do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB são decorrentes não só das abordagens epistemológicas (relativas à escolha e recortes teórico metodológicos das áreas e disciplinas que integram o currículo) e metodológicas (compreendendo que o próprio currículo e o conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas), mas também do fato de uma abordagem teórico/prática dos conteúdos trabalhados; assim possibilita uma compreensão do fazer do administrador, em todas as suas relações sócio/políticas e culturais e nas perspectivas da moral e da ética. Este princípio aponta para uma dinâmica curricular que traga no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos alunos o diálogo entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua articulação pela prática.

Para tanto há no currículo do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB a proposição de *Seminários Temáticos* que são apresentados pelos estudantes como resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos ao longo de cada semestre. Estes seminários fazem parte da estrutura curricular do curso como um dos elementos centrais do processo de acompanhamento e avaliação do estudante, sendo também vistos como um elemento para o desenvolvimento de processos de

[19] Baseados no Projeto da UFMT e documento inicial do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB.

pesquisa no cotidiano das práticas de administração, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho (GT), oficinas, conferências e palestras, devendo ser acompanhados por colegas de curso, tutores e professores.

A estrutura curricular[20] adotada é a modular, com duração de quatro anos e meio, divididos em nove módulos com uma carga horária de 3 000 horas ministradas em 09 semestres acadêmicos, sendo parte desenvolvida presencialmente e parte ministrada a distância.

Como o Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB é desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular, dentre eles podemos citar: interação; autonomia; trabalho cooperativo; inter e transdisciplinaridade; investigação; relação teoria e prática, flexibilidade e capacidade de diálogo.

O currículo do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB na modalidade a distância tem como pressuposto a concepção de educação contínua e permanente que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios.

Neste contexto, o currículo busca atender as áreas que se interconectam de forma que, em cada uma, o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações. Assim este curso foi organizado em três diferentes núcleos (FIGURA 5):

Figura 5 – Organização do Currículo do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB
Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB

[20] O fluxograma do curso (ANEXO A) apresenta a estrutura curricular do curso de forma resumida.

Núcleo 1 – *Estudos de Formação Básica:* Ciência Política, Sociologia, Matemática, Filosofia, Direito Administrativo, Contabilidade (Geral e Gerencial), Economia (Introdução), Psicologia, Estatística Aplicada à Administração, Economia (Micro e Macro), Direito (Tributário e Comercial).

Núcleo 2 – *Estudos de Formação Profissional e de Ciência aplicada à Administração*: Administração (Introdução e Teorias), Organização, Sistemas e Métodos, Processo Decisório, Sistemas de Informação, Matemática Financeira, Administração Pública, Planejamento (Teorias e Modelos), Administração Financeira e Orçamentária, Gestão de Pessoas, Terceiro Setor, Marketing, Pesquisa Operacional, Operações e Logística, Finanças Públicas, Empreendedorismo, Elaboração e Administração de Projetos, Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC).

Núcleo 3 – *Estudos de Formação Complementar:* EAD, Antropologia, Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Responsabilidade Social Corporativa, Comércio Exterior, Tópicos Emergentes, Informática Básica, Metodologia de Pesquisa.

As áreas relativas à informática básica, metodologia da pesquisa e TCC são trabalhadas ao longo do curso de forma transversal.

Os três núcleos de estudos de formação são essenciais ao Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB, uma vez que englobam a formação conceitual, profissional e complementar, contribuindo para que a UNEB cumpra com sua função de instituição universitária quando contempla aspectos relacionados ao ensino e ao desenvolvimento de espaços culturais e sociais da comunidade em que está inserida, oportunizando aos alunos o desenvolvimento de uma formação que permita atingir requisitos educacionais e, ao mesmo tempo, prepará-los para atuar no mercado profissional de constantes mudanças.

4.2.2.3 Equipe técnica de apoio

A equipe central do Centro de Educação a Distância (CEAD) da UNEB é composta da seguinte forma:

- No DCH – Campus V, em Santo Antônio de Jesus:

  - 01 Diretor do Departamento de Ciências Humanas.
  - 01 Coordenador do Curso de Administração a Distância.
  - Secretaria do Curso (responde por todos os 12 polos).
- Na CEAD:
  - Coordenação Pedagógica em EAD.
  - Apoio Pedagógico em EAD.
  - 01 Coordenador de tutoria.
  - Sistema de Acompanhamento ao Estudante a Distância – Gerenciamento das informações.
  - Desenvolvimento em Tecnologia da Informação (TI) – AVA.
  - Produção de Materiais Didáticos para a EAD.
  - Monitoria.
- Nos Núcleos de Educação a Distância (NEADs) – Polos Regionais:
  - 01 coordenação de polo.
  - 01 tutor por disciplina desenvolvendo a tutoria presencial e a distância.
  - 01 auxiliar técnico-administrativo de polo.
  - 01 secretário acadêmico.
  - 01 monitor.

4.2.2.4 Estrutura para a operacionalização do curso

Nos polos, os estudantes têm acesso a computadores conectados à internet, equipamentos para a realização de videoconferência (em escolas estaduais via Rede Educação[21]) e suporte técnico e administrativo. Os estudantes deslocam-se até o Polo Regional sempre que forem realizadas atividades didáticas obrigatórias,

[21] http://www.iat.educacao.ba.gov.br/node/64

quando tiverem necessidade de contato com a tutoria presencial ou precisarem de material bibliográfico para seus estudos. Os polos estão organizados da seguinte maneira:

- *Laboratório de Informática*: são utilizados os laboratórios disponíveis nos Campi onde os polos estão localizados.
- *Sala de Administração*: a sala de administração conta com computador e material de escritório.
- *Auditório/Salas de aulas*: destinados à realização das avaliações presenciais, encontros com tutor presencial e seminários temáticos.
- *Sala de videoconferência*: o curso utiliza as salas de vídeo de videoconferência da Rede Educação, localizadas nas escolas da rede estadual de ensino e em alguns Departamentos da UNEB.

4.2.2.5 Sistema de acompanhamento[22]

O sistema de acompanhamento é formado por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diferentes áreas, sendo composta pelo coordenador do curso, uma assessoria adjunta, uma assessoria pedagógica, assessoria de tutoria, coordenador de polo, professor formador, professor pesquisador, tutor a distância, tutor presencial e estudantes.

O coordenador do curso é responsável pela coordenação do curso de uma forma geral, além de acompanhar e avaliar todo o processo de execução do curso, conforme a legislação acadêmica. O coordenador do curso tem também uma assessoria adjunta que atua como um elo de comunicação entre estudantes, equipes de polos e coordenação central.

A assessoria pedagógica organiza, orienta e supervisiona as atividades dos docentes, além de colaborar com o professor formador na organização do conteúdo

[22] Guia do Tutor – Orientações para atuação no Sistema de Acompanhamento em Educação a Distância, desenvolvido pelo CEAD.

específico das disciplinas curriculares e das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no curso, atuando na formatação das disciplinas no AVA e nas atividades presenciais a serem desenvolvidas nos polos. A assessoria pedagógica ainda articula, com a coordenação do curso, a avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos professores formadores e pesquisadores, encaminha situações-problema identificadas pelos professores ao segmento do curso responsável pela solução (coordenador de polo, tutores), supervisiona o cumprimento das atividades programadas para os professores observando o cumprimento dos prazos das atividades propostas da disciplina, participa do fórum de tutores, solicita relatórios dos professores sobre andamento das disciplinas e do curso, realiza avaliação permanente do curso, além de acompanhar e analisar com os professores o processo de ensino-aprendizagem visando atender as demandas relacionadas ao conteúdo da disciplina.

A assessoria de tutoria organiza, orienta e supervisiona as atividades dos tutores, colaborando com o professor na organização, orientação e supervisão das atividades dos tutores a distância e/ou tutores presenciais, articula com a coordenação do curso a avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela tutoria a distância e presencial, acompanha os tutores no desenvolvimento dos procedimentos relacionadas às disciplinas (videoconferências, vídeo aulas, lista de exercícios, avaliações e encontros presenciais), encaminha situações-problema identificadas pelos tutores ao segmento do curso responsável pela solução (coordenador de polo, professores), supervisiona o cumprimento das atividades programadas para os tutores presenciais e a distância, observando o cumprimento dos prazos das atividades propostas pelos professores da disciplina.

A coordenação de polo é a referência nos municípios e departamentos da UNEB e atua como orientador, gestor acadêmico e administrativo local, cuidando dos espaços físicos e recursos tecnológicos que constituem a estrutura do polo, além de acompanhar a implementação dos planos de ensino, avaliações e registros acadêmicos nos polos. A coordenação de polo ainda representa o curso e a universidade junto aos estudantes e à comunidade, acompanha o processo de ensino-aprendizagem nos momentos presenciais, organiza as atividades presenciais no aspecto operacional e tecnológico com os tutores presenciais, participa de modo articulado com os tutores presenciais das avaliações dos processos ou atividades

apresentados nas disciplinas, registra a frequência dos tutores presenciais nos encontros realizados nos polos para cada curso, informa ao coordenador de curso a ausência ou desistência do tutor presencial solicitando a substituição, orienta e integra o estudante no curso para que ele não se sinta isolado e conheça as possibilidades de interação, organiza e coordena a recepção e apoio aos estudantes durante as videoconferências e atividades presenciais, registra a frequência dos estudantes durante as videoconferências e atividades presenciais e encaminha documentos para coordenação central e/ou secretaria acadêmica, quando necessário.

O professor formador é, preferencialmente, professor da UNEB com conhecimento prévio na área de EAD, sendo responsável pela disciplina para a qual foi selecionado, organizando o conteúdo específico da disciplina e as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no curso. O professor formador acompanha e avalia o estudante nas fases presenciais e a distância, formata a disciplina no AVA – *Moodle* nas suas diferentes interfaces, como fóruns, biblioteca e quadro de avisos, coordena a equipe docente (professor formador, professor pesquisador, tutores a distância e tutores presenciais) na implementação do Plano de Ensino, orientando e conduzindo as atividades de todos os membros da equipe, tais como encontros presenciais, registros de participação em atividades acadêmicas, exercícios e avaliações, correção de atividades e provas, fechamento do diário de classe e composição dos resultados finais da disciplina, participa do fórum de tutores da disciplina, da videoconferência, grava vídeo aulas, organiza as atividades pedagógicas individuais, coletivas e colaborativas da disciplina, organiza as atividades presenciais a serem desenvolvidas nos polos e conduzidas pelo coordenador de polo e tutor presencial e planeja as atividades a distância no aspecto pedagógico e tecnológico, além de acompanhar e analisar com os tutores a distância o processo de ensino-aprendizagem visando atender as demandas relacionadas ao conteúdo da disciplina. Desse modo o seu trabalho será articulado com as coordenações de curso e de polo.

O professor pesquisador auxilia o professor formador no desenvolvimento das atividades, organizando o conteúdo específico da disciplina e as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no curso, como também acompanha e avalia o estudante nas fases presenciais e a distância.

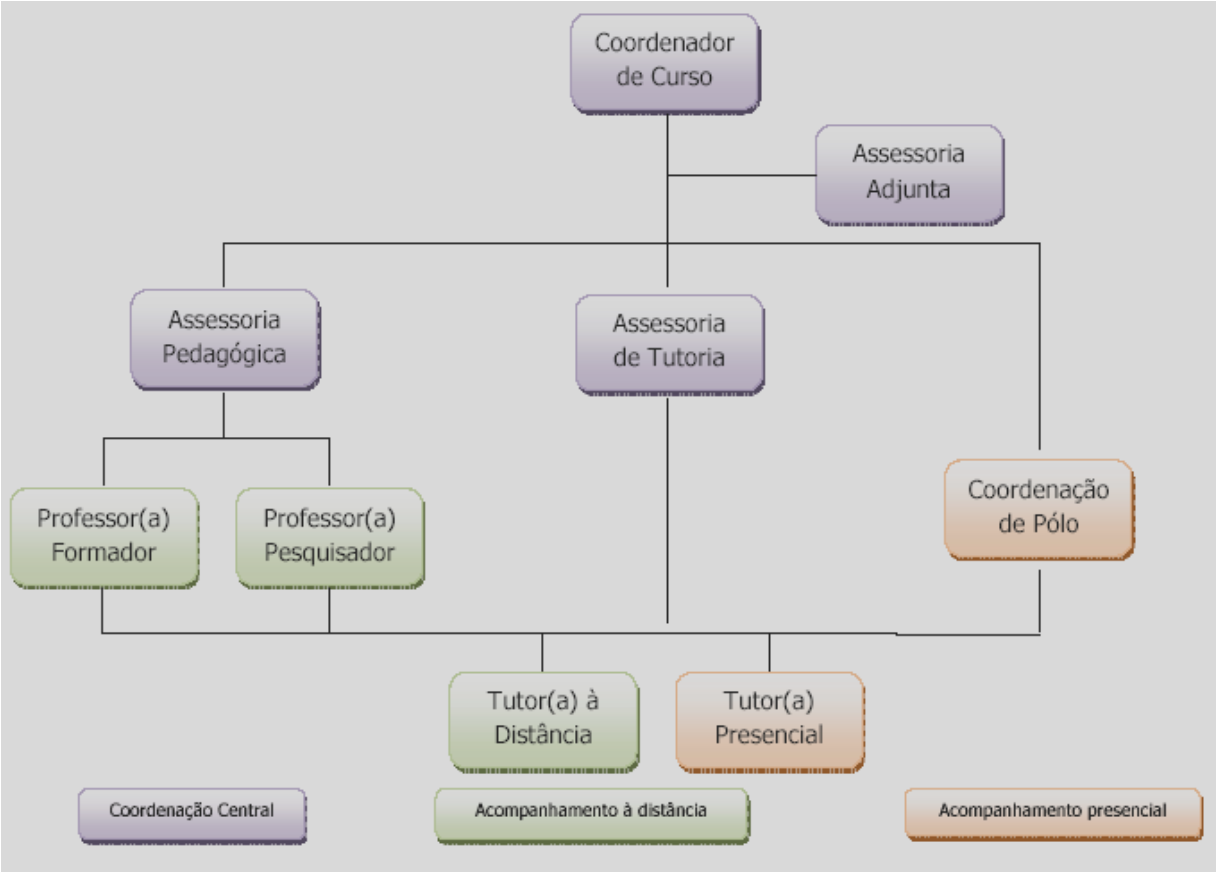
O tutor a distância[23] é orientador e gestor das situações de aprendizagem do estudante desenvolvidas no AVA – *Moodle*, e suas interações no ambiente motivando os estudantes para realização das atividades pedagógicas propostas pelo professor da disciplina. O tutor a distância deve conhecer o planejamento da disciplina, esclarecer dúvidas dos estudantes em relação aos conteúdos, encaminhar ao professor da disciplina as demandas identificadas, participar das atividades pedagógicas propostas no ambiente virtual, participar do fórum de tutores da disciplina para socializar as suas dúvidas ou dos estudantes com o professor, registrar e acompanhar o desempenho dos estudantes nas atividades propostas no AVA, acompanhar a participação dos alunos nas atividades virtuais e motivá-los a participar do ambiente, avaliar as atividades dos alunos de acordo com os critérios estabelecidos pelo professor da disciplina, inclusive provas, relatórios, exercícios, questionários, resumos etc., preencher os registros de avaliações *on-line* no diário de classe, consolidando os resultados com os registros da tutoria presencial e encaminhando os resultados parciais ao professor formador para serem validados em tempo hábil estabelecido para os resultados da disciplina e participar das aulas presenciais, videoconferências e reuniões administrativas e pedagógicas.

O tutor presencial é o orientador e gestor das situações de aprendizagem do estudante que, por estar mais próximo do estudante, estimula a busca dos elementos necessários para a construção do seu conhecimento ou melhoria do processo de ensino-aprendizagem. O tutor presencial ainda articula a comunicação entre o professor da disciplina e os estudantes nas atividades individuais e coletivas realizadas no polo, atua diretamente no Polo de Apoio Presencial junto aos estudantes, ajudando na realização das atividades e elucidação das dúvidas, organizando situações de estudo, revisão de conteúdos, atividades em grupo e realização de exercícios, realiza/aplica as avaliações presenciais junto com o coordenador de polo, corrige todas as atividades presenciais, provas e seminário temático e encaminha os registros das avaliações para a coordenação do curso, como também participa de reuniões com o coordenador de polo para planejamento e acompanhamento das atividades presenciais realizadas pelos estudantes.

[23] No Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB optou-se por unificar a função de tutor presencial e a distância em um único profissional.

Já os estudantes têm por responsabilidade participar dos encontros presenciais obrigatórios, realizar as atividades propostas no AVA, participar dos Seminários Temáticos Presenciais no seu polo, deslocar-se até o polo para orientações sobre os conteúdos das disciplinas, participação em trabalhos em grupo e acesso ao AVA, quando considerar necessário e não tiver os equipamentos no seu local de trabalho ou em sua casa, e ter desempenho acadêmico dentro das especificações do regulamento do curso.

O Organograma 2 sintetiza a relação entre os sujeitos envolvidos no sistema de acompanhamento.



Organograma 2 – Relação entre os sujeitos envolvidos no sistema de acompanhamento
Fonte: Guia do Tutor

4.2.2.6 Recursos Educacionais

A estruturação dos materiais didáticos teve como base o princípio de que são recursos utilizados por todos os envolvidos no processo educacional. No Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB os materiais se transformam em importantes canais de comunicação entre estudantes, professores, tutores, a partir das diretrizes e princípios da proposta político-pedagógica do curso. Por isso, apresentou a necessidade de serem dimensionados, respeitando as especificidades inerentes à realidade de acesso do público-alvo a esta modalidade de educação.

> O material didático, qualquer que seja a sua natureza, é desprovido de um sentido próprio. Seu uso racional e estratégico depende da formatação, de uma contextualização prévia por parte do formador, que deve determinar o momento e a intensidade de seu emprego, os objetivos e as metas a serem atingidas, quantificar e qualificar o seu uso. Em se tratando de um meio impresso [...], um meio audiovisual [...], de um recurso natural [...] ou de um recurso construído [...], o papel do material didático é sempre relacionado com o apoio, a mediação pedagógica e com o instrumento para instigar aprendizagens, permitindo que o aluno opere em níveis afetivos, cognitivos e metacognitivos. O material didático bem selecionado e/ou concebido deve valorizar conhecimentos já detidos pelo aluno, proporcionar espaços para a construção de conhecimentos novos e permitir que ele interrelacione conhecimentos, abstraindo-os (PROJETO PEDAGÓGICO, 2006, p. 46).

A competência profissional de uma equipe básica para desenvolver materiais para EAD exige a inclusão e o trabalho conjunto e integrado do professor, do especialista em EAD e do criador/produtor dos materiais, ou seja, de uma equipe multidisciplinar.

O material didático do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB é produzido pelos professores das universidades que fazem parte do consórcio. Os materiais didáticos que são utilizados no Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB são o material impresso, videoconferências e o AVA:

a) Material Impresso

A proposta de estruturação do material impresso tem como objetivo superar a convencional tradição expositivo-descritiva e levar tanto o estudante quanto o

professor a construírem juntos o conhecimento. Esta abordagem significa ir além do domínio de técnicas, afinal, o professor é um profissional de quem se exige muito mais que apenas seguir receitas, guias e diretrizes, normas e formas como moldura para sua ação, pois a partir do momento em que se assume como o protagonista de seu trabalho, passa a produzir uma certa mudança de perspectiva com relação à atividade da qual é responsável (FIORENTINI, 2003).

É importante que os materiais didáticos estejam integrados e relacionem o conteúdo impresso com o ambiente *on-line* e com a temática das videoconferências. Esta indicação motiva o estudante a utilizar todos os recursos disponíveis no Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB.

Em um projeto que se caracterize como formativo, comprometido com o processo de ensino/aprendizagem, o meio impresso assume a função de base do sistema de multimeios, não porque seja “o mais importante” ou porque os demais sejam prescindíveis, mas porque ele é o único elemento de comunicação, fisicamente, palpável e permanente, no sentido de pertencer ao seu usuário, mantendo-se à sua total disposição onde, quando e quanto ele quiser.

É o material impresso, então, o principal interlocutor permanente nesse processo. Será, principalmente, através dele que se comunicam o professor e os estudantes. Pela natureza de sua linguagem, o impresso não “invade” o sujeito, bem ao contrário, é o sujeito que deve “invadi-lo”, explorá-lo, desvendá-lo – a seu modo, segundo seu ritmo, de acordo com seus interesses e necessidades. Somente deste modo haverá uma apropriação consciente da programação, respeitadas as personalidades e diferenças individuais de cada sujeito.

A produção dos materiais foi realizada da seguinte forma: Elaboração das orientações, Formação dos autores, Produção de texto pelos autores, Adaptação metodológica para EAD, Aplicação do projeto gráfico, Aprovação do professor, Diagramação, Correção, Aprovação pela comissão editorial e Gráfica.

Esses materiais contemplaram o conteúdo teórico básico elaborado pelo professor responsável. Gráficos, esquemas, figuras, indicações bibliográficas obrigatórias e complementares, sugestões de atividades, hipertextos explicativos e para reflexão estão presentes no material produzido, conferindo-lhe caráter didático.

b) Videoconferências

Entre as diversas tecnologias utilizadas na EAD, a videoconferência é a que mais se aproxima da situação convencional da sala de aula, visto que, ao contrário da teleconferência, possibilita a conversa em duas vias. A videoconferência ainda permite que o processo de ensino/aprendizagem ocorra em tempo real e que seja interativo entre as pessoas, podendo elas se ver e ouvir simultaneamente. As ferramentas didáticas disponíveis no sistema permitem ao professor explicar um conceito e, ao mesmo tempo, disponibilizar aos estudantes outros recursos pedagógicos, tais como gráficos, projeção de vídeos, pesquisa na internet, imagens bidimensionais em papel ou transparências, arquivos de computador, etc.

O sistema permite, ainda, que os estudantes de salas distantes tirem suas dúvidas e interajam com o professor no momento da aula, utilizando os mesmos recursos pedagógicos para a comunicação (FIGURA 6). Videoconferência é uma tecnologia que permite que grupos distantes, situados em dois ou mais lugares geograficamente diferentes, se comuniquem “face a face” através de sinais em áudio e vídeo, recriando, à distância, as condições de um encontro presencial.

Figura 6 – Sala de videoconferência - Polo: Irecê
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, 2007

A videoconferência é usada pelo professor de acordo com o cronograma previamente estabelecido no plano de ensino. No Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB, durante o semestre são realizados de um a dois encontros presenciais por mês. Caso haja necessidade do professor, a ferramenta é disponibilizada em outros momentos.

A videoconferência também é utilizada para realização de reuniões *pedagógicas* (estudo, planejamento e orientações de disciplinas curriculares com a presença da coordenação central, coordenação de tutoria, professores, tutores e equipe do polo) e *administrativas* (espaço destinado a orientações, esclarecimentos, planejamento e deliberações referente ao curso e as especificidades de cada polo, com a presença da coordenação central, coordenação de tutoria, coordenação de TI, coordenadores de polo, equipe administrativa dos polos e representantes estudantis.

c) AVA

Um AVA – ou Learning Management System (LMS) – é um sistema para gerenciar cursos a distância que utiliza a internet. Atualmente, existem vários sistemas e no Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB o sistema utilizado é o *Moodle*.

O *Moodle* não é usado apenas por universidades, mas também por escolas, organizações, empresas e por professores independentes. No curso de Graduação em Administração a Distância, o AVA foi configurado com o objetivo de atender aos principais requisitos para o oferecimento/realização de um curso *on-line*.

O *Moodle* é o sistema que sustenta o AVA, sendo um espaço de estudo onde o estudante possui acesso aos conteúdos curriculares, às vídeo aulas, aos fóruns, aos *chats*, à biblioteca virtual, às avaliações, entre outros recursos. Através do *Moodle* é possível disponibilizar a agenda de eventos e notícias do curso, trocar informações e mensagens com o estudante e com os demais participantes do curso, disponibilizar as atividades a serem realizadas pelos estudantes para o desenvolvimento do curso, disponibilizar as correções das atividades desenvolvidas pelos estudantes, disponibilizar as notas dos estudantes, disponibilizar textos e informações complementares aos estudantes.

O Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB utiliza o *Moodle* em dois AVAs diferentes: um direcionado para as *questões pedagógicas*, descritas acima, tendo autorização de acesso todos os envolvidos no curso (equipes administrativas e pedagógicas), e outro destinado para as *questões administrativas* (neste espaço apenas a coordenação central, os coordenadores de polo, os secretários acadêmicos, auxiliares administrativos e monitores tem acesso) e é utilizado para deliberações e informações.

A versão que está sendo usada pela UNEB para o ambiente pedagógico tem a seguinte interface (FIGURA 7):

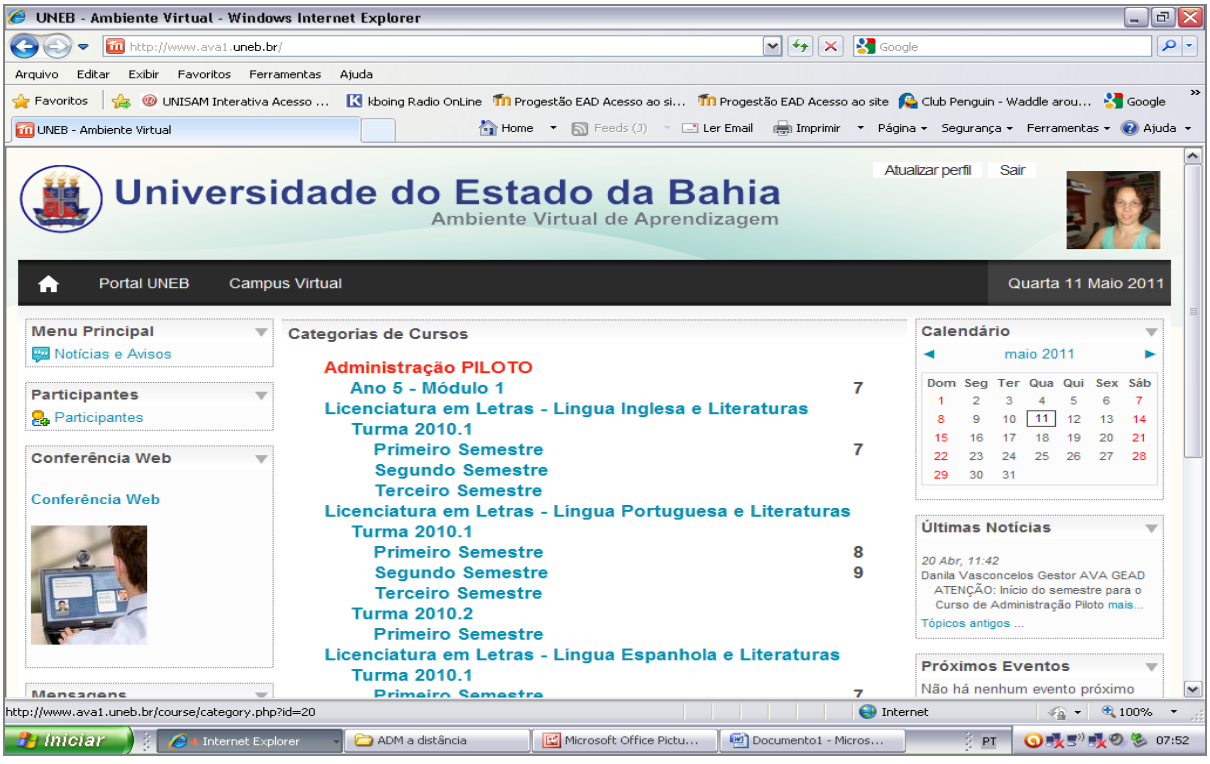


Figura 7 – Interface do AVA Pedagógico da UNEB
Fonte: http://www.ava1.uneb.br/

As categorias de curso são todos os cursos que estão sendo oferecidos pela UNEB. A interface usada é simples, seguindo uma linha de portal. As páginas do curso são divididas em três colunas que são personalizadas pelo professor, inserindo elementos em formato de caixas: nas colunas à direita e à esquerda da tela fica calendário, usuários *on-line*, lista de atividades, etc. e na coluna central fica a sequência das aulas por meio de uma lista de tópicos numerados. A versão que está

sendo usada pela UNEB para o ambiente administrativo tem a seguinte interface (FIGURA 8):

Figura 8 – Interface do AVA Administrativo da UNEB
Fonte: http://www.ava.uneb.br/course/view.php?id=38

4.2.2.7 Processo de Avaliação

A avaliação no Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB é entendida, na perspectiva de Neder (1996), como uma atividade política que tem por função básica subsidiar as tomadas de decisão. Assim o processo de avaliação deste Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB pressupõe não só análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais numa abordagem didático-pedagógica, como também às dimensões dos aspectos políticos do processo.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisão relativo ao curso, destacam-se: avaliação da proposta curricular, avaliação da aprendizagem, avaliação do material didático, avaliação da tutoria e avaliação do sistema comunicacional da EAD.

A avaliação de aprendizagem na EAD não requer dos alunos a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se apresentem. Faz-se, então, necessário desenvolver métodos de trabalho que oportunizem ao aluno buscar interação com os professores e com os tutores, obter confiança frente ao trabalho realizado, possibilitando-lhe não só o processo de elaboração de seus próprios juízos, mas também de desenvolvimento da sua capacidade de analisá-los.

O que é relevante, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do PPP.

No Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do aluno no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Assim é estabelecida uma rotina de observação, descrição e análise contínuas da produção do aluno que, embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não altera a condição processual da avaliação. Para isso o processo de avaliação da aprendizagem acontece em três meios: Meio I (Processo de estudo – descritivo/cumulativo), Meio II (Sínteses escritas-compreensivo) e Meio III (Seminários temáticos – investigação/processual), conforme a Figura 9:

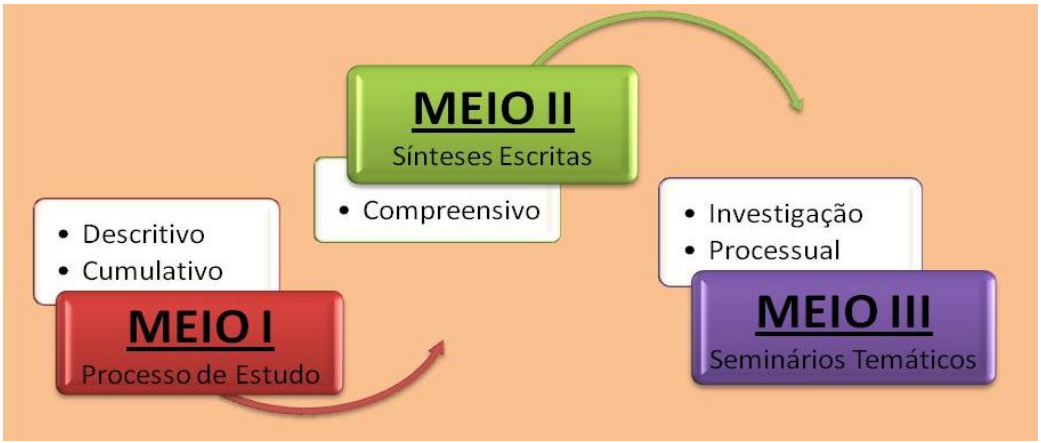


Figura 9 – Avaliação de aprendizagem
Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Administração a Distância da UNEB

4.2.3 Processo de decisão acadêmico-administrativa: instâncias de poder onde são decididas as questões relativas ao curso

As decisões relativas à organização administrativa repercutem no pedagógico e por isso estas decisões não são tomadas separadamente. As equipes administrativas e pedagógicas da coordenação central, dos polos de apoio presencial e representação docente e discente reúnem-se, regularmente, presencialmente (FIGURA 10) – início e fim de cada módulo – e a distância (FIGURA 11), via videoconferência – em média duas vezes por módulo –, para avaliar os processos de ensino-aprendizagem e tomar decisões, respeitando, é claro, as normatizações que regulamentam a universidade.

Figura 10 – Encontro entre estudantes, coordenação de polo e equipe administrativa para avaliação e planejamento do semestre
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, 2007

Figura 11 – Videoconferência entre coordenação central, tutores, professores, estudantes e equipe administrativa para avaliação e planejamento do semestre
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, 2010

Além dessas reuniões que acontecem no início e fim de cada módulo, há, no *Moodle*, um espaço administrativo, a "comunidade ADMEAD[24]", destinado a informes e deliberações relativas ao curso de uma forma geral ou para tratar das especificidades de cada polo.

Assim os polos de apoio ganham importância considerando que é nele que todo o percurso é (re)construído e (re)significado. A partir das colocações dos polos, reflexões são desencadeadas sobre o sentido e a direção do trabalho e decisões são tomadas. Os polos são muito mais um centro dinamizador do que somente de apoio ao acadêmico: são, na verdade, uma referência avaliativa do percurso.

Nestes encontros no início e final de cada modulo são socializadas as questões vivenciadas pelos polos não no sentido de normatizar ou uniformizar as ações e decisões, mas para se repensar o projeto.

[24] Graduação em Administração a Distância.

Esta organização pode ser considerada como descentralizada e colegiada, dando mobilidade e dinamismo ao curso. Tem por base o princípio da autonomia, do respeito e do esforço ao trabalho cooperativo das equipes de polo que se encontram mais próximas e que melhor percebem e sentem os problemas, dificuldades e avanços individuais e coletivos.

4.2.4 Estrutura e recursos orçamentários e financeiros

A estrutura dos polos de apoio presencial é definida pela UAB/CAPES/MEC, onde a aquisição dos equipamentos é realizada de acordo com esta orientação (QUADRO 1).

A UNEB, em parceria com o Banco do Brasil, é responsável por estruturar, organizar e manter os polos de apoio presencial de acordo com as orientações do Sistema UAB, como também proporcionar a infraestrutura física e tecnológica adequada para o desenvolvimento das atividades referentes aos cursos ofertados, sendo responsáveis, ainda, pela contratação de pessoal com vistas à execução das metas e atividades propostas. A UAB oferece bolsas auxílio aos coordenadores e aos tutores e a remuneração dos demais fica a cargo da UNEB e Banco do Brasil.

Segundo o coordenador geral B, os recursos foram assegurados através de um convênio assinado com o Banco do Brasil, dividido em nove parcelas iguais que foram repassadas para a UNEB ao longo dos semestres. A UNEB contratou a Fundação Sócio-Educativa e Cultural (FASEC) que ficou responsável pela gestão dos recursos financeiros do projeto.

Assim o gerenciamento do curso é realizado da seguinte forma: a UNEB recebe os recursos do Banco do Brasil e passa para a fundação; para cada execução das despesas, as coordenações de curso e de polos fazem as solicitações de acordo com os seus gastos de pessoal e de materiais à coordenação geral do projeto; a coordenação geral verifica a pertinência do gasto e a disponibilidade dos recursos e faz oficio à FASEC solicitando o pagamento que é feito diretamente ao fornecedor ou ao prestador de serviços.

Os critérios considerados na definição do uso destes recursos foram acordados previamente no Plano de Trabalho do Projeto e aprovado no ato da assinatura do

convênio. Assim as rubricas definidas para execução dos recursos financeiros foram: pagamento de pessoal, equipamentos, material de consumo e de escritório, mobiliário, passagens e diárias para as diversas viagens (visitas a polos, participação em eventos do fórum nacional, aulas, participação em atividades acadêmicas e reuniões).

Os recursos financeiros para a manutenção dos polos tiveram um crédito no valor de R$ 2 mil para aquisição de bens duráveis e R$ 450,00 mensais para manutenção do polo referente à compra de papel, tinta, pagamento de alguma prestação de serviço realizada, etc.

No próximo capítulo apresentamos o percurso metodológico onde apontamos sua definição e descrição, caracterizamos os sujeitos da pesquisa, interpretamos os dados, refletimos os principais resultados, além de apontarmos as dificuldades, limites, desafios e impactos identificados nesta trajetória.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

"Pesquisa é teoria em ato."

Pierre Bordieu.

5.1 DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Este estudo parte do pressuposto que o conhecimento é construído na troca entre pesquisador e pesquisado, na medida em que ambos possuem saberes que se complementam. Nesse sentido, o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente. A realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto a sua abordagem, como *qualitativa* por apresentar características essenciais apontadas por Bogdan e Biklen (1994, p. 47-51) onde, dentre outros fatores, podemos apontar cinco deles:

1. *Destacar o ambiente natural como fonte dos dados e o investigador assumindo um papel principal na coleta deles. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada.*
    a. Considerando que a pesquisadora é uma das coordenadoras de polo do curso investigado, tem contato direto e constante com todas as atividades desenvolvidas no curso, ampliando as possibilidades de interpretação e compreensão dos fenômenos, uma vez que está inserida no ambiente natural pesquisado.
2. *Os dados coletados são, na maioria, descritivos e interpretativos*.
    a. O material produzido na pesquisa apresenta descrições de pessoas, situações e acontecimentos.
3. *O investigador se interessa mais pelo processo e pela sua descrição e*

interpretação do que pelo produto, tendendo a analisar os dados de forma mais indutiva do que dedutiva. A preocupação com o processo é maior do que com o produto.

4. *O foco do pesquisador é o significado dado pelas pessoas*.
    a. Há uma tentativa de apresentar a perspectiva dos participantes, a maneira como interpretam as questões que estão sendo focalizadas.
5. *A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo*, assim o pesquisador não busca evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. Isso também não quer dizer que o fato de não existir hipóteses não implica a inexistência de um quadro teórico que oriente a coleta e a análise dos dados.

Minayo (2009) amplia esta perspectiva quando nos diz que a pesquisa qualitativa,

> trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Dentre as abordagens qualitativas o estudo de caso foi o escolhido para esta pesquisa, podendo ser justificado por Ludke e André (1986, p. 17) quando afirmam que o estudo de caso é o estudo de *um* caso, seja ele simples e específico ou complexo e abstrato. O caso é sempre bem delimitado, tendo seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. Segundo Goode e Hatt (1968), o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo, é o estudo de algo singular, que tenha um valor em si mesmo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venha a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.

Stake (1994, p. 236) diz que o estudo de caso não é um método específico, mas um tipo de conhecimento: “estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”. A questão fundamental é o conhecimento derivado dele, ou seja, o que se aprende ao estudar o caso. Este conhecimento é mais concreto, contextualizado e voltado para a interpretação do leitor, e podemos

definir enquanto *método científico* o método *indutivo,* na medida em que parte do específico para a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados.

De acordo com Ludke e André (1986), o estudo de caso apresenta as seguintes características:

a) Visa a descoberta, e esta característica fundamenta-se no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e se refaz constantemente. Assim o pesquisador estará sempre buscando novas respostas e novas perguntas no decorrer do seu trabalho.

b) Enfatiza a "interpretação em contexto", isto é, leva em consideração o contexto em que ele se situa.

c) Busca retratar a realidade de forma completa e profunda, procurando que o pesquisador revele a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema.

d) Usa uma variedade de fontes de informação e recorre, por exemplo, a uma diversidade de dados coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes.

e) Revela experiência vicária e permite generalizações naturalísticas, ou seja, o pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo, de modo que o leitor ou usuário possa fazer as suas "generalizações naturalísticas".

f) Procura representar os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Quando o objeto ou situação estudados pode suscitar opiniões divergentes, o pesquisador procura trazer para o estudo essa divergência de opiniões, revelando a seu próprio ponto de vista sobre a questão, deixando para os usuários do estudo tirarem suas conclusões.

g) Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. Os dados do estudo de caso podem ser apresentados numa variedade de formas e os relatos por escrito utilizam um estilo informal, narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições.

Apresentando estas características e considerando a natureza desta pesquisa, podemos afirmar que este estudo é tipicamente um estudo de caso, mostrando-se como opção metodológica adequada para a investigação do Curso de Graduação em Administração a Distância da UNEB, uma vez que esta é uma experiência desenvolvida por apenas algumas Universidades Federais e Estaduais no Brasil (no Estado da Bahia e Sergipe é desenvolvido pela UNEB) sendo ainda o projeto "piloto" da UAB, com turma única, além de ser um espaço de experimentação de metodologias a serem implementadas para outras experiências de educação a distância.

Compreendendo que não é possível explorar todos os ângulos do um fenômeno em um tempo limitado, optamos por selecionar os aspectos considerados por nós mais relevantes definindo, assim, o seu recorte. O *método de coleta de dados* foi realizado por meio da *técnica* da observação, entrevista, questionários e análise documental.

Segundo Gil (1995, p. 58), o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram seu delineamento: delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados; elaboração do relatório. Estas fases se superpõem em diversos momentos, sendo difícil precisar os momentos que as separam. Assim, para a organização, este trabalho foi elaborado a partir de um cronograma que, na medida do possível, seguiu as etapas estabelecidas[25].

Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura e aprofundamento conceitual, sendo consultados livros, artigos e periódicos para apreender o objeto na sua dimensão teórica mediante leitura sistemática, com fichamento de obras, ressaltando os pontos abordados pelos autores que estudam e pesquisam o tema e após a coleta de dados definimos as categorias de análise: educação a distância, gestão, processo decisório e flexibilidade.

[25] Definição do tema – Abril de 2009;
Elaboração e entrega do projeto de pesquisa – Junho de 2009;
Coleta de dados teóricos – Entre abril de 2009 e dezembro de 2010;
Coleta de dados de campo – Entre julho e dezembro de 2010;
Qualificação – Dezembro de 2010;
Defesa da Dissertação – Setembro de 2011.

Os principais autores que dialogamos para o desenvolvimento deste trabalham foram: Alonso (2001), (2005); Belloni (2001); Bof (2002); Bogdan e Biklen (1994); Bonilla (2004), Chiavenato (2004); Choo (2003); Gadotti (2003); Levy (1998); Libâneo (2001), (2006); Luck (2007); Ludke e André (1986); Martinez (1985); Matos Oliveira (2006), (2007); Moran (2005); Neder (2006); Novaes (2006), (2007); Preti (1996), (2009);Primo (2000).

Houve ainda uma exploração da legislação, aos referenciais de qualidade para a educação a distância, ao projeto pedagógico do curso, aos ambientes virtuais de aprendizagem (administrativo e pedagógico), a criação e implementação dos cursos a distância na UNEB, dentre outros, como suporte para delimitação do estudo.

Após a delimitação do estudo foi realizada a coleta sistemática de informações, justificando seu *enfoque* como de *caráter descritivo/interpretativo.*

O estudo de caso foi desenvolvido no Curso de Graduação em Administração a Distância, Projeto Piloto da UAB, que é coordenado pela UNEB tanto no Estado da Bahia quanto no de Sergipe. Tem, aproximadamente, 627 estudantes matriculados e atende a 12 polos: Aracaju (SE), Barreiras, Guanambi, Irecê, Jacobina, Juazeiro, Paulo Afonso, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Serrinha, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista, sendo que cada polo é constituído por um grupo, exceto o polo de Salvador que possui quatro grupos.

Optou-se por pesquisar uma amostragem que pudesse representar a totalidade do curso e assim todos os polos foram convidados a participar e colaborar (este convite foi feito durante alguns encontros via vídeoconfência e mensagens enviadas através do AVA) com a pesquisa por meio de entrevista e questionários semiestruturados aplicados junto aos coordenadores de polo e estudantes; os questionários foram enviados via e-mail aos coordenadores de polo e estes se comprometerem em realizar a impressão, aplicação e envio dos questionários a pesquisadora via malote da UNEB.

Não foi definido um perfil específico, a opção de participação ficou livre aos que tinham interesse em colaborar.

Inicialmente havia a intenção de pesquisar os três representantes da coordenação central, todos os 12 coordenadores de polo e dez alunos por polo, num total de 150 estudantes (30% do total). No entanto, infelizmente, nem todos deram retorno dos

questionários enviados, o que provocou, inclusive, um atraso no prazo previsto para finalização da dissertação. Ao final, os sujeitos e instrumentos tabulados e analisados foram:

- 02 representantes da coordenação geral – correspondendo a 66% do total, utilizando questionário semiestruturado, entrevista via MSN, observação e anotações de reuniões pedagógicas e administrativas desenvolvidas de forma presencial e a distância, via videoconferência,. O questionário foi organizado em quatro etapas: (1) Define o perfil do sujeito; (2) Traz uma visão geral do projeto (implementação, infraestrutura, etc.); (3) Analisa o Projeto Pedagógico do curso; (4) Analisa entraves, perspectivas e contribuições.
- 05 coordenadores de polo – cerca de 41,6% do total, utilizando um questionário semiestruturado, observação e anotações de reuniões pedagógicas e administrativas desenvolvidas de forma presencial e a distância, via videoconferência. O questionário foi organizado em três etapas: (1) Define o perfil do sujeito; (2) Caracteriza o polo que o sujeito está vinculado; (3) Caracteriza o curso de uma forma geral por meio de questões abertas: tomada de decisão, flexibilidade, dificuldades, impactos.
- 54 alunos de 07 polos – utilizando um questionário semiestruturado, correspondendo a 11% do total de alunos regulares do curso e 58,3% dos polos envolvidos no projeto. O questionário foi organizado em três etapas: (1) Define o perfil do sujeito: gênero, idade, experiência, formação, etc.; (2) Caracteriza o polo que o sujeito está vinculado por meio de questões fechadas: questões gerais, equipe de polo, autoavaliação; (3) Caracteriza o curso de uma forma geral por meio de questões abertas: tomada de decisão, flexibilidade, dificuldades, impactos.

O roteiro de entrevista e os questionários foram elaborados com base na literatura e pela análise conjunta da autora e orientadora, considerando a visão geral do curso, projeto pedagógico, elementos de gestão para EAD, processo decisório, os entraves perspectivas e contribuições onde, parte deles, foram construídos com base nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância formulados pelo MEC.

Optamos pelo anonimato dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa para que estes se sentissem a vontade para se colocar de forma mais livre, registrando suas impressões sem receio de serem identificados; foi apresentado aos sujeitos da pesquisa o termo de consentimento livre e esclarecido, sendo respeitado seu anonimato e garantido também a isenção de despesas pela participação. Diante desta opção os dados divulgados seguiram uma ordem alfabética e numérica a partir dos polos, coordenadores e discentes que concordaram em participar desta pesquisa.

O questionário que foi aplicado à coordenação geral contém 32 itens. Os questionários, contendo oito itens, foram aplicados aos coordenadores de polo, enquanto que o questionário aplicado aos alunos possui 27 itens. Contudo, apesar de apresentar um número significativo de dados a serem analisados, apenas aqueles diretamente relacionados às categorias estudadas (educação a distância, gestão, tomada de decisão e flexibilidade) foram validados, ou seja, selecionados, analisados e incluídos na pesquisa.

A escolha por utilizar o questionário se deu por este instrumento permitir investigar vários sujeitos em um determinado tempo, possibilitando estabelecer relações entre as respostas registradas. Assim o questionário foi aplicado a cinco coordenadores de polo e 54 estudantes. O questionário utilizado foi semiestruturado, com questões abertas (que permitem o uso de vocabulário próprio) e fechadas (questões previamente definidas). Para as questões fechadas foi estabelecida uma escala de um a cinco que representava uma análise que variava de péssimo a ótimo. Na análise priorizamos os maiores e menores percentuais, além da média calculada em algumas questões apresentadas.

Os resultados obtidos nos questionários foram definidos a partir de uma análise quantitativa para as questões fechadas, verificando a frequência nas respostas apresentadas, e uma análise qualitativa para as questões abertas (por meio da análise de conteúdo). Para a análise das questões abertas procedeu-se a uma categorização das respostas, a saber: análise geral do curso, processo de tomada de decisão, flexibilidade e impactos percebidos na vida pessoal e profissional dos discentes.

Quanto à opção pela entrevista, via *MSN Messenger*[26], esta se deu por ser um procedimento adequado para compreender elementos relevantes do objeto de estudo, sendo possível realizá-lo com um número reduzido de sujeitos. Assim a entrevista foi realizada com dois representantes da coordenação central, sendo agendadas de acordo com a disponibilidade destes. A entrevista foi semiestruturada por ser flexível e possibilitar correções, esclarecimentos e adaptações que contribuem para a melhor compreensão do discurso dos entrevistados a partir de um roteiro previamente definido. Para a análise das entrevistas foi utilizada a análise de conteúdo por ser uma técnica de tratamento de informações que permite fazer inferências dos dados para o seu contexto.

Além dos instrumentos de coleta de dados mencionados acima, também foram considerados e analisados tabelas, gráficos, quadros, o AVA – *Moodle*. Foi realizada análise de documentos, como: legislação vigente, proposta da UAB, referências de qualidade para cursos a distância, proposta pedagógica do curso, currículo, etc., além de observação direta nos encontros mensais e semestrais de avaliação e planejamento que aconteceram de forma presencial e a distância.

Estes dados foram tabulados e organizados por meio de um programa de computador, Microsoft Office Excel 2007, onde a partir deste, foram criados gráficos e tabelas para uma melhor visualização dos dados.

Para Bardin (1977, p. 38), “A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Foi utilizada a *técnica de análise de conteúdo* para “tratar” as informações obtidas por meio das entrevistas, questionários, observações, análise de relatórios, documentos e do AVA, com o intuito de garantir a realização da triangulação na pesquisa.

De acordo com Yin (2005), “[...] a análise dos dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar, ou do contrário, recombinar evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo”. Assim,

[26] MSN Messenger é um programa de mensagens instantâneas, criado pela Microsoft Corporation, que oferece um serviço que permite que uma pessoa fale com outra por meio de conversas instantâneas pela internet.

dentre os procedimentos metodológicos de análise de conteúdo optamos pela categorização, inferência, descrição e interpretação.

Com base nesta intenção após a realização da coleta dos dados buscamos organizá-lo separando-o em diferentes arquivos, segundo as fontes de coleta; fizemos então a leitura e releitura de todo o material para identificar os pontos relevantes e iniciar o processo de construção das categorias descritivas – como dito anteriormente optamos pelo anonimato, organizando os dados em uma ordem alfabética e numérica na ordem em que os polos enviavam os questionários. Este trabalho resultou em um conjunto inicial de categorias que foram examinados, reexaminadas e modificados por haver novas combinações e desmembramentos (a exemplo da questão 24 do questionário discente representado no gráfico 3).

Estes dados foram categorizados, realizamos inferências, descrevemos e interpretamos para então procedermos a elaboração do relatório final. Os aspectos destacados no relatório final foram: flexibilidade, tomada de decisão, entraves e impactos da trajetória.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

5.2.1 Discentes

Como já dissemos anteriormente, foram pesquisados 54 alunos de 07 polos, correspondendo a 11% do total de alunos regulares do curso e 58,3% dos polos envolvidos no projeto.

Os principais resultados da primeira etapa do questionário que define o perfil dos sujeitos pesquisados apontam que 59% são do sexo masculino, com idade a partir de 25 anos, onde a maioria se encontra entre 25 e 30 anos (34%) e 41 a 50 anos (32%), conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Idade dos sujeitos da pesquisa: discentes

IDADE	Total
25 A 30	34%
31 A 35	13%
36 A 40	11%
41 A 50	32%
MAIS DE 50	9%
Total geral	**100%**

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

A maioria dos alunos (GRÁFICO 1), cerca de 56%, não residem no mesmo município do polo que está vinculado. Isto foi apontado posteriormente pelos discentes como um dos dificultadores para o desenvolvimento do curso (TABELA 08). 87% dos alunos não possuem alguma outra graduação, 94% não possuem pós-graduação e 70% não tem/teve outras experiências em EAD.

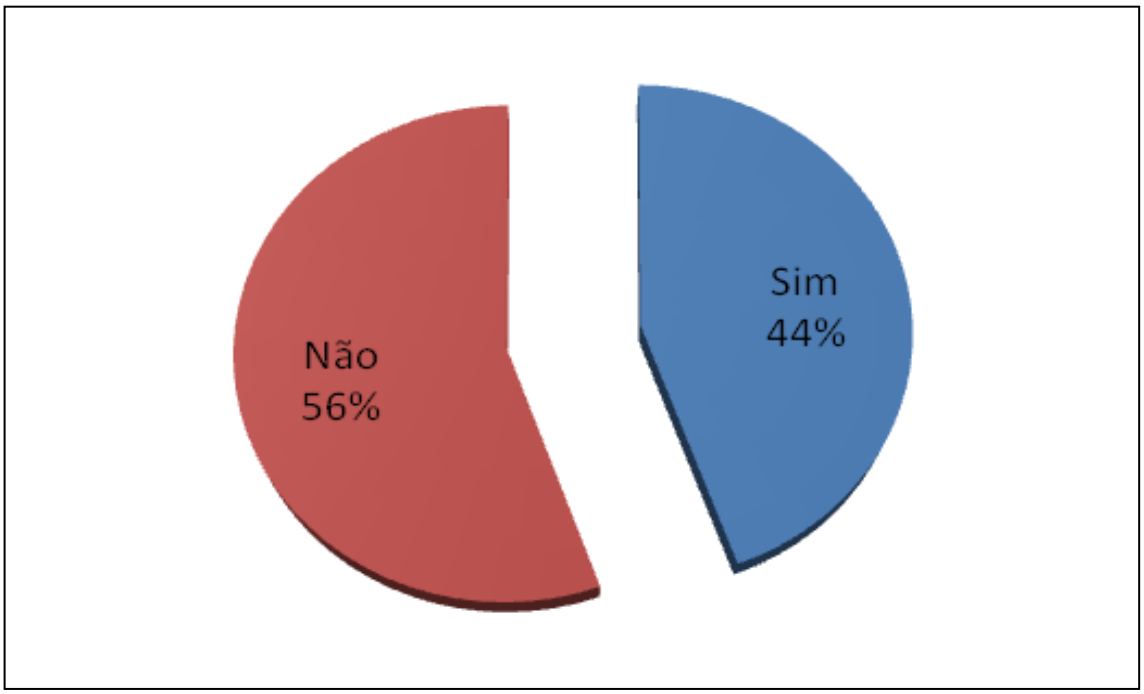


Gráfico 1 – Perfil do sujeito – discente (se reside no município do polo que está vinculado)

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

Em relação à segunda etapa do questionário discente que busca caracterizar o polo que o sujeito está vinculado por meio de questões fechadas direcionadas às

questões gerais (TABELA 3), equipe de polo (GRÁFICO 2) e autoavaliação (TABELA 4), foram registrados os seguintes dados:

Tabela 3 – Questões gerais

QUESTÕES	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO	NÃO OPINOU
Q1 - Infraestrutura	2%	7%	26%	52%	13%	0%
Q2 - Equipamentos	0%	7%	31%	44%	17%	0%
Q3 - Dias dos encontros Presenciais	0%	7%	37%	46%	9%	0%
Q4 - Horário de funcionamento do polo	0%	6%	19%	63%	11%	2%
Q5 - Atendimento aos discentes	2%	15%	26%	48%	7%	2%
Q6 - Interação e colaboração entre estudantes e professores	0%	11%	37%	44%	7%	0%
Q7 - Material didático	0%	6%	24%	46%	22%	2%
Q8 - Acompanhamento dos estudantes	0%	13%	43%	33%	9%	2%
Q9 - Sistema de avaliação	0%	7%	35%	50%	7%	0%
Q10 - Capacidade de adaptação e flexibilidade deste curso	0%	2%	30%	56%	11%	2%
Q11 - Avaliação geral do curso	0%	2%	28%	61%	9%	0%

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

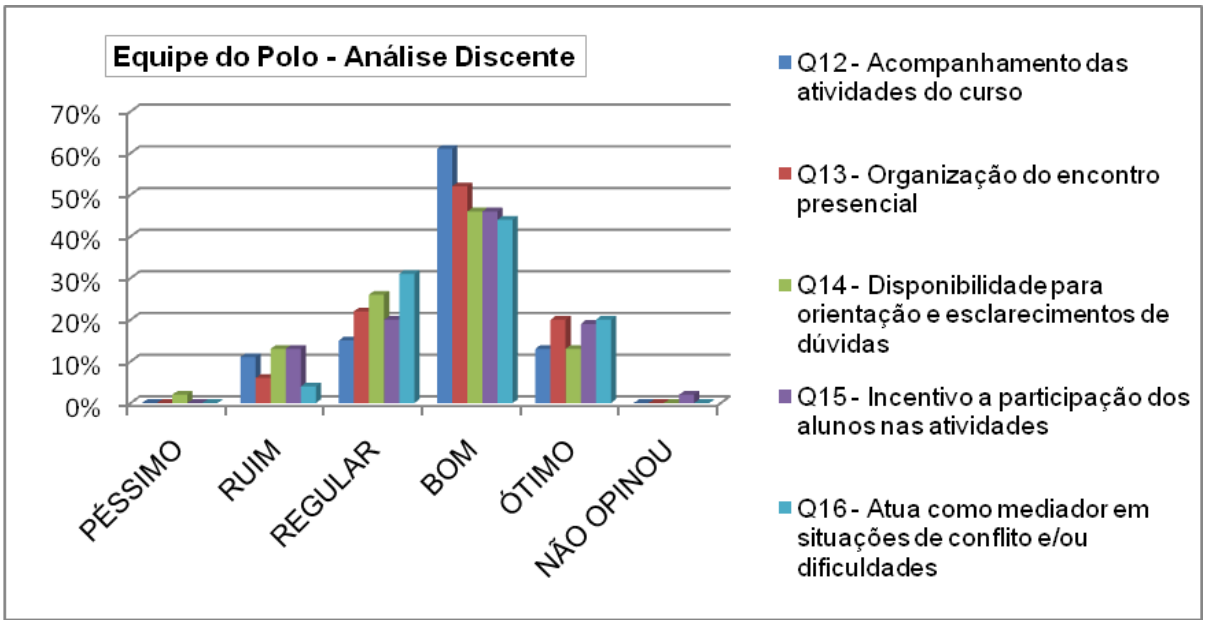


Gráfico 2 – Equipe do polo
Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

Tabela 4 – Autoavaliação

QUESTÕES	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO	NÃO OPINOU
Q17 - Pontualidade quanto aos encontros presenciais	0%	6%	15%	50%	30%	0%
Q18 - Pontualidade quanto aos prazos dos trabalhos	0%	4%	35%	52%	9%	0%
Q19 - Assiduidade/freqüente quanto aos encontros presenciais	0%	6%	11%	50%	33%	0%
Q20 - Assiduidade/freqüente quanto ao acesso ao ambiente	0%	7%	24%	50%	19%	0%
Q21 - Empenho no cumprimento das tarefas e leituras	0%	6%	31%	54%	9%	0%
Q22 - Participação ativa nos trabalhos de grupo	0%	2%	24%	59%	15%	0%
Q23 - Expectativa profissional na área de Administração	0%	0%	20%	63%	17%	0%

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

De uma forma geral, os discentes avaliam o curso como “bom”, tendendo a “regular” (segunda maior opção), percepção que é reafirmada pela coordenação geral, nas questões 06, 07 e 08 (APÊNDICE C) e pelos coordenadores de polo, na questão 01 (APÊNDICE D).

Na avaliação dos polos (GRÁFICO 2), os alunos também demonstraram uma relativa satisfação, uma vez que a maioria destes responderam “bom” quando questionados a respeito do polo que está vinculado.

Em relação a estes blocos de questões gerais, equipe de polo e autoavaliação, a maioria dos discentes responderam “bom”, exceto na questão 08 – Acompanhamento dos estudantes (TABELA 3) que a maioria (43%) respondeu “regular”, demonstrando uma relativa insatisfação em relação a este item.

5.2.2 Coordenadores de Polo

Dos coordenadores de polo pesquisados, 40% têm graduação em administração e 80% são mestres; têm, em média, quatro anos de atuação na função de coordenação de polo; 60% têm/tiveram outras experiências na EAD e 40% têm/tiveram outras experiências na Gestão.

Estes coordenadores de polo vêem a sua função de coordenador de polo como a de um mediador, facilitador, deliberador e viabilizador que se interpõe entre a Instituição, professores, tutores e os estudantes na perspectiva de possibilitar a aprendizagem e agilizarem as questões administrativas e pedagógicas.

Em relação aos polos que estão vinculados, estes tiveram em média 36 alunos matriculados, 4 transferidos, 15 desistentes, 20 frequentes e, em média, 9 são do sexo feminino e 15 do sexo masculino.

Quando questionados sobre a adequação da infraestrutura à necessidade dos polos, 80% destes consideraram a infraestrutura boa e adequada à necessidade do polo.

O coordenador B relata que,

> *Nossa estrutura organizacional é bem definida com todo material devidamente arquivado, identificado e sinalizado a fim de facilitar nosso trabalho e promover uma melhor apresentação do nosso curso. Nossas necessidades básicas são supridas de modo que não temos encontrado maiores entraves para desenvolvermos nosso trabalho e oportunizar condições exequíveis para nossos acadêmicos no desenvolvimento do curso.*

No entanto o coordenador E diz que,

> *Não. Ocupamos parte da sala de um colegiado do Curso Presencial de Ciências Contábeis, para os trabalhos administrativos. Diante da nossa limitação na infraestrutura da parte administrativa, não temos o quadro completo dos nossos colaboradores, dispersos no Projeto do Curso de Administração a Distância da UNEB, pois não teríamos condições de alocá-los em espaço físico inexistente.*

Esta observação também foi reforçada pelo coordenador geral B quando esclareceu dizendo,

> *A infraestrutura da universidade evoluiu com o curso. Passamos muitas dificuldades que refletem ainda hoje em problemas a serem resolvidos, mas atualmente temos um AVA estável, estamos com o curso hospedado numa WEBHOST contratada com atendimento 24/7 (sete dias da semana/vinte quatro horas por dia), temos gestão técnica deste ambiente e utilizamos videoconferência desde o início do curso para as aulas. Tivemos além dos problemas apontados anteriormente na área técnica, muitas dificuldades com a infraestrutura dos polos. Este problema foi mais grave nos polos de Aracaju e de Vitória da Conquista porque não funcionam em departamentos da UNEB.*

Percebemos, contudo, que não há uma padronização da estrutura em todos os polos. A maioria apresenta condições adequadas, mas há outros que apresentam uma estrutura insuficiente para a realização de seus trabalhos.

5.2.3 Coordenação geral

Os dois coordenadores gerais têm formação teórica e prática na modalidade da EAD, atuando em diversas outras experiências na UNEB e em outros espaços. Veem-se como aprendizes e colaboradores com esta experiência inovadora e estimulante.

O coordenador A é administrador e pós-graduado em Administração Pública, Saúde Coletiva e EAD e sua função no projeto é o de coordenador adjunto, com dois anos de atuação neste cargo.

O coordenador B é pedagogo e mestre em Engenharia de Produção – Mídia e Conhecimento com ênfase em EAD e ocupa o cargo de coordenador EAD-UNEB com dois anos de atuação neste cargo.

5.3 RESULTADOS, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

As questões apresentadas e analisadas nesta etapa do texto tiveram por base a reflexão a cerca do processo de tomada de decisão e flexibilidade do curso em que apresentamos os resultados individuais e comparativos dos três segmentos de sujeitos pesquisados.

De forma comparativa, analisamos a questão 04 da coordenação geral (APÊNDICE C), a questão 03 dos coordenadores de polo (APÊNDICE D) e a questão 24 do questionário discente (APÊNDICE E) que **tratam do processo de tomada de decisão**. A tabulação apresentou os seguintes resultados (TABELA 5):

Tabela 5 – Processos de tomada de decisão

D-Q24 X C-Q03 X G-Q04			
	DISCENTE	**C. POLO**	**C. GERAL**
NÃO OPINOU	11%	20%	0%
INDIFERENTE	15%	20%	0%
INSATISFEITO	36%	0%	0%
SATISFEITO	**38%**	**60%**	**100%**
Total geral	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

A partir destes dados podemos perceber que os três segmentos consideram o processo de tomada de decisão satisfatório, sendo que o percentual dos estudantes que estão satisfeitos (38%) praticamente se equipara aos insatisfeitos (36%).

Como a questão 24 do questionário discente (TABELA 5) traz duas questões a serem analisadas, optamos por desmembrar as respostas para que pudéssemos analisá-las separadamente, como mostra o Gráfico 3:

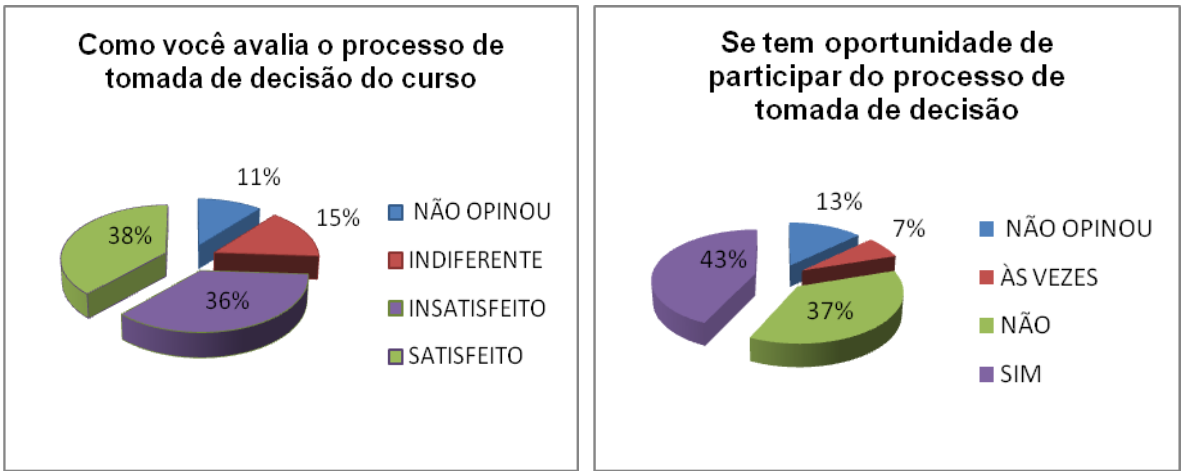


Gráfico 3 – Avaliação do processo e participação do processo de tomada de decisão do Curso de Administração a Distância da UNEB
Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora

Quando foi perguntado aos discentes, na questão 24, a respeito de **como eles avaliam o processo de tomada de decisão do curso e se têm oportunidade de participar do processo de tomada de decisão** (GRÁFICO 3), a maioria (43%) respondeu que eles têm oportunidade de participar do processo e 38% estão satisfeitos. Assim, entendemos que os discentes reconhecem a oportunidade de participar do processo de tomada de decisão, porém estão relativamente satisfeitos com o processo.

O aluno C1 respondeu dizendo que "*ao final de cada módulo é feita uma avaliação do curso em cada polo e são enviadas sugestões, além da participação de um representante da turma em reuniões antes dos semestres*". O aluno C5 complementa dizendo: "*Participando dos fóruns e dos encontros presenciais, como, por exemplo, a conquista dos módulos impressos recebidos para o aprendizado das disciplinas. Foi uma exigência de nós, alunos*". O aluno A5 diz: "*Sim, participando das reuniões de coordenação por videoconferência*". O aluno F8 afirma: "*Bom, sim, as decisões são tomadas pelo grupo, tudo o que envolve o curso é apresentado ao aluno e discutido*".

No entanto o aluno F9 afirma: "*Regular. Acho que o aluno deveria participar mais das decisões, desenvolvendo um sistema mais participativo".* O aluno A3 diz que "*Parece um processo centralizado. Minha participação resume-se em situações pontuais"*. O aluno E5 diz: "*Não participo do processo de tomada de decisão e*

acredito que como aluna a maioria das questões cabem aos coordenadores/tutores do curso decidirem".

Na questão 03 (TABELA 5), direcionada aos coordenadores de polo e que analisa o processo de tomada de decisão, estes responderam que 60% o avaliam como "positivo", 20% o considera democrático e 20% não opinaram.

O coordenador de polo C colocou que,

> *Avalio de forma positiva. Os processos foram regularmente modificados a partir dos encontros de avaliação e planejamento que ocorrem ao final e/ou início de cada semestre, além das reuniões administrativas que acontecem mensalmente*.

O coordenador de polo B analisa este processo nos polos dizendo:

> *Trazendo essa questão para o âmbito do polo, não podemos negar que temos nossa autonomia e que a usamos para deliberar nossas questões internas, embora não possamos usufruir de uma autonomia plena, visto que somos regimentados e assistidos por documentos que norteiam o programa do curso, sendo, pois, necessário tomar as decisões levando-se em conta os tramites formais e hierárquicos*.

O coordenador geral B afirma que vê este processo em duas instâncias,

> *No âmbito nacional, com as decisões tomadas sempre em conjunto pelos representantes das IPES e Coordenadores de Cursos, as decisões foram sempre resultado de estudos das Comissões e discussões nas plenárias do Fórum. No âmbito local, os primeiros anos do curso foram marcados pela gestão direta da Coordenação do Projeto exercida por mim e pela coordenação do curso exercida por Kátia Mendes. A gestão acadêmica e a demanda pela realização das atividades necessárias à condução do curso sempre partiam dos Coordenadores de Polos e da Coordenação do Curso. A Coordenação do Projeto, de acordo com o Plano de Trabalho e com os saldos de recursos, buscava a definição das providências junto à Fundação contratada para gerir administrativamente o Projeto.*

De forma comparativa, analisamos também a questão 06 da coordenação geral (APÊNDICE C), a questão 04 dos coordenadores de polo (APÊNDICE D) e a questão 25 do questionário discente (APÊNDICE E) que **tratam da capacidade de adaptação e flexibilidade do curso**.

A tabulação nos apontou que a maioria dos três segmentos, 57% dos discentes, 80% da coordenação de polo e 100% da coordenação geral, estão satisfeitos com a capacidade de adaptação e flexibilidade do curso (TABELA 6).

Tabela 6 – Adaptação e flexibilidade do curso

Discente Q25 X Coordenador Q04 X C. Geral Q06			
	DISCENTE	**C. POLO**	**C. GERAL**
NÃO OPINOU	15%	20%	0%
INDIFERENTE	11%	0%	0%
INSATISFEITO	17%	0%	0%
SATISFEITO	**57%**	**80%**	**100%**
Total geral	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

Para a questão 25 do questionário discente que perguntava a respeito da capacidade de adaptação e flexibilidade do curso, a maioria dos discentes (57%) respondeu que estão satisfeitos.

No intuito de testar/validar as respostas dos alunos, cruzamos os dados da questão fechada 10 – **Capacidade de adaptação e flexibilidade deste curso** (TABELA 3) com a questão aberta 25 – **Como você analisa/avalia a capacidade de adaptação e flexibilidade deste curso** (APENDICE E) do questionário discente e obtivemos os seguintes resultados apresentados por meio do Gráfico 4 e Tabela 7 para uma melhor visualização e interpretação:

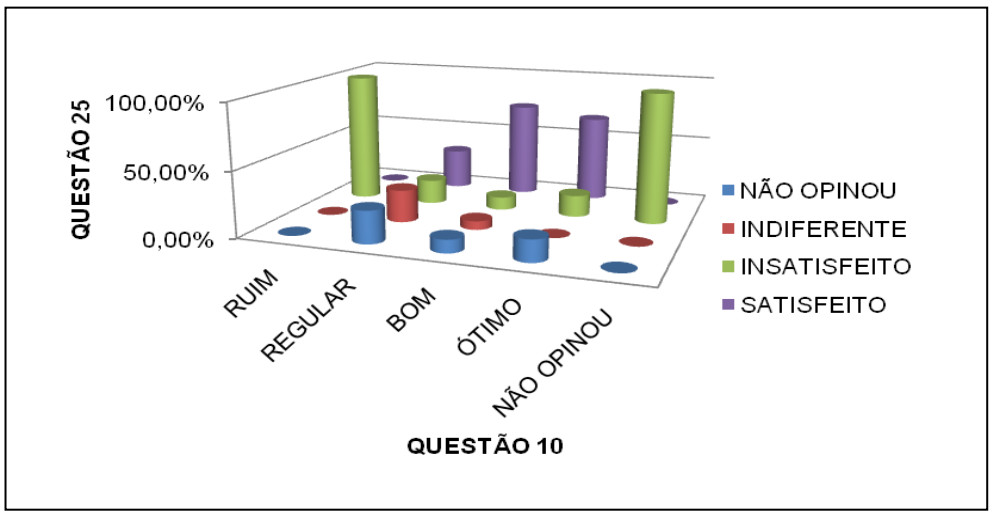


Gráfico 4 – Validação das respostas dos alunos com base na flexibilização e adaptação do curso

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

Tabela 7 – Validação das respostas dos alunos com base na flexibilização e adaptação do curso

	QUESTÃO ABERTA: 25				
QUESTÃO FECHADA: 10	NÃO OPINOU (15%)	INDIFERENTE (11%)	INSATISFEITO (17%)	SATISFEITO (57%)	Total geral
RUIM (2%)	0,00%	0,00%	**100,00%**	0,00%	100,00%
REGULAR (30%)	25,00%	25,00%	18,75%	**31,25%**	100,00%
BOM (56%)	10,00%	6,67%	10,00%	**73,33%**	100,00%
ÓTIMO (11%)	16,67%	0,00%	16,67%	**66,67%**	100,00%
NÃO OPINOU (2%)	0,00%	0,00%	**100,00%**	0,00%	100,00%

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

Dos alunos que, na questão 10, responderam “ruim” (que corresponde a 2% do total), 100% responderam, na questão 25, que estão insatisfeitos; dos que responderam na questão 10 “regular” (que corresponde a 30% do total), 31,25% responderam, na questão 25, que estão satisfeitos; dos que responderam “bom” (que corresponde a 56% do total), 73,33% responderam, na questão 25, que estão satisfeitos; dos que responderam ótimo (que corresponde a 11% do total), 66,67% responderam, na questão 25, que estão satisfeitos; dos que não opinaram (que corresponde a 2% do total), 100% estão insatisfeitos.

Assim, por não perceber uma contradição nas respostas apresentadas, validamos as respostas apresentadas pelos discentes quando estes se posicionam em relação à adaptação e flexibilidade do curso.

O aluno C1 analisa dizendo que “*Como é um curso experimental nessa universidade foi mais difícil o início, porém os ajustes efetuados melhoraram-no sensivelmente”*. O aluno E4 diz: *“A adaptação foi bem difícil no início, mas com vontade e determinação conseguimos superar as dificuldades”*. O aluno C8 registrou: *“Como um ponto positivo, considerando que a cada módulo muitas coisas foram modificadas para melhorar o curso”*. O aluno D3 colocou: *“Boa. Como pioneiro houve e há erros, porém há uma grande busca para torná-lo melhor”.*

O coordenador de polo C acrescenta registrando que:

> *Ao longo do curso passamos por inúmeras mudanças que foram sendo implementadas à medida que os problemas e/ou dificuldades iam surgindo e o grupo avaliava a situação e sugeria encaminhamentos. Assim considero que este curso tem uma boa capacidade de adaptação e flexibilidade*.

No entanto, o coordenador de polo E diz que

> *Por ser um projeto piloto no Brasil, evidente que o curso se apresenta como grande laboratório aos Projetos da UAB. Desta forma, avalio que a capacidade de adaptação das variáveis acima indicadas ainda necessitam de melhorias, mas alcançaram um bom nível*.

O coordenador geral A reafirma esta percepção quando diz que,

> *Adaptação e flexibilidade são atitudes constantes na nossa equipe. Por se tratar de projeto piloto, tivemos que fazer diversas adaptações aos modelos existentes da universidade. A falta de estrutura também contribuiu, inclusive os aspectos pedagógicos foram sendo alterados e adaptados a cada período*.

O Quadro 5 que apresenta de forma sintética as principais mudanças ocorridas ao longo do curso - a definição das categorias para esta análise teve como base os aspectos que passaram por mudanças significativas ao longo do seu processo de construção e/ou definição; foi construído pela pesquisadora a partir de relatos dos coordenadores de polo, coordenação central, professores, tutores, discentes e equipes administrativas por meio dos questionários, entrevista, observação do AVA, observação dos encontros de avaliação presencial e a distância, além de análise de documentos e registros que demonstrasse ter o objetivo de atender e/ou superar as dificuldades vivenciadas.

SITUAÇÃO OBSERVADA	INÍCIO DO CURSO	DECORRER DO CURSO	FINALIZAÇÃO
Tutoria	Os coordenadores de polo é que faziam a tutoria presencial e a distância das disciplinas curriculares, sendo considerados como “orientadores acadêmicos”.	Com a inserção dos recursos do FNDE foi possível a contratação de tutores presenciais e a distância.	Houve uma integração das funções de tutoria presencial e a distância em um único profissional.
Material didático	Só havia disponibilização de material didático de forma digitalizada.	Além do material digitalizado, houve a aquisição de acervo impresso, disponibilizado nas bibliotecas dos Departamentos, e distribuição de módulos impressos, gratuitamente, aos estudantes.	A situação anterior se manteve.

SITUAÇÃO OBSERVADA	INÍCIO DO CURSO	DECORRER DO CURSO	FINALIZAÇÃO
AVA	Tivemos diversos problemas no AVA sendo necessário migrar de espaço por muitas vezes, chegando a perder dados, tendo que reinseri-los	O curso está hospedado num WEBHOST contratada com atendimento 24/7 (sete dias da semana/vinte quatro horas por dia).	A situação anterior se manteve.
Avaliação da aprendizagem	Os alunos sinalizavam a dificuldade de desenvolver o quantitativo de atividades avaliativas proposta pelos professores (em algumas situações passava de 40).	Ficou deliberado em plenária que os professores priorizariam a qualidade em detrimento da quantidade – diminuindo significativamente o quantitativo destas atividades.	A situação anterior se manteve.
Infraestrutura de apoio	Inicialmente utilizou-se a infraestrutura do próprio Departamento em que o curso estava vinculado.	Após os primeiros repasses de recursos, os polos puderam adquirir e montar uma estrutura mínima para seu funcionamento.	A situação anterior se manteve.
Registro de cadernetas	Inicialmente os registros eram feitos nos polos, sem uma caderneta padrão onde o próprio coordenador assinava pelos registros.	Houve um entendimento da necessidade de unificação de registros gerais (com assinatura do professor da disciplina) e acréscimo de questões específicas dos polos.	A situação anterior se manteve.
Prova final e refazer percurso	Inicialmente o curso não previu a realização de provas finais e atividades de refazer percursos.	As provas finais e as atividades do refazer percurso foram incluídas como atividade regular do curso, inclusive das disciplinas que não haviam oferecido aos alunos que não obtiveram média suficiente.	A situação anterior se manteve.
Transferência	Havia flexibilidade tanto de transferência de alunos entre polos como a realização de atividades pontuais em outros polos que não fossem o de seu vínculo.	A situação anterior se manteve.	A situação anterior se manteve.
Encontros presenciais	Quinzenalmente.	Por solicitação discente passou a acontecer mensalmente.	A situação anterior se manteve.

Quadro 5 – Principais mudanças ocorridas ao longo do curso
Fonte: Questionário, relatórios, documentos e observações realizadas pela pesquisadora, 2010

5.3.1 Dificuldades, limites, desafios

Os três segmentos pesquisados apontaram questões que, a partir de suas experiências, foram consideradas como principais aspectos enfrentados neste curso que dificultaram, limitaram e desafiaram. Dentre eles podemos destacar na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 – Principais dificuldades limites e desafios apontados pelos discentes no curso

DISCENTES	
P26: Quais foram/são as principais dificuldades, limites e desafios enfrentados neste curso?	**Total**
Pedagógicas	30
Pessoais	18
Logística	16
Tecnológica	9
Administrativa	8
Não opinou	19
Total geral	**100%**

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

De forma mais detalhada, podemos destacar algumas falas dos discentes que descrevem as maiores dificuldades enfrentadas (GRÁFICO 5), como, por exemplo: o aluno A7 que esclarece: "*Dificuldade de acesso – distância da residência ao polo, estradas em situações precárias*"; o aluno B1: "*Dificuldade em fazer os trabalhos em grupo devido os colegas residirem em cidades diferentes*; o aluno B3: "*Dificuldade de acesso ao ambiente em função da qualidade baixa da internet local"*; o aluno C5: "*A principal dificuldade é a conciliação dos estudos com o trabalho, família e lazer, além dos deslocamentos para os encontros presenciais*"; o aluno F9: "*O principal desafio é estudar sozinho, disciplinar-se em programar o horário de estudo*".

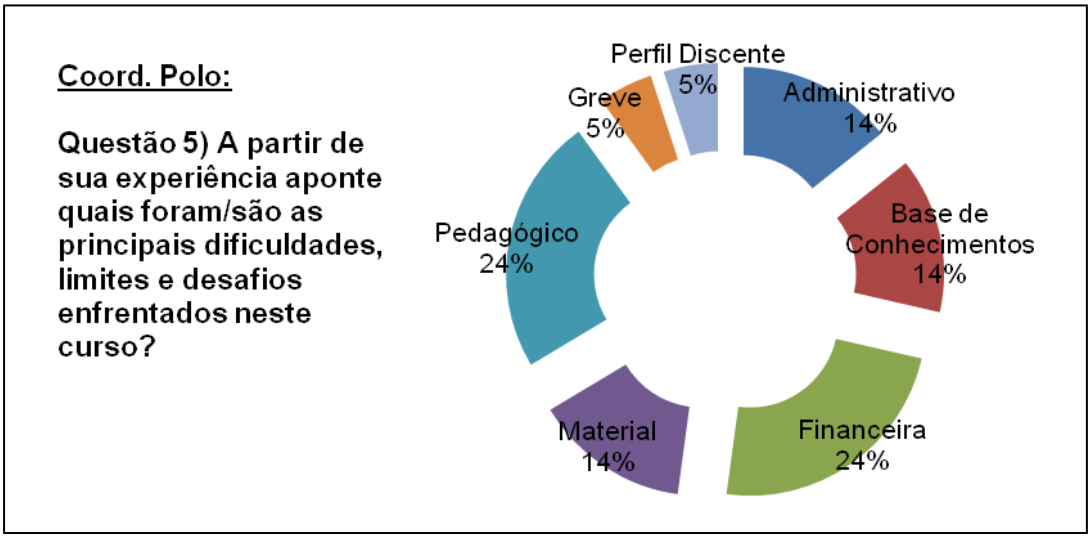


Gráfico 5 – Principais dificuldades, limites e desafios apontados pelos coordenadores de polo no Curso de Administração a Distância da UNEB

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

Os coordenadores de polo também apontam para algumas questões já percebidas pelos discentes e para outras questões que são específicas de seu campo de atuação. Podemos destacar a fala do coordenador B quando afirma que

> *Desde o início do curso contamos com atrasos em pagamentos de monitores, secretários, em envio de verba para suprir nossos gastos com o curso, enfim, as questões de ordem financeira desencadearam questões maiores.*

O coordenador E registrou:

> *Ausência de uma base de conhecimentos já adquiridos para este curso na universidade pública – Penso que este seja um problema comum a todas as universidades que participam do Projeto – e dificuldades nas rotinas administrativas e financeira do Curso que ainda impactam na vida acadêmica deste*.

O Coordenador geral A corrobora com esta percepção, acrescentando ainda que *"O fato de ser piloto, sem sombra de dúvida é a principal dificuldade e o grande desafio. A equipe precisou se superar a cada dificuldade encontrada. Vários procedimentos foram criados e adaptados".*

No entanto, quando o coordenador geral A afirma que "*A distância física entre os polos se apresentou como uma dificuldade fácil de ser superada pelos recursos tecnológicos disponíveis"*, não é correspondido pelo segmento dos discentes que aponta a distância geográfica como um dos grandes dificultadores.

A percepção do coordenador geral B amplia o quadro de dificuldades apontadas quando afirma que,

> *As dificuldades já relatadas devido à falta de pessoal capacitado para atuar na EAD foram as mais importantes. Além desta destaco a falta de estrutura na universidade para as primeiras ações do curso. Foram superadas com muito investimento em capacitação e supervisão de todas as ações pedagógicas desenvolvidas. Na fase de implementação, vivenciamos a dificuldade na produção de material didático que foi um problema sistêmico que afetou a todas as IPES do programa, mas que no processo também foi superado*.

5.3.2 Impactos pessoais e sociais identificados nesta trajetória

Nas questões 08 da coordenação geral (APÊNDICE C), 06 dos coordenadores de polo (APÊNDICE D) e 27 dos discentes (APÊNDICE E) foi perguntado **se eles acreditavam que este curso teria provocado impactos pessoais para os alunos e impactos sociais**; 80% dos discentes, 100% dos coordenadores de polo e 100% da coordenação geral responderam que sim.

Dentre os aspectos mais apontados pelos discentes podemos destacar por meio da Tabela 9 e de algumas falas que estes percebem, na sua maioria, os impactos pessoais, profissionais, conhecimento, capacitação, disciplina e nova visão.

Tabela 9 – Impactos pessoais e sociais apontados pelos discentes

27. Você acredita que este curso provocou/provoca algum impacto pessoal e social? Quais seriam?	**Total**
Profissional e pessoal (não discriminou o aspecto)	30%
Aprendizagem	25%
Formação	18%
Autoestima	12%
Não opinou	15%
Total Geral	100%

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2010

O aluno E6 coloca:

> *Como os assuntos abordados nas várias disciplinas diz respeito a busca de resoluções dos problemas enfrentados pelo país em nível regional, nacional e até internacional, nos leva a um conhecimento mais detalhado e por isso nos torna mais críticos na maneira de ver, pensar e agir.*

O aluno C5 acrescentou: "*Sim; trouxe-me grande interesse para a área de administração empresarial e grande motivação estudantil após 30 anos fora de uma sala de aula*". O aluno A2 diz: "*Total. Sem dúvida, as principais necessidades foram sanadas, e a capacitação promoveu a possibilidade de ascensão profissional"*. o aluno C7: "*Sim, a forma de pensar sobre o curso. Hoje percebo que o modo a distância também é viável ao aprendizado"*. O aluno F9 registra: "*Sim, hoje tenho uma visão macro do mundo, buscando criar minhas oportunidades tanto profissional como pessoal*". O aluno C4 diz: "*Sim, mais conhecimento e capacidade para agir/trabalhar em vários lugares do mercado"*. E o aluno B5 acrescenta "*Sim, melhorou a autoestima*".

Já os coordenadores de polo apontam como principais impactos a possibilidade de os alunos aplicarem seus conhecimentos, elevar a autoestima, possibilidade de vivenciar uma experiência científica, maior reconhecimento pessoal e profissional e fortalecer as relações interpessoais.

Para o coordenador geral A,

> *Um dos impactos sociais percebidos se dá pelo fato de ser um projeto piloto e com ele trazer a possibilidade de um maior reconhecimento desta modalidade de ensino como um curso de qualidade que traz uma alternativa para que possa chegar a todos os públicos.*

O coordenador B acrescenta: "*Os alunos formados neste curso terão todos os benefícios de uma formação universitária e terão sido os pioneiros no Estado e no Brasil em formação universitária nesta modalidade em instituições públicas*."

Entendemos com estes dados que, de uma forma geral, os três segmentos reconhecem os impactos provocados por esta experiência na vida pessoal dos discentes, bem como os impactos sociais.

No capítulo seguinte apresentamos a conclusão desta pesquisa onde retomamos as questões principais apresentadas ao longo do trabalho e refletimos quanto à necessidade de construção de uma política de educação que perceba a EAD na perspectiva de uma educação com qualidade e sem “distâncias” na universidade pública.

6 CONCLUSÃO

"Conto o passado [...] não propriamente em função do ponto de chegada (não cheguei ainda, bem o sei), mas em função do ponto em que agora estou."

Magda Soares, 2001.

Os dados trazidos neste trabalho são o início de um percurso ainda em construção que optamos por socializar através do recorte ora apresentado. Retomamos algumas questões em função do ponto em que agora estamos considerando que, nesta trajetória, práticas e conceitos foram (re)significados diante dos desafios e problemas vivenciados, e pudemos amadurecer idéias e percepções a respeito do objeto pesquisado.

Entendemos que investigar a gestão nos cursos de EAD é relevante para a compreensão e indicação de alternativas que possam refletir numa melhoria da qualidade e da aprendizagem desenvolvidas nesta modalidade de educação. Assim, este estudo buscou caracterizar a gestão adotada na EAD do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB, em especial o aspecto da flexibilidade e tomada de decisão. No decorrer do texto também buscamos analisar os desafios na contemporaneidade e as novas demandas apresentadas pela sociedade, historicizando a EAD a partir da década de 1990, além de identificar aspectos, entraves e perspectivas percebidos nesta trajetória.

A opção de análise dos aspectos da flexibilidade e tomada de decisão na gestão de cursos a distância pôde ser percebida no campo de pesquisa escolhido: o Curso de Administração a Distância da UNEB, Projeto Piloto da UAB, considerando que as atividades foram planejadas para ser uma experiência em que diferentes processos de gestão fossem utilizados no intuito de "melhorá-los", tornando-se "modos" e possibilidades de referência, tanto a ser seguida como rechaçada, para outras experiências na UNEB ou mesmo em outros espaços educativos, o que de fato aconteceu: muitas ações foram "experimentadas", sendo algumas acatadas e outras não, tornando-se referência.

Com este estudo compreendemos que a garantia do espaço da “escuta”, reflexão, avaliação, (re)significação, intervenção e mudança, por meio da flexibilidade e tomada de decisão coletiva/colegiada, são imprescindíveis em cursos EAD que buscam desenvolvê-los como uma modalidade que precisa construir uma educação de qualidade.

Durante este estudo (2009-2011), pudemos perceber ainda questões relevantes analisadas no decorrer do texto e que colocamos de forma sintética:

- A virtualidade permite encontros que possibilitam a educação, por meio das relações entre docentes e discentes; portanto, considerar a EAD a partir da perspectiva da distância já não é a forma de caracterizar esta modalidade de educação. A EAD passa a ser definida não mais pela distância, mas sim pela mediação tecnológica.
- Fatores econômicos, políticos, sociais e tecnológicos foram favoráveis à implantação de cursos na EAD, principalmente a partir da década de 1990, estimulando o seu crescimento quando se passou a atribuir à educação a responsabilidade por desenvolver a formação profissional e atender a demanda requerida pelo mundo do trabalho.
- Não deixamos de reconhecer a importância de iniciativas governamentais, a exemplo da UAB que tem o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior por meio de cursos a distância, no entanto refletimos algumas questões: a participação dos municípios, considerando a possibilidade de aumentar as desigualdades entre os municípios mais pobres por não terem condições financeiras de instalar polos, e a necessidade de regulamentação dos profissionais que atuam nessa modalidade de educação para que as condições ofertadas possam manter a qualidade necessária ao processo formativo.
- Os principais desafios percebidos estão nos velhos problemas da educação brasileira, como capacitação de professores e profissionais, avaliação e, principalmente, as diversidades contrastantes do ponto de vista econômico, social e cultural, além de ainda ser vista como uma segunda oportunidade e/ou possibilidade para os que não tiveram acesso ou evadiram no ensino regular e legislação insuficiente para dar sustentação à modalidade.

- Enquanto perspectivas, apontamos a possibilidade de convergência do ensino convencional, presencial e a educação aberta e a distância, diminuindo as diferenças metodológicas entre eles.
- A avaliação como prática educativa pode ser compreendida como uma atividade política cuja principal função é a de propiciar condições para tomadas de decisões.
- Os sistemas de EAD contemplam questões básicas, como: construir seu projeto político/pedagógico consistente com seus propósitos e utilizar material didático impresso e digital, sistema de tutoria, plataformas tecnológicas adaptadas às necessidades da proposta, sistema consistente de avaliação, equipe qualificada, infraestrutura administrativa/operacional.
- Considerando que na EAD não há modelos de gestão preestabelecidos, será no processo de tomada de decisão e no grau de flexibilidade apontado que será possível desenhar e/ou construir o formato do curso, considerando ainda seu projeto pedagógico e as instruções legais e normativas que regulamentam a EAD.

E, ao final deste estudo, em que pudemos nos aprofundar e nos apropriar de questões importantes relativas à modalidade de educação à distância, percebemos que o conceito de gestão em EAD está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico e a participação nas decisões mediante um compromisso coletivo com os resultados educacionais. Assim, a gestão se aproxima de uma forma mais aberta, flexível e adaptável a interação, integração e as inovações tecnológicas.

Ao considerarmos as condições da educação na EAD e a concepção e função da gestão neste contexto entendemos que a principal contribuição desta pesquisa encontra-se na ênfase em um modelo aberto de gestão e na abordagem contingencial da administração, entendendo que a flexibilidade e a tomada de decisão são elementos centrais que devem perpassar e nortear a gestão de cursos à distância.

A inserção da educação na modalidade a distância nas universidades públicas, tradicionalmente de ensino presencial, pressupõe mudanças, gera contra-

movimentos e traz desafios. Esse processo exige grande esforço das pessoas envolvidas com a EAD que, movidas por suas crenças e aspirações, buscam a construção desses caminhos.

Diante das questões colocadas podemos afirmar que acreditamos na EAD (por seu potencial de abrangência, diversidade e flexibilidade) como possibilidade de enfrentamento aos novos desafios e demandas apresentadas por esta sociedade, como uma alternativa de democratização do ensino superior em nosso país e como possibilidade de incluir pessoas que, pelos mais variados motivos, foram excluídos das salas de aulas presenciais.

Contudo pensamos que estas mudanças só se realizarão na medida em que houver maiores e melhores oportunidades educacionais para a população ainda excluída desse processo. Por isso tão importante quanto democratizar o acesso a educação é promover a inclusão digital daqueles que ainda se encontram à margem deste, podendo, assim, reduzir as desigualdades em meio a tantas diferenças econômicas, sociais e culturais.

Entendemos ainda que é preciso ampliar os estudos, pois este ainda é um percurso em formação, e estabelecer uma política de educação que respeite a EAD, buscando compreendê-la melhor, numa perspectiva de construção de uma educação de qualidade na universidade pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; ALONSO, Myrtes. **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

ALONSO, Kátia Morosov. Algumas considerações sobre a educação a distância, aprendizagens e a gestão de sistemas não presenciais de ensino. In: PRETI, Oreste (Org.). **Educação a Distância:** ressignificando práticas. Brasília: Liber Livro, 2005a. p. 17-38.

_____. **Formação de professores em exercício, educação a distância e a consolidação de um projeto de formação:** o caso da UFMT. 2005. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005b.

_____. **Fundamentos de Educação a Distância**. Guia Didático. Cuiabá: NEAD/UFMT, 2001.

APARECI, Roberto. Comunicación. In: APARECI, Roberto (Coord.). **Comunicación educativa em la sociedade de la información**. Madrid: UNED, 2006. p. 39-43.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARETIO, Lorenzo Garcia. **La educación a distancia**: de la teoría a la práctica. 3. ed. Barcelona: Ariel, 2006.

AZEVEDO, Wilson. **Muito além do Jardim da Infância:** o desafio do preparo de alunos e professores on-line. Disponível em: <http://www.abed.org.br>. Acesso em: 01 abr. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BIELSHOWISCK, Carlos. **A gestão na educação superior a distância**. [S.l.: s.n.], 2002. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/ead/ead0.htm>. Acesso em: 01 out. 2009. (Artigo da série sobre a Educação a Distância na Formação de Professores, apresentada no programa Salto para o Futuro, da TV Escola).

BOF, Alvana Maria. **Gestão de Sistemas de Educação a Distância**. [S.l.: s.n.], 2002. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/ead/ead0.htm>. Acesso em: 01 out. 2009. (Artigo da série sobre a Educação a Distância na Formação de Professores, apresentada no programa Salto para o Futuro, da TV Escola).

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: _____. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. p. 47-51.

_____. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma Introdução a Teoria e aos Métodos. Tradução Maria João Alvarez e outros. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BONILLA, Maria Helena. **Educação e Inclusão Digital**. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <http://twiki.dcc.ufba.br/bin/view/GEC/MariaHelenaBonilla>. Acesso em: 23 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seed>. Acesso em: 01 abr. 2007.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. O Projeto Político Pedagógico e a Gestão da Escola. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da escola**. Uma construção possível. São Paulo: Papirus, 1995.

CERNY, Roseli Zen. **Gestão Pedagógica na Educação a Distância: Análise de uma Experiência na perspectiva de uma gestora**. 2009. 263 f. Tese Doutorado em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. completa. São Paulo: Campus, 2004.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003. 426p.

DOLL, W. **Currículo**: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. **Handybook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, cap. 3, p. 105-133.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução a Administração**. Tradução Carlos A. Malferrari. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

FIALHO, Nádia Hage. Pesquisa em Educação. **Caderno de Pesquisa Esse in Curso**. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 4, n. 7, dez. 2006.

FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; MORAES, Raquel de Almeida. **Linguagem e interatividade na educação a distância**. São Paulo: DP&A, 2003.

FRÓES. Teresinha. Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem: Implicações ético-políticas no limiar do século. In:

LUBISCO, Nadia M.; BRANDÃO, Lídia M. B. (Orgs.). **Informação & Informática**. Salvador: Edufba, 2000. p. 283-307.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GARRIDO, Suzane; SILVA, Janice T. Educação a distância: antigos dilemas, novas alternativas. In: CHAVG KLIB, Lelio. **Desafios da educação a distância na formação de professores**. Brasília: SEED/MEC, 2006. p. 175-190.

GATTI, Bernadete. **Critérios de Qualidade**. [S.I.: s.n.], 2002. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/ead/ead0.htm>. Acesso em: 01 out. 2009. (Artigo da série sobre a Educação a Distância na Formação de Professores, apresentada no programa Salto para o Futuro, da TV Escola).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOODE, L.; HATT, K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

HAMILTON, Edward; FEENBERG, Andrew. Os códigos técnicos do Ensino on-line. In: PARASKEVA, João M.; OLIVEIRA, Lia R. (Orgs.). **Currículo e Tecnologia Educativa**. Portugal: Edições Pedago, LDA, 2008. v. 2, p.117-149.

HAMPTON, D. R. **Administração**: comportamento organizacional. Tradução André Olympio Mosselman Du Chenory Castro. São Paulo: MacGrawHill, 1990.

HANTUM, A.; PETTIGREW, A. M. **O que torna flexível uma organização**. São Paulo: Harvard Bussiness Review Brasil, 2005. v. 83, n. 9, p. 39-45.

KENSKI, Moreira Vani. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Orgs.). **Olhares sobre a Cibercultura**. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 11-23.

LEVY, Pierre. A Revolução contemporânea em Matéria de Comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 9, dez. 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e Prática. [S.I]: Alternativa, 2001.

_____. **Organização, gestão, objetivos do ensino e trabalho dos professores**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** Políticas, Estrutura e Organização. [S.I.]: Cortez, 2006.

LIMA JUNIOR, A. S.; ALVES, L. R. G. Educação e Contemporaneidade: novas aproximações sobre a avaliação no ensino on-line. In: SILVA, Marco; SANTOS, Edméa (Orgs.). **Avaliação da Aprendizagem em Educação On-line:** fundamentos, interfaces e dispositivos, relatos de experiências. São Paulo: Loyola, 2006. p. 67-78.

LITTO, Frederic; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. [S.I.: s.n.], 2009.

LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional:** uma questão paradigmática. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Roberto S. Chrysallís. **Currículo e Complexidade:** a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2002.

MARQUES, Mário Ozório. **Escrever é Preciso:** O Principio da Pesquisa. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 1997.

MARTINEZ, M. A. R. Fundamentos de la educación a distancia como macro de referencia para el diseño curricular. **Boletin Informativo de la Asociación Iberoamericana de Educación Superior a Distancia**. Madrid: Uned, 1985. n. 10.

MARTINS, Onilza Borges; POLAK, Ymiraci N. de Souza. Gestão: Relações de Poder e suas Formas. In: MARTINS, Onilza Borges; POLAK, Ymiraci N. de Souza (Orgs.). **Planejamento e Gestão em Educação a Distância**. [S.I.]: Unirede, 2001.

MATOS OLIVEIRA, Maria Olívia. Educação, Tecnologias e os Pressupostos da Aprendizagem on-line. In: ORNELLAS, Maria de Lourdes; MATOS OLIVEIRA, Maria Olívia (Orgs.). **Educação, Tecnologias e Representações Sociais**. Salvador: Quarteto, 2007.

_____. **Universidade, formação de professor e os desafios da educação a distancia**. 20--?. Disponível em: <http://www.olivia.pro.br/pdf/universidade_formacao_de_professores_e_os_desafios_da_educacao_a_distancia.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2011.

_____. Avaliação de Programas e Inclusão Digital. In: FIALHO, Nádia Hage. Pesquisa em Educação. **Caderno de Pesquisa Esse in Curso**. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 4, n. 7, dez. 2006.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Nos bastidores do Ensino On-line**: do Planejamento a Avaliação. 20--?. Disponível em: <http://www.matta.pro.br/pdf/prod_9_bastidores_ensino_online.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2008.

MAXIMIANO, Antônio César. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

MCLUHAN, Herbert M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. [S.l.: s.n.], 20--?. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 22 jun. 2009.

MORAN, José manual. **Tendências da educação *online* no Brasil.** Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/tendencias.htm. Acesso em: 22 jun. 2009.

MUNDIM, Kleber Carlos. Ensino a distância no Brasil: problemas e desafios. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Ministério da educação. **Desafios da Educação a Distância na formação de professores**. Brasília: SEED/mec, 2006. p. 119-126.

NEDER, Maria Lúcia Cavalli. A educação a distância e a formação de professores: possibilidade de mudança paradigmática. In: PRETI, Oreste (Org.). **Educação a Distância:** sobre discursos e práticas. Brasília: Liber Livro, 2005. p. 47-88

_____. **A Educação a Distância e a possibilidade de ressignificação de paradigmas educacionais**. Cuiabá: UFMT, 2001. (mimeo).

_____. A Educação a Distância e a possibilidade de ressignificação de paradigmas educacionais. In: PRETI, Oreste (Org.). **Educação a Distância:** início e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/UFMT, 1996.

_____. Educação a distância e sua contribuição na mudança de paradigmas educacionais na formação de professores. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Desafios da Educação a Distância na formação de professores**. Brasília: SEED/MEC, 2006.

NOVAES, Ivan Luiz. O Planejamento e a Organização Escolar. **Caderno de Pesquisa Esse in Curso**. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 4 , n. 6, jun. 2006.

_____. Políticas públicas e planejamento para a educação. In: NASCIMENTO, Antonio Dias. **Desenvolvimento sustentável e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador, EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, Rosangela Cruz. **Aprendizagem, autonomia e interatividade na EAD**, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

O'ROURKE, Jenniffer. Tutoria na EAD: um manual para tutores. OLIVEIRA, Rosangela Cruz. **Aprendizagem, autonomia e interatividade na EAD**, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação

em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas, FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão:** as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

PESSOA, Mara Peixoto. **A gestão de projetos públicos de educação a distancia no Paraná (1995-2005): contradições e perspectivas**; 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, São Paulo. 2006.

PETERS, Otto. **A Educação a Distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

PIMENTEL, Nara Maria; NEDER, Maria Lúcia. **Introdução a educação a distância**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2005.

PRETI, Oreste. **Educação a Distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

_____. Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: PRETI, Oreste (Org.). **Educação a Distância:** inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE/UFMT, 1996a.

PRETI, Oreste (Org.). **Educação a Distância:** inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE/UFMT, 1996b.

_____. **Educação a Distância:** ressignificando práticas. Brasília: Liber Livro, 2005a.

_____. **Educação a Distância:** sobre discursos e práticas. Brasília: Liber Livro, 2005b.

PRETTO, Nelson De Luca. Desafios da educação na sociedade do conhecimento. In: REUNIÃO ANUAL SBPC, 52., 11 jul. 2000, Brasília. Disponível em: <http://www2.ufba.br/~pretto/textos/sbpc2000.htm>. Acesso em: 23 nov. 2008.

_____. **Educação e inovação tecnológica:** um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. [S.I.: s.n.], 20--?. Disponível em: <http://www2.ufba.br/~pretto/textos/rbe11.htm>. Acesso em: 23 nov. 2008.

PRIMO, Alex. Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. **Revista Farmecos**. [S.I.], n. 12, p. 81-92, jan. 2000.

PROJETO PEDAGÓGICO do curso de educação. Modalidade a distância. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas – Campus 5, Santo Antônio de Jesus, 2006.

RÉGNIER, Karla von Döllinger. **Educação, Trabalho e Emprego numa Perspectiva Global**. [S.I.: s.n.], Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/231/boltec231a.htm>. Acesso em: 12 dez. 2010.

RETAMAL, Daniela Rodrigues Cunha. **A Gestão em Cursos de Educação a Distância via Internet: uma visão a partir dos fatores críticos de sucesso**. 180 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIBAS, Júlio César da Costa; HERMENEGILDO, Jorge Luiz Silva. **A implantação da Educação a Distância pelo sistema Universidade Aberta do Brasil no CEFET-SC**: Caminhos e Percursos. [S.I.: s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/511200885025PM.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2010.

SACRISTÁN, Gimeno. Educar para viver com os outros: os vínculos culturais e as relações sociais. _____. **Educar e Conviver na Cultura Global:** as exigências para a cidadania. São Paulo: Artmed, 2002. p. 99-144.

SANDER, B. O Estudo da Administração da Educação na Virada do Século. In: MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Orgs.). **Política e Gestão da Educação:** dois olhares. Rio de janeiro: D&P, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SARTORI, A.; ROESLER, J. **Educação Superior a Distância**: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Unisul, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto et al. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Marco. **Educação on-line**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

_____. Que é interatividade. **Boletim técnico do Senac**. Rio de janeiro, v. 24, n. 2, p. 27-35, maio/ago. 1998.

_____. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartert, 2000.

STAKE, E. E. Case Studies in N. K. DENZIN; LINCOLN, Y. S. (Edit.). **Handbook of Qualitative Research**. SAGE Publications, 1994, p. 236-247.

TAVARES, Valéria Ribeiro de. O ambiente inovador da EaD como agente de mudanças e transformações das práticas pedagógicas. **Revista eletrônica de Educação a Distância**. SEEDNET-MEC, [S.I.], 20--? Disponível em:

<http://www.seednet.mec.gov.br/artigos.php?codmateria=2663>. Acesso em: 17 nov. 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG
Departamento de Educação - DEDC - Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu_____, CPF: _____
RG_____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisada **Ana Karine Loula Torres Rocha** do projeto de pesquisa intitulado "**Gestão na EAD: A Contribuição do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB**" a realizar as fotos que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.° 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Irecê, 30 de Maio de 2011.

_____
Sujeito da Pesquisa

_____
Ana Karine Loula Torres Rocha
Pesquisador responsável pelo projeto

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG
Departamento de Educação - DEDC - Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: O PROCESSO DE GESTÃO NA EAD: A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PILOTO DE ADMINISTRAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNEB.

Nome do Pesquisador(a): Ana Karine Loula Torres Rocha

Nome do Orientador(a): Drª Maria Olívia de Matos Oliveira

Você foi selecionado(a) e está sendo convidado (a) para participar, como voluntário,da pesquisa de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, intitulada: O PROCESSO DE GESTÃO NA EAD: A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PILOTO DE ADMINISTRAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNEB, pela pesquisadora Ana Karine Loula Torres Rocha, sob a orientação da profª Drª Maria Olívia de Matos Oliveira. Os entrevistados foram selecionados por atuarem na coordenação central e nas coordenações de polo neste Curso, desta Universidade.

Esta pesquisa tem por objetivo Investigar os processos de gestão adotados na educação a distância na busca de elementos que possam firmar esta modalidade como alternativa que agregue os benefícios / possibilidades dos ambientes virtuais, com uma diminuição dos entraves e oportunizando aprendizagens de qualidade a partir da experiência do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB. Caracteriza-se como *estudo de caso*, tendo como *enfoque* um caráter *descritivo/interpretativo*, utilizando instrumentos de coleta de dados, questionário, análise documental, observação direta e entrevistas. Sua duração é de 01 ano, com o término previsto para dezembro de 2010.

Suas respostas serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo (a menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, a equipe do estudo, Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo).

Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os **dados coletados** serão utilizados apenas **NESTA** pesquisa e os resultados compartilhados no âmbito acadêmico, sob a forma de publicação da dissertação e em eventos e/ou revistas científicas.

Sua **participação** nesta pesquisa é **isenta de despesas** e consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de questionários estruturados, semi-estruturados e livres. A entrevista será gravada para posterior transcrição – que será guardado por cinco (05) anos e incinerada após esse período. Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Desde já agradeço!

Salvador, ____ de _____ de 2010.

_____

Pesquisadora: Ana Karine Loula Torres Rocha
(74) 9985 5568 / aklrocha@uneb.br

Obs.: Esse TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) foi elaborado respeitando às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS 196/96), ora vigentes no Brasil.

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG
Departamento de Educação - DEDC - Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC

CERTIFICADO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG: _____ CPF: _____, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa "O PROCESSO DE GESTÃO NA EAD: A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PILOTO DE ADMINISTRAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNEB" como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Salvador, _____ de _____ de 2010.

_____
Sujeito da Pesquisa

Obs.: Esse TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) foi elaborado respeitando às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS 196/96), ora vigentes no Brasil.

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG
Departamento de Educação - DEDC - Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

COORDENAÇÃO GERAL

Este formulário é parte de uma pesquisa de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, que tem por objetivo Investigar os processos de gestão adotados na educação a distância na busca de elementos que possam firmar esta modalidade como alternativa que agregue os benefícios / possibilidades dos ambientes virtuais, com uma diminuição dos entraves e oportunizando aprendizagens de qualidade a partir da experiência do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB, desenvolvida pela pesquisadora Ana Karine Loula Torres Rocha, sob a orientação da profª Drª Maria Olívia de Matos Oliveira.

Considerando que a gestão de um sistema educativo expressa um projeto que lhe dá sustentação optamos por definir como base para a entrevista AS REFERENCIAS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA, definidas pelo SEED/ MEC, onde esta aponta a necessidade de compreendermos categorias que envolvem aspectos pedagógicos, recursos humanos e infra-estrutura, onde devem estar expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância; além de elementos importantes para o entendimento geral do curso.

PERFIL DO SUJEITO

Nome:

Graduação:

Pós-Graduação:

Cargo/Função no Projeto:

Tempo de atuação neste cargo:

Já atuou em outro Cargo/Função (qual):

Tem/teve outras experiências na EAD (qual/quais):

Tem/teve outras experiências na Gestão (qual/quais):

VISÃO GERAL

Q.	Elementos de Gestão para EAD	Questões a serem abordadas
01	Implementação	1. Que cuidados foram considerados na implementação do curso? 2. Ocorreram problemas ou dificuldades específicas na fase de implementação? 3. O curso foi adequado as necessidades dos alunos?
02	Gestão de Cursos de EAD	4. Existe uma regulamentação para o gerenciamento do curso? 5. Que elementos são considerados no desenvolvimento de atividades e/ou ações?
03	Infraestrutura tecnológica	6. Você considera a infraestrutura tecnológica utilizada adequada a este curso? 7. Ocorreram/ocorrem problemas com a infraestrutura tecnológica, virtual ou presencial? 8. Que aquisições de equipamentos foram realizadas?
04	Tomada de Decisão	9. Como você define e avalia o processo de tomada de decisão do curso (de uma forma geral e nos polos)?

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Q.	Elementos de Gestão para EAD	Questões a serem abordadas
5.1	Concepção de educação e Currículo no processo de ensino e aprendizagem	10. Houve a preocupação em definir/construir o projeto pedagógico do curso? 11. Vocês tomaram como referência para este curso algum “modelo” de funcionamento ou projeto pedagógico? 12. Como foi concebido o desenho didático do curso?
5.2	Sistemas de Comunicação	13. O curso se baseia na interação e colaboração entre estudantes e professores? Como ocorre? 14. Existe uma preocupação com o armazenamento, recuperação e circulação de informações produzidas?
5.3	Material didático	15. Como foi desenvolvido o material didático utilizado no curso? Como você o avalia? 16. Como ocorre o controle da produção e distribuição do material didático?
5.4	Avaliação	17. Que concepção de avaliação de aprendizagem é adotada pelo curso? 18. Como é feita e o que compõe a avaliação do curso? 19. Como é feito o acompanhamento do desempenho dos estudantes em suas atividades?
5.5	Equipe multidisciplinar	20. Como foi/é feita a seleção das pessoas que atuam no curso? 21. Há interlocução/ articulação entre autor x formador x tutor?
5.6	Infra-estrutura de apoio	22. Qual a estrutura disponível para o desenvolvimento das atividades presenciais? Existem laboratórios, bibliotecas, salas de aula? Como esta estrutura é utilizada?
5.7	Gestão Acadêmico-Administrativa	23. Qual o papel da secretaria acadêmica do curso? 24. Como a sec. Acadêmica responsável pelo curso se relaciona com os polos?
5.8	Sustentabilidade financeira	25. De que forma os recursos financeiros foram/são obtidos? 26. Como é feito o gerenciamento do curso a partir dos recursos disponíveis? 27. Que elementos/critérios foram/são considerados na definição do uso destes recursos?

ENTRAVES, PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES

6. Como você analisa/avalia a capacidade de adaptação e flexibilidade deste curso, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos, tecnológicos e financeiros?

7. A partir de sua experiência aponte quais foram/são as principais dificuldades, limites e desafios enfrentados neste curso?

8. Você acredita que este curso possa provocar impactos pessoais (para os discentes) e sociais? Quais seriam?

9. Como você vê o seu papel neste curso?

10. Como você vê a importância deste curso para a Universidade do Estado da Bahia?

***** Observações que ache pertinentes de serem consideradas, mas que não foram contempladas nas questões abordadas anteriormente:

Obs: Em caso de dúvida, entre em contato com a pesquisadora pelo e-mail aklrocha@uneb.br ou pelo telefone (0xx74) 9985 5568.

APÊNDICE E

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG
Departamento de Educação - DEDC - Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

COORDENADORES DE POLO

Este formulário é parte de uma pesquisa de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, que tem por objetivo Investigar os processos de gestão adotados na educação a distância na busca de elementos que possam firmar esta modalidade como alternativa que agregue os benefícios / possibilidades dos ambientes virtuais, com uma diminuição dos entraves e oportunizando aprendizagens de qualidade a partir da experiência do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB, desenvolvida pela pesquisadora Ana Karine Loula Torres Rocha, sob a orientação da profª Drª Maria Olívia de Matos Oliveira.

PERFIL DO SUJEITO

Nome:

Graduação:

Pós-Graduação:

Tempo de atuação neste cargo:

Tem/teve outras experiências na EAD (qual/quais):

Tem/teve outras experiências na Gestão (qual/quais):

CARACTERÍSTICAS DO POLO

Polo que Coordena:

Nº de estudantes matriculados (início do curso):

Nº de estudantes transferidos:

Nº de estudantes desistentes:

Nº de estudantes freqüentes:

Nº de estudantes do sexo feminino:

Nº de estudantes do sexo masculino:

As questões abaixo deverão ser respondidas considerando as características do polo que coordena.

1. **A infraestrutura organizacional, física, material e humana para a condução dos processos operacionais são adequados a necessidade do polo?**

2. **Que elementos/critérios foram/são considerados na definição do uso dos recursos financeiros disponíveis para seu polo?**

3. **Como você define e avalia o processo de tomada de decisão do curso (de uma forma geral e nos polos)? Você teve/tem oportunidade de participar do processo de tomada de decisão?**

4. Como você analisa/avalia a capacidade de adaptação e flexibilidade deste curso, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos, tecnológicos e financeiros?

5. A partir de sua experiência aponte quais foram/são as principais dificuldades, limites e desafios enfrentados neste curso?

6. Você acredita que este curso possa provocar impactos pessoais e sociais para os discentes? Se sim, quais seriam?

7. Como você vê o seu papel neste curso?

8. Como você vê a importância deste curso para a Universidade do Estado da Bahia?

* **Observações que ache pertinentes de serem consideradas, mas que não foram contempladas nas questões abordadas anteriormente:**

Obs: Em caso de dúvida, entre em contato com a pesquisadora pelo e-mail aklrocha@uneb.br ou pelo telefone (0xx74) 9985 5568.

APÊNDICE F

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG
Departamento de Educação - DEDC - Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

DISCENTE

Este formulário é parte de uma pesquisa de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que tem por objetivo investigar os processos de gestão adotados na educação a distância na busca de elementos que possam firmar esta modalidade como alternativa que agregue os benefícios/possibilidades dos ambientes virtuais, com uma diminuição dos entraves e oportunizando aprendizagens de qualidade a partir da experiência do Curso Piloto de Administração a Distância da UNEB, desenvolvida pela pesquisadora Ana Karine Loula Torres Rocha, sob a orientação da profª Drª Maria Olívia de Matos Oliveira.

PERFIL DO SUJEITO

Nome:

Sexo:

Idade:

A que polo do curso está vinculado? :

Reside no mesmo município do seu polo? :

Já possui alguma outra graduação? :

Já possui alguma Pós-Graduação? (Qual?):

Tem/teve outras experiências na EAD (Qual?/Quais?):

As questões abaixo deverão ser respondidas, assinalando com um X, considerando as características do polo que está vinculado, utilizando os descritores entre 01 e 05, onde significam: 1 – Péssimo; 2 – Ruim; 3 – Regular; 4 – Bom; 5 – Ótimo.

QUESTÕES GERAIS

Q.	ITEM	01	02	03	04	05
01	Infra-estrutura disponível para o desenvolvimento das atividades presenciais					
02	Equipamentos					
03	Dias dos encontros presenciais					
04	Horário de funcionamento do polo					
05	Atendimento aos discentes					
06	Há interação e colaboração entre estudantes e professores					
07	Material didático (módulo, livros, vídeos, etc.)					
08	Acompanhamento dos estudantes em suas atividades desenvolvidas pelos tutores.					
09	Sistema de avaliação					
10	capacidade de adaptação e flexibilidade deste curso					
11	Avaliação geral do curso					

EQUIPE DO POLO

Q.	ITEM	01	02	03	04	05
12	Acompanhamento das atividades do curso					
13	Organização do encontro presencial					
14	Disponibilidade para orientação e esclarecimentos de dúvidas					
15	Incentivo a participação dos alunos nas atividades					
16	Atua como mediador em situações de conflito e/ou dificuldades entre professor, aluno e tutor					

AUTOAVALIAÇÃO

Q.	ITEM	01	02	03	04	05
17	Pontualidade quanto aos encontros presenciais					
18	Pontualidade quanto aos prazos dos trabalhos					
19	Assiduidade/frequente quanto aos encontros presenciais					
20	Assiduidade/frequente quanto ao acesso ao ambiente					
21	Empenho no cumprimento das tarefas e leituras					
22	Participação ativa nos trabalhos de grupo					
23	Expectativa profissional na área de Administração					

QUESTÕES ABERTAS

24. Como você define e avalia o processo de tomada de decisão do curso (de uma forma geral e nos polos)? Você tem oportunidade de participar do processo de tomada de decisão?

_____

_____

_____

25. Como você analisa/avalia a capacidade de adaptação e flexibilidade deste curso, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos, tecnológicos e financeiros?

_____

_____

_____

26. A partir de sua experiência aponte quais foram/são as principais dificuldades, limites e desafios enfrentados neste curso?

_____

_____

_____

27. Você acredita que este curso provocou/provoca algum impacto pessoal e sociais? Quais seriam?

_____

_____

_____

***** Observações que ache pertinentes de serem consideradas, mas que não foram contempladas nas questões abordadas anteriormente:

_____

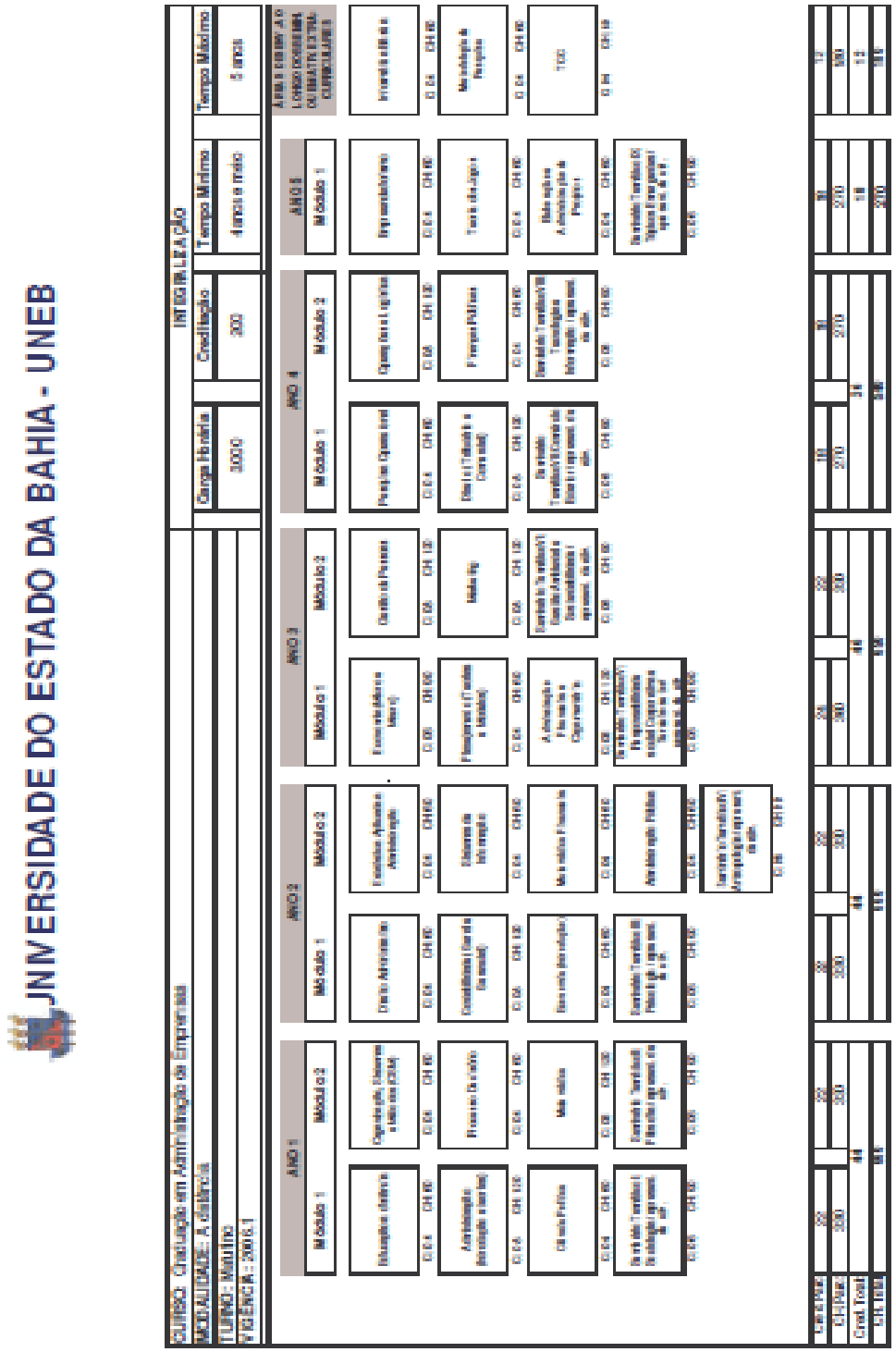
_____

_____

Obs: Em caso de dúvida, entre em contato com a pesquisadora pelo e-mail aklrocha@uneb.br ou pelo telefone (0xx74) 9985 5568.

ANEXOS

ANEXO A – Fluxograma do Curso de Administração a Distância da UNEB



ANEXO B – Esquema Comparativo das Teorias da Administração

	ABORDAGENS PRESCRITIVAS E NORMATIVAS			ABORDAGENS EXPLICATIVAS E DESCRITIVAS				
ASPECTOS PRINCIPAIS	TEORIA CLÁSSICA	TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS	TEORIA NEOCLÁSSICA	TEORIA DA BUROCRACIA	TEORIA ESTRUTURALISTA	TEORIA COMPORTAMENTAL	TEORIA DOS SISTEMAS	TEORIA DA CONTINGÊNCIA
Ênfase:	Nas tarefas e na estrutura organizacional	Nas pessoas	No ecletismo: tarefas, pessoas e estruturas	Na estrutura organizacional	Na estrutura e no ambiente	Nas pessoas e no ambiente	No ambiente	No ambiente e na tecnologia, sem desprezar as tarefas, as pessoas e a estrutura
Abordagem da Organização:	Organização formal	Organização informal	Organização formal e informal	Organização formal	Organização formal e informal	Organização formal e informal	Organização como sistema	Variável dependente do ambiente e da tecnologia
Conceito de Organização:	Estrutura formal como conjunto de órgãos, cargos e tarefas	Sistema social como conjunto de papéis	Sistema social com objetivos a alcançar	Sistema social como conjunto de funções oficializadas	Sistema social intencionalmen-te construído e reconstruído	Sistema social cooperativo e racional	Sistema aberto	Sistema aberto e sistema fechado
Características Básicas da Administração:	Engenharia humana / engenharia da produção	Ciência social aplicada	Técnica social básica e administração por objetivos	Sociologia da burocracia	Sociedade de organizações e abordagem múltipla	Ciência Comportamen-tal aplicada	Abordagem sistêmica: a administração de sistemas	Abordagem contingencial: Administração contingencial

	ABORDAGENS PRESCRITIVAS E NORMATIVAS			ABORDAGENS EXPLICATIVAS E DESCRITIVAS				
ASPECTOS PRINCIPAIS	**TEORIA CLÁSSICA**	**TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS**	**TEORIA NEOCLÁSSICA**	**TEORIA DA BUROCRACIA**	**TEORIA ESTRUTURALISTA**	**TEORIA COMPORTAMENTAL**	**TEORIA DOS SISTEMAS**	**TEORIA DA CONTINGÊNCIA**
Concepção de Homem:	Homo Economicus	Homo Social	Homem Organizacional e Administrativo	Homem Organizacional	Homem Organizacional	Homem Administrativo	Homem Funcional	Homem Complexo
Comportamento Organizacional do Indivíduo:	Ser isolado que reage como indivíduo (atomismo tayloriano)	Ser social que reage como membro de grupo social	Ser racional e social voltado para o alcance de objetivos individuais e organizacionais	Ser isolado que reage como ocupante de cargo e de posição	Ser social que vive dentro de organizações	Ser racional tomador de decisões quanto à participação nas organizações	Desempenho de papéis	Desempenho de papéis
Sistema de Incentivos:	Incentivos materiais e salariais	Incentivos sociais e simbólicos	Incentivos mistos, tanto materiais como sociais	Incentivos materiais e salariais	Incentivos mistos, tanto materiais como sociais	Incentivos mistos	Incentivos mistos	Incentivos mistos
Relação entre objetivos organizacionais e objetivos individuais:	Identidade de interesses. Não há conflito perceptível	Identidade de interesses. Todo conflito é indesejável e deve ser evitado	Integração entre objetivos organizacionais e objetivos individuais	Não há conflito perceptível. Prevalência dos objetivos da organização	Conflitos inevitáveis e mesmo desejáveis que levam à inovação	Conflitos possíveis e negociáveis. Relação e equilíbrio entre eficácia e eficiência	Conflitos de papéis	Conflitos de papéis
Resultados almejáveis:	Máxima eficiência	Satisfação do operário	Eficiência e eficácia	Máxima eficiência	Máxima eficiência	Eficiência satisfatória	Máxima eficiência	Eficiência e eficácia

ANEXO C - Portaria n.º 4.019 de 22 de novembro de 2005.

Portaria n.º 4.019 de 22 de novembro de 2005.
(DOU de 23/11/2005 Seção 1, p. 16)

O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860 de 9 de julho de 2001 alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 246/2005, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta dos Processos nº 23000.012669/2002-10 (registro SAPIEnS n. 705425) e 23000.012710/2002-58 (registro SAPIEnS n.705500), do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a Universidade do Estado da Bahia, mantida pelo Governo do Estado da Bahia, para oferta de cursos superiores a distância.

Art. 2o Determinar que a SESu/MEC, acompanhe o desenvolvimento dos dois anos inicias da oferta dos cursos a distância da Universidade do Estado da Bahia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO D - RESOLUÇÃO N.º 377/2006

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU
Estrada das Barreiras, s/n - Cabula - Salvador-Bahia.

RESOLUÇÃO N.º 377/2006

Autoriza a criação e o funcionamento do Curso de Graduação em Administração na modalidade a distância.
DCH/*Campus* V – Santo Antônio de Jesus.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no uso de suas competências, tendo em vista o que consta do processo nº. 0603060058470, em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a criação e o funcionamento do Curso de Graduação em Administração na modalidade a distância, no Departamento de Ciências Humanas/*Campus* V – Santo Antônio de Jesus, com fundamento na Lei n.º 9394/96 e legislação pertinente.

Art. 2º - A carga horária do Curso é de 3000 (três mil) horas e 200 (duzentos) créditos, com tempo médio de integralização curricular em 09 (nove) semestres.

Parágrafo Único – O número de ingressos por turma, será de 500 (quinhentos) discentes, das quais cem serão destinadas aos servidores do quadro efetivo e ocupante de cargo temporário da UNEB.

Art. 3º - A Administração da Universidade adotará as providências necessárias para o regular funcionamento do Curso de que tratam os artigos anteriores.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jacobina-BA, 07 de abril de 2006.
Lourisvaldo Valentim da Silva
Presidente do CONSU

PUBLICADA EM
12-04-2006

D.O. PÁG. 16

ANEXO E - PORTARIA Nº- 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

124 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 21, segunda-feira, 31 de janeiro de 2011

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PORTARIA Nº- 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

O Secretário de Educação a Distância, substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e considerando o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto Nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Nota Técnica n.º 13/2011/CGR/DRESEAD/SEED/MEC, 27 de janeiro de 2011, conforme consta do Processo nº 23000.015819/2010-57, resolve:

Art. 1º. - Reconhecer, para fins exclusivos de expedição e registro dos diplomas dos alunos ingressantes em 2006, o curso de Bacharelado em Administração, na modalidade a distância, "Projeto Piloto", ofertado no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, pela Universidade do Estado da Bahia.

§ 1º O reconhecimento do curso consignado no caput não gera os efeitos legais para solicitação de ampliação da abrangência de atuação citada no § 6º do artigo 10 do Decreto nº 5.622/2005, alterado pelo Decreto nº 6.303/2007.

§ 2º Encerra-se a oferta do curso a novos alunos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO F – Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.800, DE 8 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, na Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, bem como no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Art. 2º O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com pólos de apoio presencial.

§ 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o pólo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

§ 2º Os pólos de apoio presencial deverão dispor de infra-estrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB.

Art. 3º O Ministério da Educação firmará convênios com as instituições públicas de ensino superior, credenciadas nos termos do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, para o oferecimento de cursos e programas de educação superior a distância no Sistema UAB, observado o disposto no art. 5º.

Art. 4º O Ministério da Educação firmará acordos de cooperação técnica ou convênios com os entes federativos interessados em manter pólos de apoio presencial do Sistema UAB, observado o disposto no art. 5º.

Art. 5º A articulação entre os cursos e programas de educação superior a distância e os pólos de apoio presencial será realizada mediante edital publicado pelo Ministério da Educação, que disporá sobre os requisitos, as condições de participação e os critérios de seleção para o Sistema UAB.

Art. 6º As despesas do Sistema UAB correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE,

devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas de educação superior com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Art. 7º O Ministério da Educação coordenará a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do Sistema UAB.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.6.2006.

ANEXO G – PORTARIA Nº883, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009

PORTARIA Nº 883, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009

Estabelece as diretrizes nacionais para o funcionamento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, criados pelo Decreto 6.755, de 29 de Janeiro de 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em atendimento ao Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente são órgãos colegiados criados para dar cumprimento aos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

Art. 2º São atribuições dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, no âmbito de suas respectivas unidades federativas:

I - elaborar os planos estratégicos de que trata o § 1º do art. 4º e o art. 5º do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009;

II - articular as ações voltadas ao desenvolvimento de programas e ações de formação inicial e continuada desenvolvidas pelos membros do Fórum;

III - coordenar a elaboração e aprovar as prioridades e metas dos programas de formação inicial e continuada para profissionais do magistério, e demais questões pertinentes ao bom funcionamento dos programas;

IV - propor mecanismos de apoio complementar ao bom andamento dos programas de formação bem como a aplicação de recursos oriundos de receitas dos Estados e Municípios, segundo as possibilidades de seus orçamentos;

V - subsidiar os sistemas de ensino na definição de diretrizes pedagógicas e critérios para o estabelecimento de prioridades para a participação dos professores em cursos de formação inicial e continuada;

VI - dar amplo conhecimento aos sistemas estaduais e municipais de educação das diretrizes e prioridades da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica;

VII - propor ações especificas para garantia de permanência e rendimento satisfatório dos profissionais da educação básica nos programas de formação e estimular a possibilidade de instituição de grupos de professores em atividades de formação por unidade escolar;

VIII - zelar pela observância dos princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica na elaboração e execução dos programas e ações de formação inicial e continuada para profissionais do magistério no seu âmbito de atuação;

IX - acompanhar a execução do plano estratégico e promover sua revisão periódica.

Art. 3º Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente serão constituídos nos termos do Art. 4º, § 1º do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, com as representações ali previstas.

§ 1º Na ausência ou falta de adesão do Secretário de Estado ou do Distrito Federal, o presidente deverá ser eleito na primeira reunião do Fórum.

§ 2º Os mandatos dos integrantes terão a duração de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, com exceção dos membros relacionados nos incisos I e IV do Art. 4º, § 1º do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujos mandatos coincidirão com a ocupação do c a rg o .

§ 3º Os Fóruns deverão elaborar suas normas internas de funcionamento no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da sua instalação, as quais deverão ser encaminhadas ao MEC, para registro e verificação de sua adequação às diretrizes nacionais estabelecidas por esta Portaria.

§ 4º As atas das reuniões dos Fóruns serão registradas e publicadas na página da CAPES na Internet, em espaço destinado às informações sobre o Plano Nacional de Formação de Professores, dois dias úteis após a reunião de sua aprovação.

Art. 4º Os Estados que tenham aderido ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, de que trata a Portaria MEC nº 9, de 30 de junho de 2009, deverão instalar seus Fóruns no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da publicação desta Portaria, por convocação do Secretário de Estado da Educação aos demais membros com assento garantido, relacionados no § 1º do art. 4º do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

Parágrafo único. O Secretário de Estado da Educação designará data e local para instalação do Fórum e solicitará aos membros que indiquem representantes, titulares e suplentes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data dessa reunião.

Art. 5º Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente que não tiverem sido instalados na forma dos arts. 3º e 4º desta Portaria, poderão ser instalados mediante iniciativa de qualquer um dos membros relacionados no § 1º do art. 4º do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

§ 1º O membro que provocar a instalação do Fórum, deverá enviar convocação formal aos demais membros com assento garantido, designando data e local para instalação do Fórum e solicitando a indicação de representantes, titulares e suplentes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da reunião.

§ 2º As reuniões dos Fóruns serão conduzidas pelo Secretário de Estado de Educação, que será designado presidente.

§ 3º Na ausência do Secretário de Estado da Educação, será procedida a eleição do presidente do Fórum entre os membros presentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO HADDAD

ANEXO H – Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998

DECRETO N.º 2.494, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998.

Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DECRETA:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Parágrafo Único – O cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente.

Art. 2º Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional, e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, nos termos deste Decreto e conforme exigências pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 1º A oferta de programas de mestrado e de doutorado na modalidade a distância será objeto de regulamentação específica.

§ 2º O Credenciamento de Instituição do sistema federal de ensino, a autorização e o reconhecimento de programas a distância de educação profissional e de graduação de qualquer sistema de ensino, deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica e as regulamentação a serem fixadas pelo Ministro de Educação e do Desporto.

§ 3º A autorização, o reconhecimento de cursos e o credenciamento de Instituições do sistema federal de ensino que ofereçam cursos de educação profissional a distância deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica.

§ 4º O credenciamento das Instituições e a autorização dos cursos serão limitados a cinco anos, podendo ser renovados após a avaliação.

§ 5º A avaliação de que trata o parágrafo anterior, obedecerá a procedimentos, critérios e indicadores de qualidade definidos em ato próprio, a ser expedido pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 6º A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objeto de diligências, sindicância, e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, sustentando-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-lhe o descredenciamento.

Art. 3º A matrícula nos cursos a distância do ensino fundamental para jovens e adultos, médio e educação profissional será feita independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Parágrafo Único – A matrícula nos cursos de graduação e pós-graduação será efetivada mediante comprovação dos requisitos estabelecidos na legislação que regula esses níveis.

Art. 4º Os cursos a distância poderão aceitar transferência e aproveitar créditos obtidos pelos alunos em cursos presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas em cursos a distância poderão ser aceitas em cursos presenciais.

Art. 5º Os certificados e diplomas de cursos a distância autorizados pelos sistemas de ensino, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validades nacional.

Art. 6º Os certificados e diplomas de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial.

Art. 7º A avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação, realizar-se-á no processo por meio de exames presenciais, de responsabilidade da Instituição credenciada para ministrar o curso, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto autorizado.

Parágrafo Único: Os exames deverão avaliar competência descritas nas diretrizes curriculares nacionais , quando for o caso, bem como conteúdos e habilidades que cada curso se propõe a desenvolver.

Art. 8º Nos níveis fundamental para jovens e adultos, médio e educação profissional, os sistemas de ensino poderão credenciar instituições exclusivamente para a realização de exames finais, atendidas às normas gerais da educação nacional.

§ 1º Será exigência para credenciamento dessas Instituições a construção e manutenção de banco de itens que será objeto de avaliação periódica.

§ 2º Os exames dos cursos de educação profissional devem contemplar conhecimentos práticos, avaliados em ambientes apropriados.

§ 3º Para exame dos conhecimentos práticos a que refere o parágrafo anterior, as Instituições credenciadas poderão estabelecer parcerias, convênios ou consórcios com Instituições especializadas no preparo profissional, escolas técnicas, empresas e outras adequadamente aparelhadas.

Art. 9º O Poder Público divulgará, periodicamente, a relação das Instituições credenciadas, recredenciadas e os cursos ou programas autorizados.

Art. 10º As Instituições de ensino que já oferecem cursos a distância deverão, no prazo de um ano da vigência deste Decreto, atender às exigências nele estabelecidas.

Art. 11º Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecimento nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200 de 25 de Fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento de que trata o § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das Instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das Instituições de educação profissional e de ensino superior demais sistemas.

Art. 12º Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 80 da Lei 9.394, para promover os atos de credenciamento de Instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância dirigidos à educação de jovens e adultos e ensino médio.

Art. 13º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 1998, 117º dia da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Presidente da República

PAULO RENATO SOUZA – Ministro de Estado da Educação e Cultura

ANEXO I - DECRETO Nº 5.707 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2006

DECRETO Nº 5.707 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2006 - DOU DE 24/2/2006

Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 87 e 102, incisos IV e VII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

DECRETA:

Objeto e Âmbito de Aplicação

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:

I - melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
II - desenvolvimento permanente do servidor público;
III - adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;
IV - divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e
V - racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por:

I - capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;
II - gestão por competência: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e
III - eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Diretrizes

Art. 3º São diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:

I - incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
II - assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;
III - promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;
IV - incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal;
V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;
VI - incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e assegurar a ele a participação nessas atividades;
VII - considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor complementares entre si;
VIII - oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos;
IX - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis

a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública;

X - avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação;

XI - elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas;

XII - promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação; e

XIII - priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Parágrafo único. As instituições federais de ensino poderão ofertar cursos de capacitação, previstos neste Decreto, mediante convênio com escolas de governo ou desde que reconhecidas, para tanto, em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.

Escolas de Governo

Art. 4º Para os fins deste Decreto, são consideradas escolas de governo as instituições destinadas, precipuamente, à formação e ao desenvolvimento de servidores públicos, incluídas na estrutura da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. As escolas de governo contribuirão para a identificação das necessidades de capacitação dos órgãos e das entidades, que deverão ser consideradas na programação de suas atividades.

Instrumentos

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:

I - plano anual de capacitação;
II - relatório de execução do plano anual de capacitação; e
III - sistema de gestão por competência.

§ 1º Caberá à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desenvolver e implementar o sistema de gestão por competência.

§ 2º Compete ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.

Art. 6º Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão incluir em seus planos de capacitação ações voltadas à habilitação de seus servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores, as quais terão, na forma do art. 9º da Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, prioridade nos programas de desenvolvimento de recursos humanos.

Parágrafo único. Caberá à ENAP promover, elaborar e executar ações de capacitação para os fins do disposto no **caput**, bem assim a coordenação e supervisão dos programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados pelas demais escolas de governo da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Comitê Gestor

Art. 7º Fica criado o Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, com as seguintes competências:

I - avaliar os relatórios anuais dos órgãos e entidades, verificando se foram observadas as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal;

II - orientar os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional na definição sobre a alocação de recursos para fins de capacitação de seus servidores;

III - promover a disseminação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal entre os dirigentes dos órgãos e das entidades, os titulares das unidades de recursos humanos, os responsáveis pela capacitação, os servidores públicos federais e suas entidades representativas; e

IV - zelar pela observância do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, o Comitê Gestor deverá observar as orientações e diretrizes para implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, fixadas pela Câmara de Políticas de Gestão Pública, de que trata o Decreto nº 5.383, de 3 de março de 2005.

Art. 8º O Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, designados pelo Ministro de Estado:

I - Secretaria de Recursos Humanos, que o coordenará;

II - Secretaria de Gestão; e

III - ENAP.

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - desenvolver mecanismos de incentivo à atuação de servidores dos órgãos e das entidades como facilitadores, instrutores e multiplicadores em ações de capacitação; e

II - prestar apoio técnico e administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Gestor.

Treinamento Regularmente Instituído

Art. 9º Considera-se treinamento regularmente instituído qualquer ação de capacitação contemplada no art. 2º, inciso III, deste Decreto.

Parágrafo único. Somente serão autorizados os afastamentos para treinamento regularmente instituído quando o horário do evento de capacitação inviabilizar o cumprimento da jornada semanal de trabalho do servidor, observados os seguintes prazos:

I - até vinte e quatro meses, para mestrado;
II - até quarenta e oito meses, para doutorado;
III - até doze meses, para pós-doutorado ou especialização; e
IV - até seis meses, para estágio.

Licença para Capacitação

Art. 10. Após cada qüinqüênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação.

§ 1º A concessão da licença de que trata o **caput** fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso para a instituição.

§ 2º A licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias.

§ 3º O órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o **caput** deste artigo.

§ 4º A licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição.

Reserva de Recursos

Art. 11. Do total de recursos orçamentários aprovados e destinados à capacitação, os órgãos e as entidades devem reservar o percentual fixado a cada biênio pelo Comitê Gestor para atendimento aos públicos-alvo e a conteúdos prioritários, ficando o restante para atendimento das necessidades específicas.

Disposição Transitória

Art. 12. Os órgãos e entidades deverão priorizar, nos dois primeiros anos de vigência deste Decreto, a qualificação das unidades de recursos humanos, no intuito de instrumentalizá-las para a execução das ações de capacitação.

Vigência

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Revogação

Art. 14. Fica revogado o Decreto nº 2.794, de 1º de outubro de 1998.

Brasília, 23 de fevereiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.2.2006

ANEXO J - DECRETO Nº 9.751 DE 03 DE JANEIRO DE 2006

Publicado D.O.E.

Em 04.01.2006

DECRETO Nº 9.751 DE 03 DE JANEIRO DE 2006

Dispõe sobre o Recredenciamento da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e à vista do disposto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 7.308, de 02 de fevereiro de 1998, no Decreto nº 7.532, de 19 de fevereiro de 1999, e na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e em face do constante do processo CEE nº 0011429-8/2002,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica Recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, autarquia Estadual, com sede e foro na Cidade do Salvador e atuação em todo o Estado da Bahia, autorizada pelo Decreto Federal nº 92.937/1986 e reconhecida em 29 de março de 1985, através da Resolução CEE nº 115/1995, na forma do Parecer CEE 326/2005, publicado no Diário Oficial do Estado, na edição de 27 de dezembro de 2005.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 03 de janeiro de 2006.

PAULO SOUTO

Governador

Ruy Tourinho

Secretário de Governo

Anaci Bispo Paim

Secretária da Educação

ANEXO K – PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2007

PORTARIA NORMATIVA N.º 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2007

Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; na Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, resolve:

Art. 1º O credenciamento de instituições para oferta de educação na modalidade a distância (EAD) deverá ser requerido por instituições de educação superior já credenciadas no sistema federal ou nos sistemas estaduais e do Distrito Federal, conforme art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e art. 9º do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

§ 1º O pedido de credenciamento para oferta de EAD observará, no que couber, as disposições processuais que regem o pedido de credenciamento, na forma dos artigos 12 a 19 e 26 do Decreto nº 5.773 de 2006 e artigos 12 a 15 e 26 do Decreto nº 5.622, de 2005.

§ 2º O pedido de credenciamento para EAD será instruído com os documentos necessários à comprovação da existência de estrutura física e tecnológica e recursos humanos adequados e suficientes à oferta da educação superior a distância, conforme os requisitos fixados pelo Decreto nº 5.622, de 2005 e os referenciais de qualidade próprios.

§ 3º Os pedidos de credenciamento para EAD das instituições que integram o sistema federal aproveitarão os documentos juntados por ocasião do pedido de credenciamento ou recredenciamento em vigor, com as devidas atualizações, acrescidos das informações específicas sobre as condições de oferta de EAD.

§ 4º Os pedidos de credenciamento para EAD de instituições que integram os sistemas estaduais de educação superior serão instruídos com a comprovação do ato de credenciamento pelo sistema competente, além dos documentos e informações previstos nos §§ 2º e 3º.

§ 5º Para tramitação do pedido deverá ser efetuado o recolhimento da taxa de avaliação, cujo cálculo deverá considerar as comissões necessárias para a verificação in loco de cada pólo presencial indicado no Plano de Desenvolvimento Institucional, tendo em vista o art. 3º, da Lei nº 10.870/04.

§ 6º O pedido de credenciamento de instituição de educação superior para EAD tramitará em conjunto com o pedido de autorização de pelo menos um curso superior na modalidade a distância, nos termos do art. 67 do Decreto nº 5.773, de 2006.

§ 7º O recredenciamento da instituição para EAD observará, no que couber, as disposições que regem o recredenciamento de instituições de educação superior.

§ 8º As instituições de pesquisa científica e tecnológica credenciadas para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu poderão requerer credenciamento específico para EAD, observadas as disposições desta Portaria, além das normas que regem os cursos de especialização.

§ 9º O credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado na modalidade a distância sujeita-se à competência normativa da CAPES e à expedição de ato autorizativo específico.

Art. 2º O ato autorizativo de credenciamento para EAD, resultante do processamento do pedido protocolado na forma do art. 1º, considerará como abrangência para atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização dos momentos presenciais obrigatórios, a sede da instituição acrescida dos endereços dos pólos de apoio presencial.

§ 1º Pólo de apoio presencial é a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância, conforme dispõe o art. 12, X, c, do Decreto nº 5.622, de 2005.

§ 2º Os momentos presenciais obrigatórios, compreendendo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, conforme o art. 1º, § 1º, do Decreto nº 5.622, de 2005, serão realizados na sede da instituição ou nos pólos de apoio presencial credenciados.

§ 3º A instituição poderá requerer a ampliação da abrangência de atuação, por meio do aumento do número de pólos de apoio presencial, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773, de 2006.

§ 4º O pedido de aditamento será instruído com documentos que comprovem a existência de estrutura física e recursos humanos necessários e adequados ao funcionamento dos pólos, observados os referenciais de qualidade, além do comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco, nos art. 1º, § 4º.

§ 5º No caso do pedido de aditamento ao ato de credenciamento para EAD visando o funcionamento de pólo de apoio presencial no exterior, o recolhimento da taxa será complementado pela instituição com a diferença do custo de viagem e diárias dos avaliadores no exterior, conforme cálculo do INEP.

§ 6º O pedido de ampliação da abrangência de atuação, nos termos deste artigo, somente poderá ser efetuado após o reconhecimento do primeiro curso a distância da instituição.

Art. 3º A oferta de cursos superiores de EAD sujeita-se a pedido de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, dispensada a autorização para instituições que gozem de autonomia, exceto para os cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, na forma da legislação.

§ 1º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de EAD de instituições integrantes do sistema federal devem tramitar perante os órgãos próprios do Ministério da Educação, observando-se, no que couber, dos arts. 27 a 44 do Decreto nº 5.773, de 2006.

§ 2º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de EAD de instituições integrantes dos sistemas estaduais, nos termos do art. 17, I e II, da Lei nº 9.394, de 1996, devem tramitar perante os órgãos estaduais competentes, a quem caberá a respectiva supervisão.

§ 3º Os cursos referidos no § 2º cuja parte presencial for executada fora da sede, em pólos de apoio presencial, devem requerer o credenciamento prévio do pólo, com a demonstração de suficiência da estrutura física e tecnológica e de recursos humanos para a oferta do curso, pelo sistema federal, na forma do artigo 2º.

§ 4º Os cursos das instituições integrantes dos sistemas estaduais cujos momentos presenciais obrigatórios forem realizados em pólos de apoio presencial fora do Estado sujeitam-se a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento das autoridades do sistema federal.

§ 5º A existência de cursos superiores reconhecidos ofertados pelas IES na modalidade presencial, ainda que análogos aos cursos superiores a distância, não exclui a necessidade de processos distintos de reconhecimento de cada um desses cursos pelos respectivos sistemas de ensino.

§ 6º Os cursos de EAD ofertados pelas instituições dos sistemas federal e estaduais devem estar previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional apresentado pela instituição por ocasião do credenciamento.

Art. 4º As instituições e cursos superiores na modalidade a distância sujeitam-se a supervisão, a qualquer tempo, nos termos dos arts. 45 a 57 do Decreto nº 5.773, de 2006.

§ 1º A SEED ou órgão de supervisão competente poderá, no exercício de sua atividade de supervisão, nos limites da lei, determinar a apresentação de documentos, prestação de informações e a realização de avaliações e auditorias necessárias à demonstração do cumprimento dos requisitos de legalidade e qualidade previstos no art. 209 da Constituição Federal.

§ 2º A atividade de supervisão do Poder Público buscará resguardar o interesse público e, em especial, a proteção dos estudantes.

§ 3º O funcionamento irregular de instituição, incluídos os pólos de atendimento presencial, ou curso superior a distância enseja a adoção do disposto no art. 11 do Decreto nº 5.773, de 2006, em especial medida cautelar de suspensão do ingresso de estudantes, caso isso se revele necessário a evitar prejuízo a novos alunos, com fundamento no art. 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 5º As instituições credenciadas para oferta de educação a distância deverão observar as disposições transitórias constantes deste artigo.

§ 1º As condições de oferta de educação a distância serão verificadas por ocasião da avaliação institucional externa, no ciclo avaliativo 2007/2009, compreendendo as instalações na sede e nos pólos de apoio presencial em funcionamento. § 2º O cálculo da taxa de avaliação deverá considerar as comissões necessárias para a verificação in loco de cada pólo de apoio presencial em funcionamento.

§ 3º É facultada a reestruturação ou aglutinação de pólos em funcionamento até o dia 15 de agosto de 2007.

§ 4º No processo de recredenciamento subseqüente à avaliação institucional será decidida a abrangência de atuação da instituição com a divulgação do respectivo conjunto de pólos de apoio presencial, definindo-se a situação dos pólos de apoio presencial em funcionamento previamente à edição desta Portaria.

§ 5º Consideram-se pólos de apoio presencial em funcionamento previamente à edição desta Portaria aqueles que ofereçam curso regularmente autorizado ou reconhecido, com base no Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior (Sied-Sup), e integrantes da lista oficial inserida na página eletrônica do INEP.

§ 6º As instituições têm prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para requerer, fundamentadamente, a retificação da lista oficial referida no § 5º, caso os dados do Cadastro apresentem incorreção por falha dos órgãos do MEC.

§ 7º O INEP decidirá sobre os pedidos de retificação da lista, em 30 (trinta) dias prorrogáveis por mais 30 (trinta), nos termos do art. 49 da Lei nº 9.784/99.

§ 8º O funcionamento de pólo não constante da lista referida no § 5º sem a expedição do ato autorizativo, após a edição desta Portaria, caracteriza irregularidade, nos termos do art. 11 do Decreto nº 5.773 de 2006.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Publicado no DOU de 11 de Janeiro de 2007 – Seção 01 – Página 08

ANEXO L - DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009.

Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 211, **caput** e § 1º, ambos da Constituição, nos arts. 3º, incisos VII e IX, e 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e no art. 2º da Lei nº 8.405 de 9 de janeiro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.
Parágrafo único. O disposto no caput será realizado na forma dos arts. 61 a 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e abrangerá as diferentes modalidades da educação básica.

Art. 2º São princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:
I - a formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas;
II - a formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;
III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação, as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino;
IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância;
V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
VI - o reconhecimento da escola e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial dos profissionais do magistério;

VII - a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;
VIII - a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva ao magistério, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;
IX - a eqüidade no acesso à formação inicial e continuada, buscando a redução das desigualdades sociais e regionais;
X - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;
XI - a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes e a experiência docente; e
XII - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualização culturais.

Art. 3o São objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:
I - promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;
II - apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior;
III - promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior;
IV - identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério;
V - promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;
VI - ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial;
VII - ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social;
VIII - promover a formação de professores na perspectiva da educação integral, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental e das relações étnico-raciais, com vistas à construção de ambiente escolar inclusivo e cooperativo;
IX - promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e
X - promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais.

Art. 4o A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio da criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e por meio de ações e programas específicos do Ministério da Educação.
§ 1º O regime de colaboração será concretizado por meio de planos estratégicos formulados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, a serem instituídos em cada Estado e no Distrito Federal, e neles terão assento garantido:
I - o Secretário de Educação do Estado ou do Distrito Federal e mais um membro indicado pelo Governo do Estado ou do Distrito Federal;
II - um representante do Ministério da Educação;
III - dois representantes dos Secretários Municipais de Educação indicados pela respectiva seção regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

IV - o dirigente máximo de cada instituição pública de educação superior com sede no Estado ou no Distrito Federal, ou seu representante;
V - um representante dos profissionais do magistério indicado pela seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;
VI - um representante do Conselho Estadual de Educação;
VII - um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME; e
VIII - um representante do Fórum das Licenciaturas das Instituições de Educação Superior Públicas, quando houver.
§ 2º A participação nos Fóruns dar-se-á por adesão dos órgãos, instituições ou entidades referidos no § 1º.
§ 3º A falta da adesão a que refere o § 2º não impede o funcionamento dos fóruns.
§ 4º Poderão integrar os fóruns representantes de outros órgãos, instituições ou entidades locais que solicitarem formalmente sua adesão.
§ 5º Os Fóruns serão presididos pelos Secretários de Educação dos Estados ou do Distrito Federal, cabendo ao plenário dos colegiados indicar substitutos, no caso de ausência ou na falta de adesão de ente da federação.
§ 6º O Fórum acompanhará a execução do plano estratégico e promoverá sua revisão periódica.
§ 7º O Fórum deverá elaborar suas normas internas de funcionamento, conforme diretrizes nacionais a serem fixados pelo Ministério da Educação, e reunir-se-á, no mínimo semestralmente, em sessões ordinárias, e sempre que necessário, em sessões extraordinárias, mediante convocação do presidente.

Art. 5º O plano estratégico a que se refere o § 1º do art. 4º deverá contemplar:
I - diagnóstico e identificação das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento das instituições públicas de educação superior envolvidas;
II - definição de ações a serem desenvolvidas para o atendimento das necessidades de formação inicial e continuada, nos diferentes níveis e modalidades de ensino; e
III - atribuições e responsabilidades de cada partícipe, com especificação dos compromissos assumidos, inclusive financeiros.
§ 1º O diagnóstico das necessidades de profissionais do magistério basear-se-á nos dados do censo escolar da educação básica, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, e discriminará:
I - os cursos de formação inicial;
II - os cursos e atividades de formação continuada;
III - a quantidade, o regime de trabalho, o campo ou a área de atuação dos profissionais do magistério a serem atendidos; e
IV - outros dados relevantes que complementem a demanda formulada.
§ 2º O planejamento e a organização do atendimento das necessidades de formação de profissionais do magistério deverão considerar os dados do censo da educação superior, de que trata o art. 3º do Decreto nº 6.425, de 2008, de forma a promover a plena utilização da capacidade instalada das instituições públicas de educação superior.

Art. 6º O Ministério da Educação analisará e aprovará os planos estratégicos apresentados e atuará na forma do art. 9º, considerando as etapas, modalidades, tipo de estabelecimento de ensino, bem como a distribuição regional e demográfica do contingente de profissionais do magistério a ser atendido.

Art. 7º O atendimento à necessidade por formação inicial de profissionais do magistério, na forma do art. 9º, dar-se-á:
I - pela ampliação das matrículas oferecidas em cursos de licenciatura e pedagogia pelas instituições públicas de educação superior; e
II - por meio de apoio técnico ou financeiro para atendimento das necessidades específicas, identificadas na forma dos art. 5º.
Parágrafo único. A formação inicial de profissionais do magistério dará preferência à modalidade presencial.

Art. 8º O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela indução da oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino.
§ 1º A formação continuada dos profissionais do magistério dar-se-á por meio de cursos presenciais ou cursos à distância.
§ 2º As necessidades de formação continuada de profissionais do magistério serão atendidas por atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado.
§ 3º Os cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização serão fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica e serão ofertados por instituições públicas de educação superior, preferencialmente por aquelas envolvidas no plano estratégico de que tratam os arts. 4º e 5º.
§ 4º Os cursos de formação continuada homologados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da CAPES integrarão o acervo de cursos e tecnologias educacionais do Ministério da Educação.
§ 5º Caso a necessidade por formação continuada não possa ser atendida por cursos já homologados na forma do § 4º, a CAPES deverá promover o desenvolvimento de projetos políticopedagógicos específicos, em articulação com as instituições públicas de educação superior.
§ 6º A CAPES disporá sobre requisitos, condições de participação e critérios de seleção de instituições e de projetos pedagógicos específicos a serem apoiados.

Art. 9º O Ministério da Educação apoiará as ações de formação inicial e continuada de profissionais do magistério ofertadas ao amparo deste Decreto, mediante:
I - concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa para professores, na forma da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, bem como auxílio a projetos relativos às ações referidas no caput; e
II - apoio financeiro aos Estados, Distrito Federal, Municípios e às instituições públicas para implementação de programas, projetos e cursos de formação.

Art. 10. A CAPES incentivará a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica, mediante fomento a programas de iniciação à docência e concessão de bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura de graduação plena nas instituições de educação superior.
§ 1º Os programas de iniciação à docência deverão prever:
I - a articulação entre as instituições de educação superior e os sistemas e as redes de educação básica; e
II - a colaboração dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem da escola pública.
§ 2º Os programas de iniciação à docência somente poderão contemplar cursos de licenciatura com avaliação positiva conduzida pelo Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Art. 11. A CAPES fomentará, ainda:
I - projetos pedagógicos que visem a promover novos desenhos curriculares ou percursos formativos destinados aos profissionais do magistério;
II - projetos pedagógicos que visem a promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da educação do campo, dos povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
III - oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam:
a) graduados não licenciados;
b) licenciados em área diversa da atuação docente; e
c) de nível médio, na modalidade Normal;
IV - projetos de revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura;
V - pesquisas destinadas ao mapeamento, aprofundamento e consolidação dos estudos sobre perfil, demanda e processos de formação de profissionais do magistério;

VI - programas de apoio a projetos educacionais e de pesquisa propostos por instituições e por profissionais do magistério das escolas públicas que contribuam para sua formação continuada
e para a melhoria da escola; e
VII - programas que promovam a articulação das ações de formação continuada com espaços de educação não-formal e com outras iniciativas educacionais e culturais.

Art. 12. O Ministério da Educação, ao implementar a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, deverá assegurar sua coerência com os processos de avaliação da educação básica e superior, os programas de livro didático, os programas de desenvolvimento da educação, além dos currículos da educação básica e as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de licenciatura e pedagogia.

Art. 13. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, à CAPES e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar o apoio financeiro da União com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho, bem como os limites de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.1.2009

ANEXO M - Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.
Vide Lei nº 9.394, de 1996
Texto compilado

Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o que dispõem os arts. 8º, § 1º, e 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.
§ 1º A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:
I - avaliações de estudantes;
II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:
I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
a) técnicos, de nível médio; e
b) tecnológicos, de nível superior;
V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:
a) seqüenciais;
b) de graduação;
c) de especialização;
d) de mestrado; e
e) de doutorado.

Art. 3º A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.
§ 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2º Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Art. 4º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:
I - cumprimento das atividades programadas; e
II - realização de exames presenciais.
§ 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.
§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Art. 5º Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Parágrafo único. A emissão e registro de diplomas de cursos e programas a distância deverão ser realizados conforme legislação educacional pertinente.

Art. 6º Os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, deverão ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e certificados emitidos tenham validade nacional.

Art. 7º Compete ao Ministério da Educação, mediante articulação entre seus órgãos, organizar, em regime de colaboração, nos termos dos arts. 8º, 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 1996, a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos para, em atendimento ao disposto no art. 80 daquela Lei:
I - credenciamento e renovação de credenciamento de instituições para oferta de educação a distância; e
II - autorização, renovação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos ou programas a distância.

Parágrafo único. Os atos do Poder Público, citados nos incisos I e II, deverão ser pautados pelos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, definidos pelo Ministério da Educação, em colaboração com os sistemas de ensino.

Art. 8º Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, organizarão e manterão sistemas de informação abertos ao público com os dados de:
I - credenciamento e renovação de credenciamento institucional;
II - autorização e renovação de autorização de cursos ou programas a distância;
III - reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos ou programas a distância; e
IV - resultados dos processos de supervisão e de avaliação.

Parágrafo único. O Ministério da Educação deverá organizar e manter sistema de informação, aberto ao público, disponibilizando os dados nacionais referentes à educação a distancia.

CAPÍTULO II
DO CREDENCIAMENTO DE INSTRUÇÕES PARA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 9º O ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas.

Parágrafo único. As instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência e de relevante produção em pesquisa, poderão solicitar credenciamento institucional, para a oferta de cursos ou programas a distância de:
I - especialização;
II - mestrado;
III - doutorado; e
IV - educação profissional tecnológica de pós-graduação.

Art. 10. Compete ao Ministério da Educação promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas a distância para educação superior.
§ 1º O ato de credenciamento referido no caput considerará como abrangência para atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização das atividades presenciais obrigatórias, a sede da instituição acrescida dos endereços dos pólos de apoio presencial, mediante avaliação in loco, aplicando-se os instrumentos de avaliação pertinentes e as disposições da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 2º As atividades presenciais obrigatórias, compreendendo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, conforme o art. 1º, § 1º, serão realizados na sede da instituição ou nos pólos de apoio presencial, devidamente credenciados. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 3º A instituição poderá requerer a ampliação da abrangência de atuação, por meio do aumento do número de pólos de apoio presencial, na forma de aditamento ao ato de credenciamento. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 4º O pedido de aditamento será instruído com documentos que comprovem a existência de estrutura física e recursos humanos necessários e adequados ao funcionamento dos pólos, observados os referenciais de qualidade, comprovados em avaliação in loco. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 5º No caso do pedido de aditamento visando ao funcionamento de pólo de apoio presencial no exterior, o valor da taxa será complementado pela instituição com a diferença do custo de viagem e diárias dos avaliadores no exterior, conforme cálculo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 6º O pedido de ampliação da abrangência de atuação, nos termos deste artigo, somente poderá ser efetuado após o reconhecimento do primeiro curso a distância da instituição, exceto na hipótese de credenciamento para educação a distância limitado à oferta de pós-graduação lato sensu. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 7º As instituições de educação superior integrantes dos sistemas estaduais que pretenderem oferecer cursos superiores a distância devem ser previamente credenciadas pelo sistema federal, informando os pólos de apoio presencial que integrarão sua estrutura, com a demonstração de suficiência da estrutura física, tecnológica e de recursos humanos. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

Art. 11. Compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de:
I - educação de jovens e adultos;
II - educação especial; e
III - educação profissional.
§ 1º Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento junto ao Ministério da Educação.
§ 2º O credenciamento institucional previsto no § 1º será realizado em regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos.
§ 3º Caberá ao órgão responsável pela educação a distância no Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação deste Decreto, coordenar os demais órgãos do Ministério e dos sistemas de ensino para editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 12. O pedido de credenciamento da instituição deverá ser formalizado junto ao órgão responsável, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:
I - habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira, conforme dispõe a legislação em vigor;
II - histórico de funcionamento da instituição de ensino, quando for o caso;

III - plano de desenvolvimento escolar, para as instituições de educação básica, que contemple a oferta, a distância, de cursos profissionais de nível médio e para jovens e adultos;
IV - plano de desenvolvimento institucional, para as instituições de educação superior, que contemple a oferta de cursos e programas a distância;
V - estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição isolada de educação superior;
VI - projeto pedagógico para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade a distância;
VII - garantia de corpo técnico e administrativo qualificado;
VIII - apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância;
IX - apresentar, quando for o caso, os termos de convênios e de acordos de cooperação celebrados entre instituições brasileiras e suas co-signatárias estrangeiras, para oferta de cursos ou programas a distância;
X - descrição detalhada dos serviços de suporte e infra-estrutura adequados à realização do projeto pedagógico, relativamente a:
a) instalações físicas e infra-estrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores;
b) laboratórios científicos, quando for o caso;
c) pólos de educação a distância, entendidos como unidades operativas, no País ou no exterior, que poderão ser organizados em conjunto com outras instituições, para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso;
c) pólo de apoio presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância; (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
d) bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação, com regime de funcionamento e atendimento adequados aos estudantes de educação a distância.
§ 1º A solicitação de credenciamento da instituição deve vir acompanhada de projeto pedagógico de pelo menos um curso ou programa a distância.
§ 2º No caso de instituições de ensino que estejam em funcionamento regular, poderá haver dispensa integral ou parcial dos requisitos citados no inciso I.
§ 1º O pedido de credenciamento da instituição para educação a distância deve vir acompanhado de pedido de autorização de pelo menos um curso na modalidade.(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 2º O credenciamento para educação a distância que tenha por base curso de pósgraduação lato sensu ficará limitado a esse nível.(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 3º A instituição credenciada exclusivamente para a oferta de pós-graduação lato sensu a distância poderá requerer a ampliação da abrangência acadêmica, na forma de aditamento ao ato de credenciamento. (Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
Art. 13. Para os fins de que trata este Decreto, os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade a distância deverão:
I - obedecer às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação para os respectivos níveis e modalidades educacionais;
II - prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais;
III - explicitar a concepção pedagógica dos cursos e programas a distância, com apresentação de:
a) os respectivos currículos;
b) o número de vagas proposto;
c) o sistema de avaliação do estudante, prevendo avaliações presenciais e avaliações a distância; e
d) descrição das atividades presenciais obrigatórias, tais como estágios curriculares, defesa presencial de trabalho de conclusão de curso e das atividades em laboratórios científicos, bem como o sistema de controle de freqüência dos estudantes nessas atividades, quando for o caso.

Art. 14. O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância terá prazo de validade de até cinco anos, podendo ser renovado mediante novo processo de avaliação.
§ 1º A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora.
Art. 14. O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância terá prazo de validade condicionado ao ciclo avaliativo, observado o Decreto nº 5.773, de 2006, e normas expedidas pelo Ministério da Educação. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 1º A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada a transferência de cursos para outra instituição. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 2º Caso a implementação de cursos autorizados não ocorra no prazo definido no § 1º, os atos de credenciamento e autorização de cursos serão automaticamente tornados sem efeitos.
§ 3º As renovações de credenciamento de instituições deverão ser solicitadas no período definido pela legislação em vigor e serão concedidas por prazo limitado, não superior a cinco anos.
§ 3º Os pedidos de credenciamento e recredenciamento para educação a distância observarão a disciplina processual aplicável aos processos regulatórios da educação superior, nos termos do Decreto nº 5.773, de 2006, e normas expedidas pelo Ministério da Educação. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 4º Os resultados do sistema de avaliação mencionado no art. 16 deverão ser considerados para os procedimentos de renovação de credenciamento.

Art. 15. O ato de credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas a distância definirá a abrangência de sua atuação no território nacional, a partir da capacidade institucional para oferta de cursos ou programas, considerando as normas dos respectivos sistemas de ensino.
§ 1º A solicitação de ampliação da área de abrangência da instituição credenciada para oferta de cursos superiores a distância deverá ser feita ao órgão responsável do Ministério da Educação.
§ 2º As manifestações emitidas sobre credenciamento e renovação de credenciamento de que trata este artigo são passíveis de recurso ao órgão normativo do respectivo sistema de ensino.

Art. 15. Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância de instituições integrantes do sistema federal devem tramitar perante os órgãos próprios do Ministério da Educação. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 1º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância oferecidos por instituições integrantes dos sistemas estaduais devem tramitar perante os órgãos estaduais competentes, a quem caberá a respectiva supervisão.
(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 2º Os cursos das instituições integrantes dos sistemas estaduais cujas atividades presenciais obrigatórias forem realizados em pólos de apoio presencial fora do Estado sujeitam-se a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento pelas autoridades competentes do sistema federal. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 3º A oferta de curso reconhecido na modalidade presencial, ainda que análogo ao curso a distância proposto, não dispensa a instituição do requerimento específico de autorização, quando for o caso, e reconhecimento para cada um dos cursos, perante as autoridades competente.
(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

Art. 16. O sistema de avaliação da educação superior, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, aplica-se integralmente à educação superior a distância.

Art. 17. Identificadas deficiências, irregularidades ou descumprimento das condições originalmente estabelecidas, mediante ações de supervisão ou de avaliação de cursos ou instituições credenciadas para educação a distância, o órgão competente do respectivo sistema de ensino determinará, em ato próprio, observado o contraditório e ampla defesa:
I - instalação de diligência, sindicância ou processo administrativo;
II - suspensão do reconhecimento de cursos superiores ou da renovação de autorização de cursos da educação básica ou profissional;
III - intervenção;
IV - desativação de cursos; ou
V - descredenciamento da instituição para educação a distância.
§ 1º A instituição ou curso que obtiver desempenho insatisfatório na avaliação de que trata a Lei nº 10.861, de 2004, ficará sujeita ao disposto nos incisos I a IV, conforme o caso.
§ 2º As determinações de que trata o **caput** são passíveis de recurso ao órgão normativo do respectivo sistema de ensino.

CAPÍTULO III
DA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 18. Os cursos e programas de educação a distância criados somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 19. A matrícula em cursos a distância para educação básica de jovens e adultos poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino.

CAPÍTULO IV
DA OFERTA DE CURSOS SUPERIORES, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 20. As instituições que detêm prerrogativa de autonomia universitária credenciadas para oferta de educação superior a distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, conforme disposto no i n ciso I do art. 53 da Lei n º 9.394, de 1996.
§ 1º Os cursos ou programas criados conforme o **caput** somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.
§ 2º Os atos mencionados no **caput** deverão ser comunicados à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.
§ 3º O número de vagas ou sua alteração será fixado pela instituição detentora de prerrogativas de autonomia universitária, a qual deverá observar capacidade institucional, tecnológica e operacional próprias para oferecer cursos ou programas a distância.

Art. 21. Instituições credenciadas que não detêm prerrogativa de autonomia universitária deverão solicitar, junto ao órgão competente do respectivo sistema de ensino, autorização para abertura de oferta de cursos e programas de educação superior a distância.
§ 1º Nos atos de autorização de cursos superiores a distância, será definido o número de vagas a serem ofertadas, mediante processo de avaliação externa a ser realizada pelo Ministério da Educação.
§ 2º Os cursos ou programas das instituições citadas no **caput** que venham a acompanhar a solicitação de credenciamento para a oferta de educação a distância, nos termos do § 1º do art. 12, também deverão ser submetidos ao processo de autorização tratado neste artigo.

Art. 22. Os processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos superiores a distância deverão ser solicitados conforme legislação educacional em vigor.

Parágrafo único. Nos atos citados no **caput**, deverão estar explicitados:
I - o prazo de reconhecimento; e
II - o número de vagas a serem ofertadas, em caso de instituição de ensino superior não detentora de autonomia universitária.

Art. 23. A criação e autorização de cursos de graduação a distância deverão ser submetidas, previamente, à manifestação do:
I - Conselho Nacional de Saúde, no caso dos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia; ou
II - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no caso dos cursos de Direito.

Parágrafo único. A manifestação dos conselhos citados nos incisos I e II, consideradas as especificidades da modalidade de educação a distância, terá procedimento análogo ao utilizado para os cursos ou programas presenciais nessas áreas, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V
DA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 24. A oferta de cursos de especialização a distância, por instituição devidamente credenciada, deverá cumprir, além do disposto neste Decreto, os demais dispositivos da legislação e normatização pertinentes à educação, em geral, quanto:
I - à titulação do corpo docente;

II - aos exames presenciais; e
III - à apresentação presencial de trabalho de conclusão de curso ou de monografia.

Parágrafo único. As instituições credenciadas que ofereçam cursos de especialização a distância deverão informar ao Ministério da Educação os dados referentes aos seus cursos, quando de sua criação.

Art. 25. Os cursos e programas de mestrado e doutorado a distância estarão sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor.
§ 1º Os atos de autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento citados no **caput** serão concedidos por prazo determinado conforme regulamentação.
§ 2º Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do que dispõe o **caput**, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de sua publicação.
§ 2º Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES editar as normas complementares a este Decreto, no âmbito da pós-graduação stricto sensu. (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As instituições credenciadas para oferta de cursos e programas a distância poderão estabelecer vínculos para fazê-lo em bases territoriais múltiplas, mediante a formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares, desde que observadas as seguintes condições:
I - comprovação, por meio de ato do Ministério da Educação, após avaliação de comissão de especialistas, de que as instituições vinculadas podem realizar as atividades específicas que lhes forem atribuídas no projeto de educação a distância;
II - comprovação de que o trabalho em parceria está devidamente previsto e explicitado no:
a) plano de desenvolvimento institucional;
b) plano de desenvolvimento escolar; ou
c) projeto pedagógico, quando for o caso, das instituições parceiras;
III - celebração do respectivo termo de compromisso, acordo ou convênio; e
IV - indicação das responsabilidades pela oferta dos cursos ou programas a distância, no que diz respeito a:
a) implantação de pólos de educação a distância, quando for o caso;
b) seleção e capacitação dos professores e tutores;
c) matrícula, formação, acompanhamento e avaliação dos estudantes;
d) emissão e registro dos correspondentes diplomas ou certificados.

Art. 27. Os diplomas de cursos ou programas superiores de graduação e similares, a distância, emitidos por instituição estrangeira, inclusive os ofertados em convênios com instituições sediadas no Brasil, deverão ser submetidos para revalidação em universidade pública brasileira, conforme a legislação vigente.
§ 1º Para os fins de revalidação de diploma de curso ou programa de graduação, a universidade poderá exigir que o portador do diploma estrangeiro se submeta a complementação de estudos, provas ou exames destinados a suprir ou aferir conhecimentos, competências e habilidades na área de diplomação.
§ 2º Deverão ser respeitados os acordos internacionais de reciprocidade e equiparação de cursos.

Art. 28. Os diplomas de especialização, mestrado e doutorado realizados na modalidade a distância em instituições estrangeiras deverão ser submetidos para reconhecimento em universidade que possua curso ou programa reconhecido pela CAPES, em mesmo nível ou em nível superior e na mesma área ou equivalente, preferencialmente com a oferta correspondente em educação a distância.

Art. 29. A padronização de normas e procedimentos para credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos ou programas a distância será efetivada em regime de colaboração coordenado pelo Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 30. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4 º do art. 32 da Lei n º 9.394, de 1996, exclusivamente para:
I - a complementação de aprendizagem; ou
II - em situações emergenciais.

Parágrafo único. A oferta de educação básica nos termos do **caput** contemplará a situação de cidadãos que:
I - estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial;
II - sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento;
III - se encontram no exterior, por qualquer motivo;
IV - vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial;
V - compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira; ou
VI - estejam em situação de cárcere.

Art. 31. Os cursos a distância para a educação básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no ensino fundamental e um ano e meio no ensino médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino.
§ 1º Os exames citados no **caput** serão realizados pelo órgão executivo do respectivo sistema de ensino ou por instituições por ele credenciadas.
§ 2º Poderão ser credenciadas para realizar os exames de que trata este artigo instituições que tenham competência reconhecida em avaliação de aprendizagem e não estejam sob sindicância ou respondendo a processo administrativo ou judicial, nem tenham, no mesmo período, estudantes inscritos nos exames de certificação citados no **caput**.
Art. 32. Nos termos do que dispõe o a rt. 81 da Lei n º 9.394, de 1996, é permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais para oferta da modalidade de educação a distância.

Parágrafo único. O credenciamento institucional e a autorização de cursos ou programas de que trata o **caput** serão concedidos por prazo determinado.

Art. 33. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância deverão fazer constar, em todos os seus documentos institucionais, bem como nos materiais de divulgação, referência aos correspondentes atos de credenciamento, autorização e reconhecimento de seus cursos e programas.
§ 1º Os documentos a que se refere o **caput** também deverão conter informações a respeito das condições de avaliação, de certificação de estudos e de parceria com outras instituições.
§ 2º Comprovadas, mediante processo administrativo, deficiências ou irregularidades, o Poder Executivo sustará a tramitação de pleitos de interesse da instituição no respectivo sistema de ensino, podendo ainda aplicar, em ato próprio, as sanções previstas no art. 17, bem como na legislação específica em vigor.

Art. 34. As instituições credenciadas para ministrar cursos e programas a distância, autorizados em datas anteriores à da publicação deste Decreto, terão até trezentos e sessenta dias corridos para se adequarem aos termos deste Decreto, a partir da data de sua publicação.
(Revogado pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
§ 1º As instituições de ensino superior credenciadas exclusivamente para a oferta de cursos de pós-graduação **lato sensu** deverão solicitar ao Ministério da Educação a revisão do ato de credenciamento, para adequação aos termos deste Decreto, estando submetidas aos procedimentos de supervisão do órgão responsável pela educação superior daquele Ministério.
(Revogado pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

§ 2º Ficam preservados os direitos dos estudantes de cursos ou programas a distância matriculados antes da data de publicação deste Decreto. (Revogado pelo Decreto nº 6.303, de 2007)

Art. 35. As instituições de ensino, cujos cursos e programas superiores tenham completado, na data de publicação deste Decreto, mais da metade do prazo concedido no ato de autorização, deverão solicitar, em no máximo cento e oitenta dias, o respectivo reconhecimento.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Ficam revogados o D ecreto n º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o D ecreto n º 2.561, de 27 de abril de 1998.

Brasília, 19 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.2005

ANEXO N - RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 5 DE JUNHO DE 2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 5 DE JUNHO DE 2009

Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Constituição Federal de 1988, artigos 205, 206, 211 e 214;

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001;

Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008;

Lei nº. 11.273, de 6 de fevereiro de 2006;

Lei nº. 11.897, de 30 de dezembro de 2008;

Lei nº. 11.502, de 11 de julho de 2007;

Decreto nº. 5.800, de 8 de junho de 2006;

Edital SEED/MEC nº. 1/2006.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 14 do Decreto nº. 6.319, de 20 de dezembro de 2007, republicado no DOU de 2 de abril de 2008, e os artigos 3º, 5º e 6º do anexo da Resolução/CD/FNDE nº. 31, de 30 de setembro de 2003,

CONSIDERANDO o Artigo 211 da Constituição Federal, que estabelece regime de cooperação para a organização dos sistemas de ensino pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados e pelos Municípios;

CONSIDERANDO o Artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação com a finalidade de elevar o nível da qualidade do ensino no País;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei nº. 10.172/2001, que define a meta de garantir que, i) até o ano de 2010, 70% dos professores da educação básica tenham formação em nível superior exigida para a docência, em todos os níveis e modalidades, e ii) que, até o ano de 2011, 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos estejam matriculados em cursos superiores;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participante de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

CONSIDERANDO que os resultados recentes da avaliação de desempenho dos estudantes realizada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB estão aquém dos patamares desejáveis;

CONSIDERANDO a necessidade e relevância de promover a formação inicial e continuada dos docentes que atuam na educação básica; e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer orientações e diretrizes para a concessão de bolsas, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto nº. 5.800, de 8 de junho de 2006,

RESOLVE, "AD REFERENDUM":

Art. 1º Aprovar os critérios e as normas para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a partir do exercício de 2009.

I – DO SISTEMA UAB E SEUS PARTICIPANTES

Art. 2º O Sistema UAB, instituído pelo Decreto nº 5.800/2006, tem por finalidade expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, por meio do desenvolvimento de programas e de cursos na modalidade de educação a distância, nos termos do parágrafo 2º do Art. 1º da Lei nº. 11.502/2007.

Art. 3º O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, obedecendo às seguintes diretrizes:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de nível superior de formação inicial e continuada para professores da educação básica;

II - oferecer cursos de nível superior para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos de nível superior nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Art. 4º São agentes do Sistema UAB:

I - a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), gestora do Sistema UAB, com o apoio da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e em colaboração com a Secretaria de Educação Básica (SEB), a Secretaria de Educação Superior (SESu), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação, articuladoras do Sistema;

II - o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pelo pagamento de bolsas no âmbito do Sistema;

III - as instituições públicas de ensino superior (IPES) vinculadas ao Sistema UAB, responsáveis pela oferta de cursos e programas de educação superior a distância; e

IV - Estados e Municípios, responsáveis pela implantação de pólos de apoio presencial do Sistema UAB.

Art. 5º São competências e responsabilidades dos agentes integrantes do Sistema UAB:

I - da ***Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC)***:

a) instituir Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Sistema UAB, designada por Portaria;

b) colaborar, em conjunto com as secretarias do MEC e com os demais agentes integrantes do Sistema UAB mencionados no artigo anterior, para a organização e divulgação do cadastro dos cursistas e beneficiários das bolsas de que trata esta Resolução (tutores, professores, pesquisadores, coordenadores de pólos, coordenadores da UAB, coordenadores de curso e coordenadores de tutores nas instituições públicas de ensino superior);

c) instituir orientações às atribuições e obrigações relativas às funções previstas para os bolsistas;

d) definir, em conformidade com as diretrizes do Sistema UAB e as Leis nº. 11.273/2006 e nº. 11.502/2007, os critérios a serem aplicados pelas IPES e pelos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na seleção dos bolsistas, de acordo com o Art. 6º desta Resolução;

e) fornecer ao FNDE/MEC as metas anuais do Sistema UAB e sua respectiva previsão de desembolso, bem como a estimativa da distribuição mensal de tais metas e dos de recursos financeiros destinados ao pagamento de bolsas;

f) monitorar, analisar e registrar mensalmente os Relatórios de Ocorrências encaminhados pelas IPES, relativos à permanência, interrupção ou cancelamento do pagamento das bolsas;

g) encaminhar ao FNDE/MEC, por meio do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB), sistema informatizado específico para pagamento das bolsas, os cadastros dos bolsistas, contendo os seguintes dados: número da Carteira de Identidade (RG), número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), nome da mãe, data de nascimento, endereço residencial ou profissional, com indicação do bairro, cidade e estado, número do Código de Endereçamento Postal (CEP) e nome e número da agência do Banco do Brasil S/A onde os recursos deverão ser creditados;

h) instituir, por Portaria do dirigente, o gestor responsável por efetivar a certificação digital dos cadastros e das autorizações para pagamento de bolsas a serem encaminhadas ao FNDE/MEC;

i) encaminhar ao FNDE/MEC, por meio do SGB, as solicitações de alteração cadastral e a relação mensal de beneficiários das bolsas e seus respectivos pagamentos, autorizados por certificação digital;

j) solicitar oficialmente ao FNDE/MEC a interrupção ou cancelamento do pagamento de bolsas ou a substituição do beneficiário, quando for o caso;

k) notificar o bolsista em caso de restituição de valores recebidos indevidamente;

l) coordenar, acompanhar e monitorar a concessão de bolsas no âmbito do Sistema UAB, por meio de sistemas informatizados específicos e de instrumentos que considerar apropriados para o acompanhamento e avaliação da consecução das metas físicas do Sistema; e

m) informar tempestivamente ao FNDE/MEC sobre quaisquer anormalidades que possam ocorrer no decorrer do cumprimento desta Resolução;

II - do ***Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC):***

a) elaborar, em comum acordo com a CAPES/MEC, atos normativos relativos à concessão e pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema UAB;

b) providenciar a abertura, no Banco do Brasil S/A, em agência indicada pelo bolsista, da conta-benefício específica para cada um dos beneficiários cujos cadastros pessoais lhe sejam encaminhados pela CAPES/MEC por intermédio do SGB;

c) efetivar o pagamento mensal das bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema UAB, depois de atendidas, pela CAPES/MEC, as obrigações estabelecidas nesta Resolução;

d) monitorar o pagamento de bolsas junto ao Banco do Brasil S/A;

e) suspender o pagamento das bolsas sempre que ocorrerem situações que motivem ou justifiquem a medida, inclusive por solicitação da CAPES/MEC;

f) prestar informações à CAPES/MEC sempre que solicitadas;

g) divulgar informações sobre o pagamento das bolsas no endereço www.fnde.gov.br; e

h) notificar o bolsista em caso de restituição de valores recebidos indevidamente.

III - ***das IPES vinculadas ao Sistema UAB***, que serão responsáveis por:

a) atendidas as exigências do art. 3º desta Resolução e de acordo com os critérios definidos pela CAPES/MEC, selecionar os tutores, professores, pesquisadores, coordenadores do Sistema UAB, coordenadores de curso, coordenadores de tutoria e coordenadores de pólo que receberão bolsas de estudo e pesquisa com base nas Leis nº. 11.273/2006 e nº 11.502/2007 e nas normas desta Resolução;

b) cadastrar e manter atualizados os dados pessoais e acadêmicos dos cursistas aprovados em processo seletivo;

c) indicar os tutores, professores, pesquisadores, coordenadores da UAB, coordenadores de curso e coordenadores de tutoria que serão beneficiários de bolsas do Sistema UAB;

d) cadastrar e manter atualizados os dados pessoais e acadêmicos dos professores, pesquisadores, coordenadores e tutores;

e) encaminhar à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Sistema UAB, 30 (trinta) dias antes do início do semestre letivo, a relação dos professores, pesquisadores coordenadores e tutores que participarão dos estudos e pesquisas no âmbito do Sistema UAB;

f) encaminhar à Coordenação Geral de Supervisão e Fomento da Direção de Educação a Distância da CAPES/MEC (CGSF/DED/CAPES/MEC), até o primeiro dia útil do mês seguinte, Relatório de Ocorrências que indique a permanência, interrupção ou cancelamento do pagamento das bolsas;

g) enviar à CGSF/DED/CAPES/MEC, por meio do SGB, as solicitações mensais de pagamento de bolsas para os professores, pesquisadores e tutores, bem como para os coordenadores que tiveram suas atividades confirmadas;

h) manter os registros das informações necessárias ao adequado controle do curso, bem como o Termo de Compromisso e a freqüência dos professores pesquisadores e tutores das IPES, para verificação periódica do Ministério da Educação;

i) indicar professor responsável pelo curso para atestar as informações prestadas;

j) realizar o processo de supervisão e monitoramento das atividades dos bolsistas descritas no Manual de Atividades dos Bolsistas (ANEXO I), utilizando-o como referência para a realização da autorização e/ou suspensão do pagamento de bolsas por meio do SGB; e

k) encaminhar as Fichas de Cadastro de Bolsista (Anexo III), mediante oficio do dirigente da instituição à CGSF/DED/CAPES/MEC.

IV - dos ***Estados e Municípios proponentes de pólos de educação a distância:***

a) indicar, para a função de coordenador de pólo, professores da rede pública de ensino que atendam aos requisitos da Lei nº. 11.273/2006 e às normas desta Resolução.

Art. 6º A seleção dos beneficiários das bolsas prevista nas letras "a" dos incisos III e IV do Art. 5º da presente Resolução será precedida de ampla divulgação, tornando públicos os critérios de seleção dos interessados, que devem necessariamente atender aos seguintes requisitos:

I - estar disponível para cumprir as atividades, de acordo com as diretrizes do Sistema; e

II - cumprir com os requisitos exigidos para o exercício das diferentes funções.

II – DAS BOLSAS

Art. 7º As bolsas de estudo e pesquisa de que trata essa Resolução serão concedidas aos participantes de projetos de cursos superiores a distância para a formação inicial e continuada no âmbito do Sistema UAB.

§ 1º As bolsas serão concedidas pela CAPES/MEC e pagas pelo FNDE/MEC diretamente aos beneficiários, por meio de crédito em conta-benefício aberta em agência do Banco do Brasil S/A, indicada especificamente para esse fim e mediante a assinatura, pelo bolsista, de Termo de Compromisso (Anexo II) em que constem, dentre outros:

I - autorização para o FNDE/MEC, conforme o caso, bloquear ou estornar valores creditados na conta-benefício, mediante solicitação direta ao Banco do Brasil S/A, ou proceder ao desconto nos pagamentos subseqüentes, nas seguintes situações:

a) ocorrência de depósitos indevidos;

b) determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público; e

c) constatação de irregularidades na comprovação da freqüência do bolsista.

d) constatação de incorreções nas informações cadastrais do bolsista;

II - obrigação do bolsista de, inexistindo saldo suficiente na conta-benefício e não havendo pagamentos futuros a serem efetuados, restituir ao FNDE/MEC, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação, os valores creditados indevidamente ou objeto de irregularidade constatada, na forma prevista no Art. 22 desta Resolução.

§ 2º O período de duração das bolsas será de até 4 (quatro) anos, podendo ser concedida por tempo inferior ou mesmo sofrer interrupção, desde que justificada.

Art. 8º As despesas com a execução das ações previstas nesta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária consignada anualmente à CAPES/MEC e transferida ao FNDE/MEC, observando limites de movimentação, empenho, pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

III – DO PAGAMENTO DE BOLSAS E DA ABERTURA E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTASBENEFÍCIO

Art. 9º A título de bolsa, o FNDE pagará mensalmente a cada beneficiário os seguintes valores:

I - **Coordenador/Coordenador-adjunto da UAB**: professor ou pesquisador indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação e apoio aos pólos presenciais e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema, desde que comprove a experiência de, no mínimo, três anos

de magistério superior. O valor da bolsa a ser concedida é de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, enquanto exercer a função, de acordo com o Artigo 2º Inciso IV da Lei Nº 11.273/2006 (Coordenador/Coordenador Adjunto I). Aquele que não comprovar essa experiência, mas que tenha formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou a vinculação a programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado, receberá bolsa no valor de R$ 900,00 (novecentos reais) mensais, de acordo com o Artigo 2º Inciso III da Lei Nº 11.273/2006 (nova redação dada pela lei 11.502 de 2007 artigo 4º) e ficará vinculado como Coordenador/Coordenador Adjunto II.

II - **Coordenador de curso nas instituições públicas de ensino superior (IPES)**: professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de curso implantado no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos, desde que comprove a experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior. O valor da bolsa a ser concedida é de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, enquanto exercer a função, de acordo com o Artigo 2º Inciso IV da Lei Nº 11.273/2006 (Coordenador de Curso I). Aquele que não comprovar essa experiência, mas que tenha formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou a vinculação a programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado, receberá bolsa no valor de R$ 900,00 (novecentos reais) mensais, de acordo com o Artigo 2º Inciso III da Lei Nº 11.273/2006 (nova redação dada pela lei 11.502 de 2007 artigo 4º) e ficará vinculado como Coordenador de Curso II.

III - **Coordenador de tutoria nas instituições públicas de ensino superior (IPES)**: professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos, desde que comprove a experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior. O valor da bolsa a ser concedida é de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, enquanto exercer a função, de acordo com o Artigo 2º Inciso IV da Lei Nº 11.273/2006 (Coordenador de Tutoria I). Aquele que não comprovar essa experiência, mas que tenha formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou a vinculação a programa de pós-graduação, de mestrado ou doutorado, receberá bolsa no valor de R$ 900,00 (novecentos reais) mensais, de acordo com o Artigo 2º Inciso III da Lei Nº 11.273/2006 (nova redação dada pela lei 11.502 de 2007 artigo 4º) e ficará vinculado como Coordenador de Tutoria II

IV - **Professor–pesquisador**: professor ou pesquisador designado ou indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior. O valor da bolsa a ser concedida é de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, enquanto exercer a função, de acordo com o Artigo 2º Inciso IV da Lei Nº 11.273/2006 (Professor/Pesquisador I). Aquele que não comprovar essa experiência, mas que tenha formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou vinculação a programa de pós-graduação, de mestrado ou doutorado, receberá bolsa no valor de R$ 900,00 (novecentos reais) mensais, de acordo com o Artigo 2º Inciso III da Lei Nº 11.273/2006 (nova redação dada pela lei 11.502 de 2007 artigo 4º) e ficará vinculado como Professor/Pesquisador II.

V - **Tutor**: profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação. O valor da bolsa a ser concedida é de R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, enquanto exercer a função. Cabe às IPES determinar, nos processos seletivos de Tutoria, as atividades a serem desenvolvidas para a execução dos Projetos Pedagógicos, de acordo com as especificidades das áreas e dos cursos.

VI - **Coordenador de pólo**: professor da rede pública, graduado e com, no mínimo, 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior, responsável pela coordenação do pólo de apoio presencial. O valor da bolsa a ser concedida é de R$ 900,00 (novecentos reais) mensais, enquanto exercer a função.

§ 1º Os bolsistas do Sistema UAB somente farão jus ao recebimento de uma bolsa por período, mesmo que venham a exercer mais de uma função no âmbito do Sistema UAB.

§ 2º O recebimento de qualquer um dos tipos de bolsa de que trata este artigo vinculará o participante ao Sistema UAB.

§ 3º Será vedado o pagamento de bolsas pelo Sistema UAB ao participante que possuir vinculação a outro programa de bolsa de estudo cujo pagamento tenha por base a Lei Nº. 11.273/2006 e a Lei 11.502/2007.

Art. 10. Para que seja efetuado o pagamento das bolsas aos beneficiários, a Comissão de Acompanhamento supervisionará as solicitações emitidas pelas IPES contendo as relações de professores/pesquisadores, tutores e dos coordenadores que tiveram suas atividades confirmadas; em seguida, a CAPES/MEC encaminhará ao FNDE/MEC, por meio do SGB, a autorização mensal de pagamento de bolsas do Sistema UAB, que deverá ser digitalmente certificada e discriminar todos os beneficiários e respectivos pagamentos.

§ 1º O pagamento das bolsas fica condicionado ao envio da ficha cadastral do bolsista pela IPES, conforme Anexo III desta Resolução.

§ 2º As ocorrências mensais relatadas pelas IPES farão parte do processo de liberação do pagamento, após aprovação pela CAPES/MEC.

Art. 11. O pagamento das bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema UAB dar-se-á pela transferência direta dos recursos aos beneficiários, por meio de depósito em conta-benefício específica, aberta pelo FNDE em agência do Banco do Brasil S/A indicada pelo bolsista entre aquelas cadastradas no SGB.

Parágrafo único. As contas-benefício de que trata este artigo ficarão bloqueadas até que o bolsista compareça à agência bancária e proceda à entrega e à chancela dos documentos necessários à movimentação dos créditos, de acordo com as normas bancárias vigentes, e, ainda, efetue o cadastramento de sua senha pessoal e retire o cartão magnético destinado ao saque dos valores depositados a título de bolsa.

Art. 12. As contas-benefício depositárias dos valores das bolsas são isentas do pagamento de tarifas bancárias sobre a sua manutenção e movimentação, conforme previsto no Acordo de Cooperação Mútua firmado entre o FNDE/MEC e o Banco do Brasil S/A.

Parágrafo único. A isenção de tarifas abrange o fornecimento de um único cartão magnético, a realização de saques e a consulta a saldos e extratos da conta-benefício.

Art. 13. Os saques e a consulta a saldos e extratos deverão ocorrer exclusivamente por meio de cartão magnético, nos terminais de auto-atendimento do Banco do Brasil S/A ou de seus correspondentes bancários, mediante a utilização de senha pessoal e intransferível.

Parágrafo único. O Banco não fornecerá talonário de cheques aos bolsistas, podendo ainda restringir o número de saques, de depósitos e de consultas a saldos e extratos.

Art. 14. Excepcionalmente, quando os múltiplos de valores estabelecidos para saques nos terminais de auto-atendimento forem incompatíveis com os valores dos saques a serem efetuados pelos bolsistas o banco acatará saques e consultas nos caixas convencionais mantidos em suas agências bancárias.

Art. 15. O bolsista que efetuar movimentação de sua conta-benefício em desacordo com o estabelecido nesta Resolução ou solicitar a emissão de segunda via do cartão magnético ficará sujeito ao pagamento das correspondentes tarifas bancárias.

Art. 16. Os créditos não sacados pelos bolsistas no prazo de dois anos após a data do respectivo depósito serão revertidos pelo Banco em favor do FNDE/MEC, que não se obrigará a novo pagamento sem que haja solicitação formal do beneficiário, acompanhada da competente justificativa e da anuência dos gestores do Sistema.

Art. 17. Ao FNDE, observadas as condições estabelecidas no inciso I do Art. 7º desta Resolução, é facultado estornar ou bloquear, conforme o caso, valores creditados na conta-benefício do bolsista, mediante solicitação direta ao Banco do Brasil S/A, ou proceder aos descontos nos pagamentos futuros.

Art. 18. Inexistindo saldo suficiente na conta-benefício do bolsista para efetivar o estorno ou o bloqueio de que trata o parágrafo anterior e não havendo previsão de pagamento a ser efetuado, o bolsista ficará obrigado a restituir os recursos ao FNDE, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da notificação, na forma prevista no Art. 22.

Art. 19. Sendo identificadas incorreções nos dados cadastrais da conta-benefício é facultado ao FNDE adotar providências junto ao Banco do Brasil S/A, visando a regularização da situação, independentemente de autorização do bolsista.

IV – DAS OBRIGAÇÕES E DOS DEVERES DOS BOLSISTAS

Art. 20. Os direitos e obrigações dos beneficiários são os constantes do Anexo I da presente Resolução.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer das obrigações por parte do bolsista implicará na imediata suspensão dos pagamentos de bolsas a ele destinados, temporária ou definitivamente, dependendo do caso.

V – DA SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS E REVERSÃO DOS VALORES

Art. 21. O FNDE fica autorizado a suspender ou cancelar o pagamento da bolsa quando:

I - houver a substituição do bolsista ou o cancelamento de sua participação no Programa;

II - forem verificadas irregularidades no exercício das atribuições do bolsista;

III - forem constatadas incorreções nas informações cadastrais do bolsista; e

IV - for constatada freqüência inferior à estabelecida pelo Programa ou acúmulo indevido de benefícios.

Art. 22. As devoluções de valores decorrentes de pagamento efetuado pelo FNDE a título de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema UAB, independentemente do fato gerador que lhes deram origem, deverão ser efetuadas em agência do Banco do Brasil S/A, mediante utilização da Guia de Recolhimento da União (GRU), disponível no sítio eletrônico www.fnde.gov.br (no menu “Serviços”), na qual deverão ser indicados o nome e o CPF do bolsista e ainda:

I – se a devolução ocorrer no mesmo ano do pagamento das bolsas e este não for decorrente de Restos a Pagar inscritos pelo FNDE/MEC, deverão ser utilizados os códigos 153173 no campo “Unidade Gestora”, 15253 no campo “Gestão”, 66666-1 no campo “Código de Recolhimento” e o código 212198009 no campo “Número de Referência” e, ainda, mês e ano a que se refere a bolsa a ser devolvida no campo “Competência”;

II – se a devolução for decorrente de Restos a Pagar inscritos pelo FNDE/MEC ou de pagamentos de bolsas ocorridos em anos anteriores ao da emissão da GRU, deverão ser utilizados os códigos 153173 no campo “Unidade Gestora”, 15253 no campo “Gestão”, 28850-0 no campo “Código de Recolhimento” e o código 212198009 no campo “Número de Referência” e, ainda, mês e ano a que se refere a bolsa a ser devolvida no campo “Competência”.

Parágrafo único. Para fins do disposto nos incisos I e II deste artigo considera-se ano de pagamento aquele em que foi disponibilizado o respectivo crédito na conta-benefício do bolsista, disponível no sítio eletrônico www.fnde.gov.br.

Art. 23. Incorreções na abertura das contas-benefício ou nos pagamentos das bolsas causadas por informações falseadas, prestadas pelos bolsistas quando de seu cadastro ou pelo gestor do Sistema UAB no ateste da freqüência às atividades previstas, implicarão no imediato desligamento do responsável pela falsidade e no impedimento de sua participação em qualquer outro programa de bolsas executado pelo FNDE, no prazo de cinco anos, independentemente de sua responsabilização civil e penal.

Art. 24. O FNDE fica autorizado a suspender ou cancelar o pagamento das bolsas ao beneficiário que, a qualquer tempo, não cumprir com os critérios estabelecidos para o Sistema UAB, de acordo com Art. 20 desta Resolução.

VI – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

Art. 25. A fiscalização do cumprimento das condições instituídas nesta Resolução por parte das IPES, relativas às obrigações dos beneficiários para que façam jus às bolsas do Sistema UAB, é de competência da CAPES/MEC, por intermédio da Comissão de Acompanhamento, bem como do FNDE e de qualquer órgão do sistema de controle interno e externo da União, mediante a realização de auditorias, de inspeção e de análise da documentação referente à participação dos beneficiários no Sistema.

Art. 26. Os documentos referentes aos critérios de seleção e de execução do Sistema UAB, a relação dos beneficiários e os respectivos valores das bolsas de estudo e pesquisa deverão ser arquivados nas IPES, durante o período de 5 (cinco) anos a contar da data da aprovação da prestação ou tomada de contas do FNDE, e serão de acesso público permanente, ficando à disposição dos órgãos e entidades da administração pública incumbidos da fiscalização e controle do Sistema.

VII – DA DENÚNCIA

Art. 27. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar irregularidades identificadas no pagamento de bolsas no âmbito do Sistema UAB, por meio de expediente formal contendo necessariamente:

I. exposição sumária do ato ou fato censurável que possibilite sua perfeita determinação; e

II. identificação do responsável pela prática da irregularidade, bem como a data do ocorrido.

§ 1º Quando a denúncia for apresentada por pessoa física, deverão ser fornecidos o nome legível e o endereço para resposta ou esclarecimento de dúvidas.

§ 2º Quando o denunciante for pessoa jurídica (partido político, associação civil, entidade sindical, etc), deverá encaminhar cópia de documento que ateste sua constituição jurídica e fornecer, além dos elementos referidos no §1º deste artigo, o endereço da sede da representante.

Art. 28. As denúncias encaminhadas ao FNDE deverão ser dirigidas à Ouvidoria, no seguinte endereço:

I – se por via postal: Ouvidoria FNDE – Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Bloco F - Edifício FNDE– 5º andar, Brasília – DF, CEP: 70.070-929;

II – se por via eletrônica, ouvidoria@fnde.gov.br

Art. 29. Ficam aprovados os formulários que constituem o Anexo I, II e III desta Resolução.

Art. 30. Revoga-se a Resolução CD/FNDE/ nº 44, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD